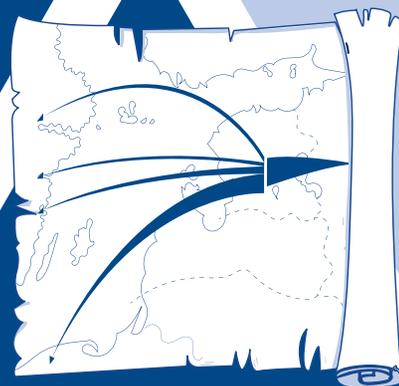
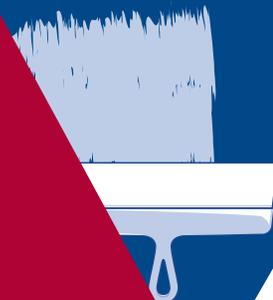
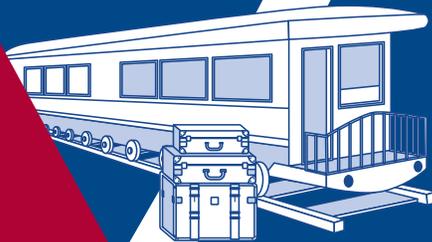


# EXÍLIOS, FLUXOS MIGRATÓRIOS E SOLIDARIEDADE

---



# Exílios, fluxos migratórios e solidariedade

Descobre os Tesouros Digitais



# Sumário

<b>Introdução</b> .....	6
-------------------------	---

# 01

## **Migração laboral**

Introdução .....	9
Privilégios concedidos aos comerciantes genoveses de Sevilha .....	11
Privilégios concedidos aos mercadores alemães .....	13
A Procura da Prata na Noruega: um desenho da Mina de Samuel .....	15
Repovoamento: o contrato de regularização da aldeia de Vöröstó .....	17
Um vidro especial: os catálogos de Ib Olufsen Weyse .....	19
O censo da população grega no mercado da cidade de Szécsény .....	21
A caderneta de viagem de Jakab Modern, o ferreiro .....	23
Estucadores italianos em Oslo .....	25
Passagem para a América: a Grande Migração Atlântica .....	27
Emigrantes portugueses a caminho de outros países da Europa .....	29

# 02

## Migração relacionada com a guerra

Introdução .....	31
Os Exilados Protestantes da Boémia: a convocatória de Carl do Liechtenstein de 1621 .....	33
Vítimas de guerra em busca de ajuda na cidade de Kecskemét .....	35
Famílias sérvias em fuga para a Monarquia dos Habsburgos .....	37
Refugiados italianos e eslovenos da Península da Ístria .....	39
O acordo para a transferência dos súbditos alemães dos Camarões para Espanha .....	41
Auxílio à Situação dos Refugiados: o “Passaporte de Nansen” .....	43
A fuga aos nazis: o exílio Norueguês de Willy Brandt .....	45
O Cônsul-Geral humanitário: processo disciplinar contra Aristides de Souza Mendes .....	47
Um recenseamento de refugiados de etnia húngara no campo Nagyléta .....	49
Judeus europeus a caminho do México no navio a vapor <i>São Thomé</i> .....	51
A agonia da Estónia: o êxodo de 1940 a 1944 .....	53
Testemunhos sobre o Holocausto: os ‘Protocolos’ de Auschwitz .....	55
Os livros de controlo dos noruegueses evacuados .....	57
Checoslováquia espera por si! .....	59
Memória de Mauthausen: os modelos de Juan García Gisbert .....	61
Um relatório sobre a questão do repatriamento dos emigrantes gregos .....	63

# 03

## Revoltas, agitação política e perseguição

Introdução .....	65
Os romani na Espanha medieval .....	67
Espanha e a expulsão dos judeus .....	69
A expulsão dos Mouriscos do reino de Aragão .....	71
Romani: vivências em Portugal no século XVIII .....	73
Uma carta do Imperador Carlos VI sobre um grupo de deportados protestantes .....	75
Rejeição à perseguição de judeus em Portugal no século XVIII .....	77
Soldados Irlandeses em Espanha: registos de serviço de 1774 .....	79
O corsário naufragado .....	81
Refugiados políticos italianos em Malta durante os anos do <i>Risorgimento</i> .....	83
Escravidão no Mar Mediterrâneo .....	85
Lotaria para refugiados: relatório de Alexander von Bach de 1850 .....	87
Num navio de guerra para Malta: o resgate dos Romanov .....	89
Trotsky no Exílio: a estadia na Noruega .....	91
Soldados Internacionais da Guerra Civil Espanhola .....	93
Em Defesa da Cultura: escritores escandinavos na guerra civil de Espanha .....	95
Abdicação e Exílio: a fuga para Portugal de Carol II da Roménia .....	97
O registo do visto de Jean Moulin .....	99
Pedido de concessão da cidadania portuguesa por imigrantes ismaelitas indianos .....	101
A causa revolucionária da Hungria: o discurso de József Kövágó nas Nações Unidas .....	103
De Revolucionário a Refugiado: o diário de Ferenc Tésenyi .....	105
Crianças de ascendência portuguesa nascidas em Angola no aeroporto de Lisboa, em 1975 .....	107

# Introdução

## Exílios, fluxos migratórios e solidariedade

Quando a Guerra Fria terminou, no final de 1991, muitas pessoas pensaram, ou pelo menos esperavam, que o mundo seria abençoado com uma nova era de paz e estabilidade. O cientista político americano Francis Fukuyama resumiu este sentimento, no ano seguinte, no seu livro de grande influência, *O Fim da História e o Último Homem*. Argumentou que o colapso da União Soviética foi a chave para a vitória final do modelo ocidental de democracia liberal, e que doravante o mundo avançaria para um eventual estado de liberdade, progresso e crescimento. Ele admitiu que os desafios deste modelo ainda experimentariam dificuldades mas que inevitavelmente a democracia ao estilo ocidental iria prevalecer.

Olhando para trás neste início da década de 2020, talvez seja difícil acreditar na visão de Fukuyama. De facto, alguns poderão argumentar que a relativa estabilidade da década de noventa foi um mero lapso temporal no panorama internacional. Hoje em dia, a situação mundial parece caracterizar-se com os mesmos velhos problemas: crise financeira, confronto ideológico e guerra. A par disso, nota-se um regresso ao autoritarismo, nacionalismo e protecionismo económico. E a esta mistura veio juntar-se o início de uma grande pandemia que teve o poder de paralisar o mundo. Nada disto é novo na história, facto que serve para sugerir que, longe de estar num claro caminho linear em direção à utopia, o mundo está antes destinado a experimentar uma série interminável de acontecimentos históricos cíclicos.

Para os europeus, um dos exemplos mais importantes de tal acontecimento tem sido o recente aumento da migração, tanto de dentro como de fora do continente. Alguns destes migrantes estão à procura de trabalho. Outros são refugiados ou requerentes de asilo, ansiosos por fugir de zonas de guerra e regimes opressivos. Por toda a Europa intensificam-se debates

ferozes sobre a melhor forma de lidar com a crise migratória, surgindo questões-chave. Em que medida as pessoas estão dispostas a acolher aqueles que a eles chegam com esperança ou necessidade? Até que ponto estão as sociedades dispostas a mostrar solidariedade com as pessoas oprimidas e deslocadas? Que valor é dado à diversidade cultural resultante do movimento migratório através das fronteiras nacionais?

Esta exposição procura examinar esta questão atual a partir de uma perspetiva histórica. Reúne 47 documentos-chave a fim de apresentar uma série de acontecimentos históricos que ilustram os temas em questão. Através deles encontraremos terminologia que, infelizmente, permanece demasiado familiar na história europeia e internacional recente; palavras e frases como repressão, perseguição, exílio político, campos de refugiados, racismo, antissemitismo, limpeza étnica e genocídio. Como se verá, muitos dos documentos destacam de facto atos que revelam o lado mais obscuro da natureza humana. Mas, ao mesmo tempo, há aspetos em muitos deles que nos permitem um regresso a um lado mais positivo. Termos como empatia, tolerância, abnegação, caridade e solidariedade também têm um lugar nas histórias que estão a ser contadas. Vários deles sublinham também a contribuição positiva que os imigrantes deram às sociedades onde se estabeleceram.

Os documentos estão divididos em três categorias principais, ou “pilares”. A primeira considera a migração relacionada com o trabalho e engloba histórias que abordam coletivamente não só o movimento de indivíduos e grupos de indivíduos, mas também a transferência de conhecimentos especializados estrangeiros, muitos dos quais se revelaram vitais para o desenvolvimento económico e cultural dos países em causa. O segundo pilar aborda a migração relacionada com a guerra. Como seria de esperar, existe uma

abundância de documentos que tratam deste tema com grande carga emotiva. Para esta exposição foi feita uma seleção cobrindo vários tipos de conflitos, desde rebeliões e guerras civis até às guerras mundiais do século XX. O terceiro pilar centra-se em documentos que refletem alguns dos custos humanos associados a levantamentos políticos, tumultos e perseguições. Mais uma vez, existe uma diversidade de material que se estende por vários séculos. E, como é o caso dos outros dois pilares, é dada ênfase ao lado humano das histórias.

De facto, é através do exame dos documentos contemporâneos que se começa a abordar o passado no seu nível mais elementar. Na maioria dos casos, as fontes relacionam-se com indivíduos ou com um grupo de indivíduos, pelo menos nalguns aspectos. A seleção reflete também a grande variedade de material disponível para consulta nas coleções dos arquivos da Europa. Isto inclui, entre outras coisas, atas, editais, registos de recenseamento, diários, cartas, diagramas, desenhos, fotografias, cartazes, relatórios, panfletos, registos de serviço, despachos, súplicas, e discursos.

Ao destacar essas fontes originais, espera-se que a exposição sirva para refletir sobre a Declaração Universal dos Arquivos da UNESCO, que afirma que os repositórios de arquivos, “desempenham um papel essencial no desenvolvimento das sociedades, salvaguardando e contribuindo para a memória individual e comunitária”. A Declaração sublinha igualmente que, “o acesso aberto aos arquivos enriquece o nosso conhecimento da sociedade humana, promove a democracia, protege os direitos dos cidadãos e melhora a qualidade de vida”. A mensagem é clara. Os arquivos da Europa oferecem um rico património material que está à disposição de todos, quer sejam versões físicas originais, quer através de cópias digitais universalmente disponíveis.

Espera-se também que aqueles que visitam a exposição possam aproveitar a oportunidade para ver o presente através do prisma do passado. Talvez se possa, finalmente, aprender lições que nos permitam libertar dos ciclos históricos de intolerância, medo, violência e perseguição.



01

# Migração laboral

A primeira secção desta exposição está centrada em documentos que fornecem uma visão histórica da migração relacionada com o trabalho.

É justo dizer que a migração relacionada com o trabalho tornou-se, nos últimos anos, um tema quente de debate em toda a Europa. Tem suscitado fortes argumentos entre aqueles que defendem os benefícios da imigração económica, como meio de aumentar a base de competências de um país e reforçar a sua diversidade cultural, e aqueles que se lhe opõem - ou porque são resistentes à diversidade cultural ou porque sentem que ocorreu demasiada imigração em muito pouco tempo. Mesmo os olhares mais informais sobre a política britânica revelam que a imigração foi uma das principais questões que contribuiu para a votação da saída da União Europeia no referendo de 2016. A imigração é uma questão sobre a qual a maioria das pessoas tem uma opinião, de uma forma ou de outra.

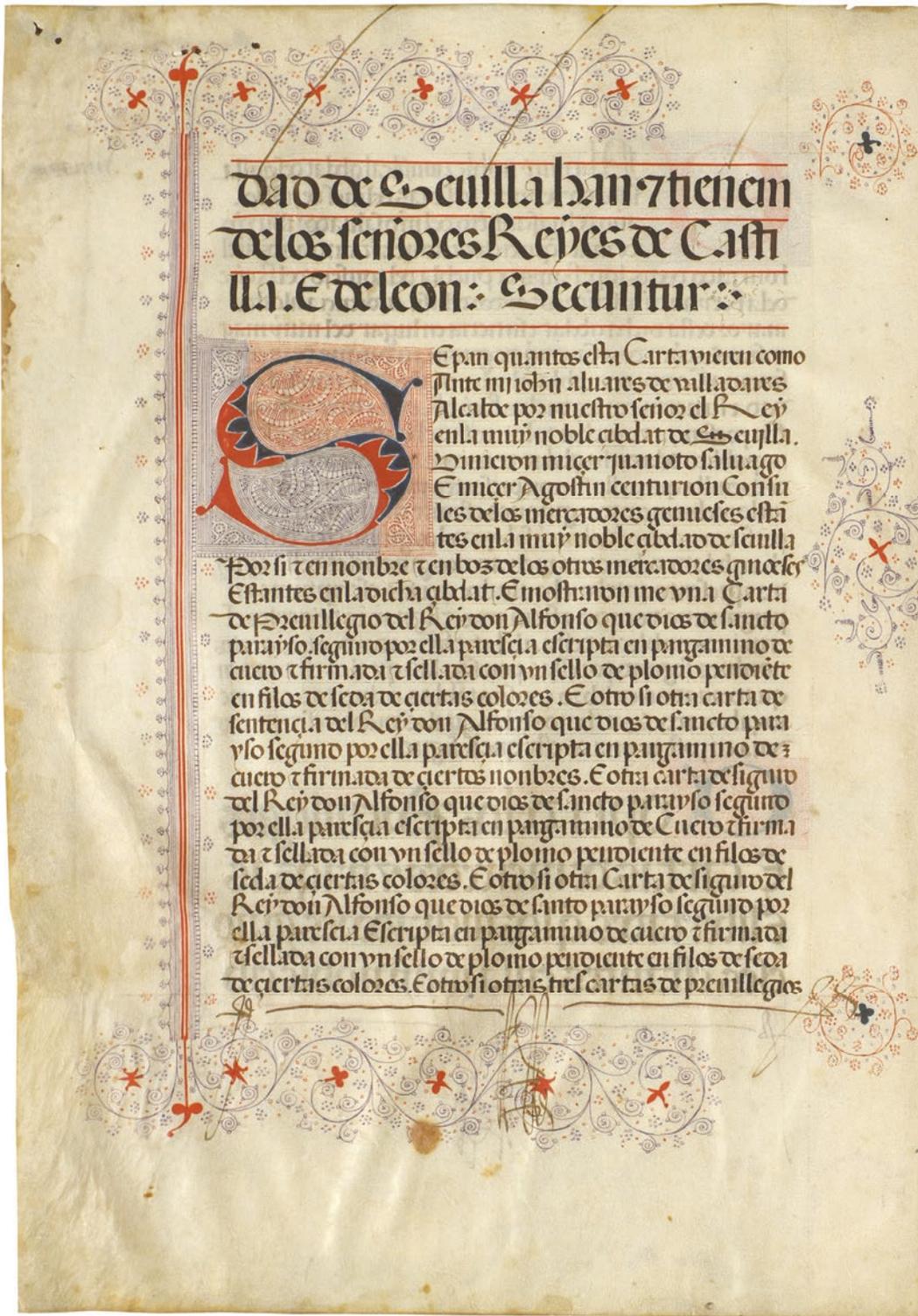
A história da Europa fornece abundantes exemplos de pessoas que viajam através do continente para exercerem os seus negócios, ou para encontrar emprego com mais facilidade. Durante o período medieval, os mercadores estrangeiros encontravam-se em todas as grandes cidades, sobretudo nos muitos portos que floresceram durante esse período. Os mercadores alemães predominavam ao longo das rotas comerciais dos mares Báltico e do Norte, enquanto os italianos estavam na linha da frente na

construção de impérios comerciais nos países do mundo mediterrânico. Através da criação de extensas redes comerciais, estes indivíduos não só beneficiaram a nível pessoal, como também ajudaram a aumentar a riqueza e o prestígio dos países onde se fixaram.

O mesmo se pode dizer dos trabalhadores estrangeiros que foram capazes de utilizar os seus conhecimentos técnicos com bons resultados nas regiões industriais da Europa. De facto, em muitos casos, os conhecimentos especializados estrangeiros revelaram-se vitais para o estabelecimento de sectores industriais em certos países. A mão-de-obra estrangeira foi também importante no aumento populacional de regiões devastadas pela guerra. Como por exemplo, o caso da Europa Central, durante as guerras otomanas no início do período moderno.

Além disso, durante os séculos XIX e XX, a Europa testemunhou uma série de migrações, em maior escala, de pessoas que esperavam encontrar trabalho no estrangeiro. O exemplo mais notável foi a migração em massa de europeus para a América do Norte. Entre 1820 e 1980, cerca de 37 milhões de indivíduos deixaram a Europa para embarcar no que tem sido denominado a “Grande Migração Atlântica”.

Globalmente, ao analisar o conjunto de documentos deste pilar, é evidente que a migração laboral está longe de ser apenas um fenómeno da atualidade.



Cópia dos privilégios e concessões reais, franquias e direitos concedidos pelos reis de Castela e Leão aos comerciantes genoveses que vivem na muito nobre cidade de Sevilha, 1251-1537

Volume encadernado, capas de madeira forradas em couro escuro, 119 folhas, pergaminho em quarto, escritas com três tintas diferentes; 24 x 33 x 5 cm

Arquivos do Estado Espanhol – Arquivo Geral de Simancas

Código de Referência: ES.47161.AGS/5.2.0//PTR, LEG, 46, DOC.73

# Privilégios concedidos aos comerciantes genoveses de Sevilha

O documento aqui apresentado é um exemplo soberbamente executado de uma das páginas manuscritas de um volume que contém os privilégios reais, concedidos aos comerciantes genoveses de Sevilha, Espanha, entre os anos 1251 e 1537. Foi escrito com três tintas diferentes: a preta, para a maior parte do texto, a vermelha e a azul, para as iniciais ornamentadas. O texto principal está em espanhol, com notas na margem escritas em latim. O volume é encadernado em capas de madeira envoltas em couro escuro e estampadas com ilustrações. Foi considerado como sendo, claramente, um livro de alguma importância.

A presença de comerciantes genoveses em Sevilha remonta ao século XII. Nessa altura Génova tinha surgido como uma das principais cidades portuárias do mundo mediterrânico. Paralelamente, a cidade tinha expandido exponencialmente a sua influência através da construção de redes de comércio e influência em vários outros países e territórios. Rivalizou com Veneza como potência comercial ao longo da costa do Levante (uma área aproximadamente equivalente à Síria moderna e ao Líbano), e tinha conquistado o controlo de grande parte da Córsega e do norte da Sardenha. Este amplo alcance geográfico deu aos genoveses acesso a uma vasta gama de bens comerciais, incluindo corantes, especiarias, medicamentos, metais, lã e ouro. Os genoveses

estavam também na linha da frente no desenvolvimento da Banca.

Na Península Ibérica, os mercadores genoveses desenvolveram uma rede comercial particularmente intrincada e fiável que se estendeu por todos os reinos medievais de Espanha, incluindo Granada, controlada por muçulmanos. Apoiava-se em extensas ligações marítimas originárias nos vários portos ibéricos, bem como nos principais centros de comércio do Norte de África, tais como Tunes e Orão. Para além de dominarem os transportes e as vendas, controlaram também a produção de mercadorias em várias localidades. Globalmente, a sua contribuição foi vital para trazer prosperidade e prestígio aos reinos espanhóis.

Os privilégios concedidos aos genoveses começaram como recompensa de Fernando III de Castela pela ajuda na conquista daquela cidade aos muçulmanos em 1248. No total estão contidos neste volume cinquenta e cinco privilégios, uma coleção que se desenrola por vários aspetos da vida quotidiana e comercial, incluindo (entre outras coisas) acordos favoráveis de câmbio de moeda, e direitos fiscais especiais. No total, formam uma coleção notável que atesta a importância da rede internacional que os genoveses estabeleceram durante a Idade Média.



## Privilégios concedidos aos mercadores alemães

Este documento trata dos privilégios concedidos aos mercadores alemães nos séculos XV e XVI. Foram concedidos pelos reis portugueses Afonso V (m. 1481), Manuel I (m. 1521), e João III (m. 1557), e pelo então vice-rei de Portugal, Arquiduque Alberto da Áustria (m. 1621). No essencial, os privilégios serviram para confirmar as “liberdades e isenções” concedidas aos alemães em relação aos mercados portugueses, particularmente, o lucrativo comércio de e para as colónias do Oceano Índico e do Extremo Oriente.

Os mercadores alemães ocuparam uma posição central nas redes comerciais europeias durante vários séculos. Entre os séculos XII e XV, a Liga Hanseática (a Hansa) dominou o comércio no mar Báltico e nos mares do Norte e à sua volta. A Hansa era uma comunidade de cidades e comerciantes que se reuniram para assegurar direitos e privilégios comerciais comuns em regiões estrangeiras. No centro encontravam-se várias cidades alemãs que se localizavam ao longo das margens sul do Mar Báltico, nomeadamente Lübeck, Riga (agora na Letónia), Tallin (agora na Estónia, em alemão: Reval), e Gdańsk (agora na Polónia, em alemão: Danzig).

Como se pode ver neste documento português de 1588, a ideia de obter privilégios especiais era algo que os mercadores alemães tentavam manter, mesmo quando o foco principal do comércio europeu se afastava dos mares Báltico, Norte e Mediterrâneo para o Oceano Atlântico e as suas

rotas marítimas para a Ásia. A seu tempo, a área de comércio atlântica seria ainda mais reforçada com a abertura de colónias europeias na América do Norte.

Portugal tinha sido o primeiro dos países europeus virados para o Atlântico a explorar a rota marítima através do Cabo da Boa Esperança, até ao Oceano Índico e mais além. O explorador português Vasco da Gama tinha feito a primeira viagem à Índia em 1497-98, e muitos aventureiros seguiram-no. Em 1510, o soldado e estadista Afonso de Albuquerque conquistou Goa, que se tornou então o principal reduto português na região. No ano seguinte, tomou Malaca, que controlava todo o comércio marítimo da China para a Índia. Em meados do século XV, os portugueses tinham avançado mais além, para abrir ligações diretas com os portos do Extremo Oriente, comercializando mercadorias finas, tais como sedas e especiarias. Os alemães tinham certamente muito a ganhar com a sua presença em Portugal durante este período.

Mas, tal como todos os impérios (comerciais ou não), o dos portugueses entrou inevitavelmente em declínio. Em meados do século XVII, os holandeses tinham tomado o lugar dos senhores do comércio europeu ao longo da rota marítima para o Extremo Oriente, e eles próprios foram substituídos pelos britânicos durante o século XVIII. Nessa altura, os privilégios assegurados pelos alemães em Portugal tornaram-se uma mera questão histórica.



# A Procura da Prata na Noruega: um desenho da Mina de Samuel

Em 1623, foram descobertos depósitos de prata num local perto de Kongsberg, no sul da Noruega. As autoridades agiram rapidamente para tirar partido desta boa fortuna, e em 1624 Christian IV da Dinamarca-Noruega aprovou um decreto real estabelecendo formalmente as Minas de Prata de Kongsberg como uma empresa. A primeira estrada pública na Noruega foi também construída nesta altura para facilitar o transporte de materiais de e para as minas. O sucesso da atividade mineira foi tal que, 2 a 12 toneladas de prata foram extraídas anualmente, com uma produção total estimada em 1,350 toneladas quando as operações cessaram em 1958. Além disso, as Minas de Prata de Kongsberg tornaram-se num dos maiores empregadores da Noruega. Durante a década de 1770, quando a produção estava no seu auge, mais de 4,000 indivíduos encontraram emprego remunerado, quer diretamente no trabalho mineiro, quer em trabalho auxiliar relacionado com as minas.

O documento ilustrado provém do acervo do Arquivo Nacional da Noruega e retrata uma secção transversal do que era conhecido como a Mina de Samuel. Este foi o nome dado em homenagem a um Samuel Los, o homem que descobriu este depósito particular de minério de prata em 1630. O próprio diagrama continua a ser uma excelente fonte histórica, dando uma impressão muito clara de como a mina funcionava juntamente com as condições que os mineiros tinham de enfrentar. No fundo do poço, encontramos vários deles a trabalhar em câmaras

que devem ter sido incrivelmente húmidas e desagradáveis. Um abastecimento vital de ar era fornecido por um sistema de bomba que se estendia para cima através da mina. Também está representado o elevador que foi utilizado para transportar os depósitos de prata para a superfície e entre os edifícios ao nível do solo podemos ver a estrutura em forma de cone onde era utilizada a força dos cavalos para operar o sistema. Não foram disponibilizados tais luxos aos próprios mineiros, que tinham de subir e descer uma série de escadotes todos os dias.

O documento também é notável pelo facto de estar escrito na língua alemã. O alemão passou a ser a língua administrativa nestas minas e foi utilizado em desenhos técnicos como este. Isto prova o grande número de engenheiros e trabalhadores alemães que encontraram emprego nas minas de Kongsberg durante os primeiros anos da indústria mineira norueguesa. A Guerra dos Trinta Anos, que se prolongou de 1618-48, contribuiu para dizimar indústrias e meios de subsistência em todos os estados alemães, incluindo na Saxónia, que tinha sido um centro de perícia em mineração de prata desde o século XII. Felizmente para os mineiros que estavam em condições de deixar a Alemanha, o nível da sua perícia era tal que encontraram um pronto acolhimento em países onde os seus serviços podiam ser úteis. Neste sentido, a sua migração pode estar primordialmente relacionada com o trabalho, em oposição aos que não têm outro lugar para onde ir.

Desenho da Mina de Samuel, Noruega, 1716

1 página, mapa desenhado à mão em papel; 48 x 67 cm

Arquivo Nacional da Noruega

Código de Referência: RA/EA-5930/T047b32/0002 – KS II C IIa 2a



# Repovoamento: o contrato de regularização da aldeia de Vöröstó

As campanhas militares do Império Otomano são épicas na história da Europa Central e do Sudeste. Desde o século XII até ao século XVIII, os otomanos travaram uma série de guerras brutais com os vários reinos e estados daquela parte do mundo. Para eles, grande parte deste período caracterizou-se por sucessos regulares no campo de batalha, juntamente com a busca voraz da expansão territorial. Em meados de 1680, porém, a situação começou a mudar. O Império Habsburgo e os outros estados cristãos conseguiram travar o avanço otomano, e durante as décadas que se seguiram os seus exércitos tinham retomado áreas consideráveis de terra que anteriormente haviam perdido.

Toda esta atividade militar tinha naturalmente conduzido à devastação periódica das terras e dos meios de subsistência das pessoas que viviam nas zonas de guerra. Mas isto, por sua vez, podia criar oportunidades para qualquer um que estivesse disposto a aproveitar o que ficava quando os guerreiros partiam para lutar noutra lugar.

O contrato de colonização da aldeia de Vöröstó constitui um bom exemplo disso. Vöröstó, tal como muitas localidades húngaras, tinha sofrido muito durante as guerras, de tal forma que em 1723 estava severamente despovoada. O nobre proprietário da aldeia, o Conde Imre Zichy, decidiu repovoar a aldeia com colonos da Alemanha, Eslováquia e outras zonas da Hungria.

Na redação do contrato descobrimos que a pessoa que representava os colonos se chamava Hans Adam Höckl, e que era oriundo de Hohebach, na Alemanha. Zichy compromete-se a fornecer a Höckl e aos outros colonos “terrenos, jardins, material de construção e madeira suficiente para construir as suas casas e repovoar a aldeia”. Declara: “Além disso, os colonos estão isentos do pagamento de impostos locais e de impostos a serem pagos ao Imperador [Carlos VI], e da obrigação de trabalhar para o senhorio e para os soldados de aquartelamento durante três anos”.

Estas eram condições muito favoráveis. De facto, revelam a situação em que a aldeia deve ter estado. Seria claramente necessário um trabalho considerável para torná-la novamente habitável. No entanto, Zichy esperava que a sua exploração se tornasse lucrativa no devido tempo. Acrescentou ainda que após os três anos os colonos seriam obrigados a “pagar quatro *Guldens* de imposto ao senhorio todos os anos e cinco dias de trabalho”. Além disso, “são obrigados a pagar o *nono* [mais um imposto ao senhorio] após a utilização dos seus campos, e são obrigados a pagar o *dízimo* também ao bispo”.

O grande estadista americano Benjamin Franklin estava certamente correto quando disse que, “neste mundo, nada pode ser dado como certo, exceto a morte e os impostos”.



# Um vidro especial: os catálogos de Ib Olufsen Weyse

A produção de vidro tem sido uma atividade comercial pelo menos desde que existem registos históricos. As contas de vidro egípcias sobreviveram desde cerca 2500 a.C., e os objetos de vidro circulavam amplamente por todo o antigo mundo romano. A ilha veneziana de Murano tornou-se um importante centro de produção de vidro durante o período medieval, e no início do século XVIII os conhecimentos associados à produção e decoração de vidro tinham-se espalhado por muitas partes da Europa nomeadamente na Inglaterra, Boémia e Alemanha.

Até essa altura, qualquer norueguês que quisesse obter produtos de vidro tinha de depender das importações do estrangeiro. Para muitos, isto não fazia muito sentido, dado que a Noruega tinha muitos dos pré-requisitos naturais para a produção de vidro. As extensas áreas florestais forneciam madeira abundante para combustível, e os muitos lagos e rios funcionariam como rotas de transporte de e para os portos. A areia de quartzo e potassa também estavam disponíveis para utilização.

Uma fábrica de vidro foi devidamente estabelecida como parte da empresa norueguesa semipública (*Det Konelige Octroyerede Norske Fabrique-Campagnie*), que tinha sido fundada em 1739. O sucesso deste interesse dependia inicialmente da prossecução de uma política económica mercantilista por parte do Estado Dinamarquês-Norueguês. Foi concedido à empresa um monopólio de vendas e foi proibida a importação de vidro de fabrico estrangeiro. O

único elemento que escapava aos noruegueses era a experiência local. Ciente disto, a empresa fixou uma elevada taxa de salários a fim de atrair trabalhadores vidreiros experientes dos principais centros de produção europeus. Como resultado, o vidro fabricado na Noruega passou a rivalizar com qualquer outro produto no mercado internacional.

O documento aqui apresentado é uma página de um livro de padrões (essencialmente um catálogo), ilustrando alguns dos belos desenhos disponíveis na fábrica de vidro de Nøstetangen. Os livros de padrões, publicados de 1763-1764, foram criados por um gravador sediado em Copenhaga chamado Ib Olufsen Weyse. Apresentam artigos de mesa finos, tais como copos de vinho, taças e castiçais, bem como artigos de uso doméstico diário, tais como caixas de sal, recipientes de azeite, e frascos para conservação de alimentos. Os livros estavam à disposição dos clientes para consulta em algumas das principais lojas da área na Dinamarca e Noruega.

À esquerda na imagem podemos ver um exemplo de um dos cálices mais pequenos feitos em Nøstetangen. Foi concebida para conter cerca de 25 centilitros de líquido. À direita encontra-se um delicado copo de aguardente. Estes desenhos, e os produtos que publicitam, ilustram o nível de perícia necessário para lhes dar vida. Neste caso particular, os trabalhadores estrangeiros desempenharam um papel vital na introdução de uma nova linha de indústria na Noruega.

Catálogo de Weise, 1763, Copenhaga?

1 Volume encadernado, 348 páginas + índice, desenhos em papel; 22 x 34 cm

Arquivo Nacional da Noruega

Código de Referência: RA/PA-0001/Fa/L0036



## O censo da população grega no mercado da cidade de Szécsény

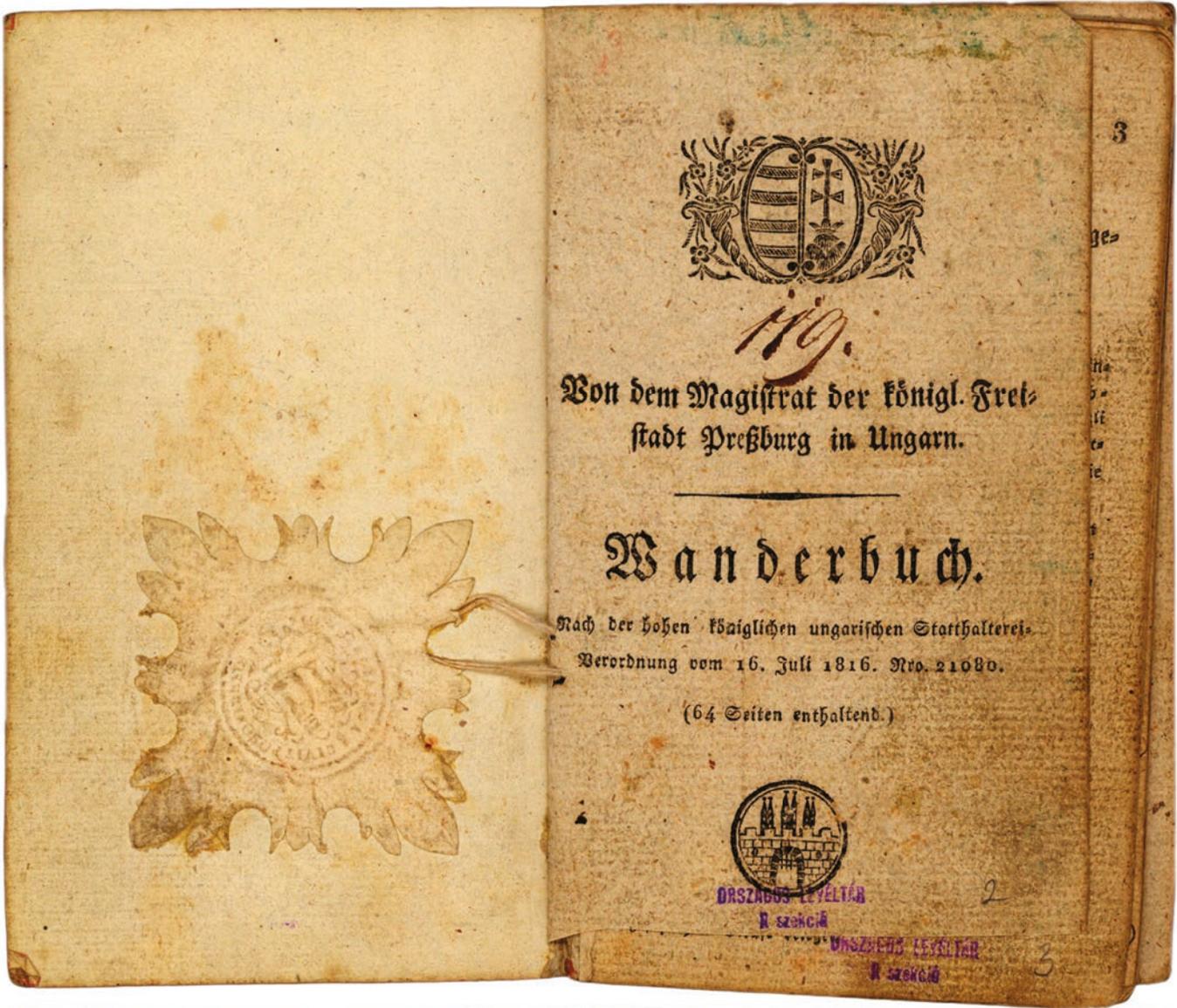
Este censo da cidade de Szécsény no condado de Nógrád é um registo muito importante que atesta o estabelecimento de comunidades gregas na Hungria durante o século XVIII. É apresentado de forma bastante interessante. Uma série de colunas fornecem informações, como os nomes dos indivíduos, a idade, a religião, a nacionalidade, de onde vieram e quando entraram no território de Habsburgo.

Tecnicamente, os indivíduos listados no censo são referidos como sujeitos otomanos, o que de facto é um reflexo preciso do seu estatuto político nessa altura. Os turcos otomanos tinham conquistado os Balcãs durante o período medieval, e ainda controlavam grande parte da região no final do século XVIII. A palavra “grego” parece ter sido utilizada pelos contemporâneos como um termo de referência para vários povos da fé cristã ortodoxa procedentes das áreas meridionais da região dos Balcãs. De facto, a maioria dos indivíduos registados no recenseamento provinha da Macedónia, uma região histórica que abrange atualmente os limites do território da Grécia, Macedónia do Norte, Sérvia, Kosovo, Albânia e Bulgária.

Os imigrantes gregos tiraram partido do desejo dos Habsburgos de reconstruir e repovoar as terras

húngaras que tinham estado recentemente sob o jugo dos otomanos. Como grupo, cedo prosperaram na sua nova pátria. Em particular, utilizaram as suas capacidades empreendedoras para construir um respeitável perfil no mundo dos negócios e do comércio. Tal foi favorecido pelo facto de terem sido capazes de se ligar às redes comerciais existentes nos territórios otomanos e assim procurar monopolizar o comércio de certos bens para a Hungria. De facto, o seu sucesso foi tal que o grego se tornou a língua comum para o comércio nos Balcãs.

Os gregos também contribuíram para a vida cultural húngara. Isto foi claramente evidente em Balassagyarmat, outra das cidades do condado de Nógrád. Em meados do século XVIII, a cidade estava cheia de prósperas famílias de classe média, e em 1785 foi aí construída a primeira igreja ortodoxa do condado. Ao longo das décadas, o carácter de Balassagyarmat mudou de uma cidade de mercado local de pequena escala, para um povoado considerável e virado para o exterior, repleto de artesãos e comerciantes. O seu sucesso reflete o sucesso universal dos imigrantes gregos da Hungria durante o século XVIII.



## A caderneta de viagem de Jakab Modern, o ferreiro

Alguns historiadores referem-se ao período entre 1780 e meados do século XIX como a Era das Revoluções. Através da utilização deste termo, não só aludem a grandes acontecimentos políticos como a Revolução Francesa de 1789 e as revoluções pan-europeias de 1848, mas também à Revolução Industrial, um movimento que teve início na Grã-Bretanha com um impacto sísmico na vida laboral de uma maioria de europeus. Talvez o aspeto fundamental tenha sido a forma como as máquinas se destacaram como agentes primários e substituíram os artesãos na produção em massa de bens.

Seria errado pensar, no entanto, que a Revolução Industrial erradicou completamente o artesanato. O *wanderbuch* (caterneta de viagem) de Jakab Modern é prova disso. Ele regista as viagens de um ferreiro na Europa Central durante os anos 1823-1829. Basta folheá-lo para se ter uma boa imagem de como era a vida profissional moderna.

Na primeira imagem podemos ver a página de abertura do documento. O seu objetivo como “*wanderbuch*” é claramente afirmado, assim como o facto de ter sido emitido pelos magistrados da Real Cidade Livre do que é hoje Bratislava (hoje capital da Eslováquia, em alemão: Pressburg; em húngaro:

Pozsony). Os dados pessoais de Modern estão registados na segunda página. Entre outras coisas, ficamos a saber que o seu cabelo é castanho, os seus olhos são azuis, o seu nariz é ‘proporcional’, e a sua boca é ‘vulgar’. A partir da página 8 são fornecidos detalhes de cada um dos locais onde Modern parou durante as suas viagens a fim de exercer a sua profissão. Nas páginas 24 e 25, por exemplo, vemos que entre 20 e 27 de setembro de 1824 ele esteve em Estugarda, Ulm, Neu Ulm, e Munique. Na página 60 (temos outro exemplo), observa-se que entre 1 e 3 de outubro de 1827 visitou Berna, Lucerna e Zurique.

O conceito de artesão itinerante tinha uma longa história que remonta às origens das guildas da Idade Média. Depois de servir como aprendiz, o jovem artesão teria então direito a viajar para outras cidades e vilas, aprendendo mais sobre o seu ofício com outros mestres à medida que se deslocava. A teoria era que acabaria por adquirir competências e experiência suficientes para se tornar ele próprio um mestre e se fixar devidamente num local. Depois, treinava aprendizes seus, que por sua vez embarcavam então nas suas próprias viagens de descoberta. No entanto, é quase seguro afirmar que poucos viajantes chegaram tão longe como Jakab Modern.

Caderneta de viagem de Jakab Modern, o ferreiro viajante da atual Bratislava, 1823-1829, Bratislava (na época em alemão: Pressburg e húngaro: Pozsony)

Pequeno livro, 35 páginas, manuscrito e pré-impresso em papel; 10 x 17 cm (posição fechada), 20,5 x 17 cm (posição aberta)

Arquivos Nacionais da Hungria

Código de Referência: HU-MNL-OL – R 276 –No. 271

**3. Personliste over Folketallet 3 December 1900.**

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14
Personnr. 26.	Personens Navn. (Fornavn og Efternavn.) Ved Blev, endes uden Navn, endtes: kaldet Gald eller kaldet Pige.	Kj3n.	On boet paa Stedet (S.) eller om han midlertidigt tilh3rde ind- eller om midlertidigt fra varende (T.) (Se Blev. 4)	For dem, som blev var midlertidigt tilh3rde v3rende: vedvarende (T.)	For dem, som var midlertidigt forvarende: st3ngetil Oph3ldestid i Denslev.	Stilling i Familien. (Hustru, Hustru, S3n, Datter, Tjenestestude, Lejersvend, herunder 33 F3rdlev, vanlig Lejersvend, Blev grunde s. s. 2.) (H., Hm., S., D., T., H., EL., B.)	3gsk3bsh3jstilling. (Sg., S., P., K., L.)	Erhverv og Livsforhold. Ogs3 Hustru eller Blevs sædvanlige Erhverv. Man angives tydeligt og specifikt Næringsvej og F3rdlev eller Fag, som man ud3ver eller arbejder i, og s3lvs sin Stilling i dette Erhverv. Har nogen flere Erhverv, angives disse, hermed endes med f3rdlev. (Se f3rdlevigt Bem3rking T.)	F3rdlevs-3r (samt F3rdlevs-3r ind3r 3 A3r).	F3rdlevs-3r (For dem, der er f3rdlev i samme By som F3rdlevs-3r (T.) skrives F3rdlevs-3r T.). For de øvrige skrives Herkomst eller Bop3rse eller Bop3rse Navn. For de i Udlandet f3rdlevende skrives Navn.)	Underst3nnet F3rdlevs-3r (For dem, der er underst3nnet Underst3nnet skrives Bop3rse T.). N: For de øvrige skrives vedkommende Underst3nnet Navn eller i Tilf3lde: (Udlandet, ind3r Skandinav.)	Transf3rdlevs-3r (For dem, der tilh3rde den norske Skandinaviske skrives Bop3rse T.). For de øvrige skrives vedkommende Transf3rdlevs-3r Navn eller i Tilf3lde: (Udlandet, ind3r Skandinav.)	Sl3rdlevs-3r, Bop3rse eller Blandt. For nogen af de øvrige skrives: Bop3rse T.). Blandt (B.) Blandt (S.) Blandt (H. v. s. fra F3rdlevs-3r eller den tilf3rdlevende Bop3rse) (AA)
		1	Georgine De Laetie	m	t			3lf	g	3lf & ammentidst3n (v3rd)	> 1866	Italian	N
2	Emilie De Laetie	f	t			3lf	g	3lf & ammentidst3n (v3rd)	> 1865	I		g	
3	Margrete D. Laetie	m	-			3lf	g		> 1872				
4	Ursula D. Laetie	m	-			3lf	g		> 1873				
5	Adolf D. Laetie	m	-			3lf	g		> 1875				
6	Marie D. Laetie	m	-			3lf	g		> 1877				
7	Randi D. Laetie	m	-			3lf	g		> 1877				
8	Mathis Ericksen	m	-			3lf	g		> 1878	3lf Moland		metodist	
9	Mathias Melgaard	m	-			3lf	g	3lf & ammentidst3n (v3rd)	> 1866	3lf Moland	N	I	
10	Louise Juergen	m	-			3lf	g	3lf & ammentidst3n (v3rd)	> 1877	3lf Juergen		I	

34 = 10

Estudadores italianos de Oslo, 3-12-1900, Oslo (3 3poca: Kristiania)

1 p3gina, manuscrito em formul3rio impresso, papel; 31 x 19 cm

Arquivo Nacional da Noruega

C3digo de Refer3ncia: RA/SSB/S-2231/E/Ft1900/Oslo/box no. 122 and 162

## Estucadores italianos em Oslo

Os resultados dos censos fornecem uma grande quantidade de informação histórica útil, particularmente para aqueles envolvidos na investigação da história da família e para aqueles que procuram analisar os padrões de emigração. O primeiro censo norueguês completo foi realizado em 1769, e forneceu informações sobre o número de pessoas que viviam em famílias individuais. O recenseamento de 1801 foi o primeiro a registar pormenores completos sobre os nomes, idades e profissões dos habitantes da Noruega, e a partir de 1815 estas informações eram normalmente recolhidas de dez em dez anos.

O documento aqui mostrado é uma página do censo de 1900, e trata dos habitantes da porta 12 de Schwensens, em Oslo (chamada Kristiania antes de 1925). O nome de Giovanni de Paolis está no topo da lista, e ficamos a saber que ele nasceu em 1865 e que é italiano. A sua ocupação está registada como: '*gibs og cementsøberi (eier)*', que se traduz como 'empresa de gesso e cimento (proprietário)'. Por baixo do seu nome está o da sua mulher, Grethe de Paolis, e dos seus cinco filhos, Margrethe, Umberto, Astrid, Marit, e Randi.

Giovanni emigrou para a Noruega com os seus pais Antonio e Maria e os dois irmãos mais velhos na década de 1870. A família era originária de Varallo, no norte de Itália, onde Antonio se tinha formado e trabalhado como estucador. Ao chegar à Noruega, Antonio continuou nesta profissão, e no devido tempo os seus dois filhos Giovanni e Bartholomeo seguiram os seus passos. Em 1898, os irmãos fundaram a sua própria fábrica em *Vahls gate 3*,

Oslo, sob o nome '*Brødrene de Paolis Gibsmageri og Cementsøberi*' ("A empresa de Estuque e Cimento Irmãos de Paolis"). Em Dezembro de 1900 (quando foi feito o censo), os irmãos empregavam na sua fábrica sete italianos, estucadores de gesso.

Durante a segunda metade do século XIX, Oslo foi o principal destino dos imigrantes na Noruega. Os noruegueses nativos também começaram a deslocar-se em número significativo do campo para as cidades, ajudando assim a fomentar a urbanização. Entre 1855 e 1900, a população de Oslo cresceu exponencialmente, um fenómeno que, por si só, ajudou a impulsionar um aumento acentuado da procura de certos produtos e serviços essenciais. Dada a quantidade de trabalho de construção necessária e a conseqüente necessidade de interiores decorados, a família de Paolis tinha escolhido um bom momento para trazer a sua perícia em estucagem para a Noruega.

Como italianos, não foram certamente os únicos a procurar afastar-se da sua pátria. A melhoria do nível de vida na sequência da unificação do país levou ao aumento da população, ao mesmo tempo que a mudança dos padrões de utilização da terra significou menos oportunidades de emprego disponíveis, particularmente no sul do país. Os indivíduos não qualificados dirigiram-se sobretudo para as Américas, onde as oportunidades eram variadas e abundantes. Artesãos como o pai de Giovanni de Paolis, por outro lado, tiveram a oportunidade de encontrar trabalho noutros países europeus, como a Noruega.

Emigranter afgaaade med S. S. "TITANIC" 10. April									
Christiania den 3. April 1912 - - "Oslo"									
No.	Navn.	over	over	under	fra	til	Kr.	Øre.	Anm.
		12 Aar.	1 Aar.	1 Aar.					
71.	Arne Sørensen	18			Campen	New York	320	-	1 <sup>st</sup> class N.S.
72.	Carl Mellesjø	22			Ski	Chicago, Ill.	238	-	#57
73.	Olaf Petersen	29			Sandefjord	New York	181	00	1 <sup>st</sup> class N.S.
		3							
"CELTIC" 11 <sup>te</sup> April 1912. F/s "Oslo" 3. April. Holst. 19.									
027+	Alexander Carlson	49			Holm.	New York	157	00	#22 +

# Passagem para a América: a Grande Migração Atlântica

Certas palavras podem evocar imagens horríveis. Neste documento vemos o nome ‘Titanic’ e o ano de 1912 e começamos imediatamente a pensar em águas geladas, um navio gigante a afundar-se sob as ondas, e barcos salva-vidas repletos de passageiros que navegam em busca de segurança.

A lista de passageiros aqui mostrada é mantida no Arquivo Nacional da Noruega como parte da coleção da companhia de navegação White Star Line. A White Star Line era propriedade britânica mas tinha um escritório em Oslo para processar passageiros noruegueses que desejavam fazer uma ligação ao Reino Unido a fim de assegurar a passagem num dos navios que navegava para a América. Na lista estão registados três dos 28 passageiros noruegueses que navegaram com o Titanic quando este partiu de Southampton a 10 de Abril de 1912. Dois deles, Arne Johan Fahlstrøm e Carl Midtsjø, fizeram a viagem de ligação a partir de Oslo (na altura chamado Kristiania) no dia 3 de Abril. O seu navio recebeu o nome de ‘Oslo’. O terceiro, Olaf Pedersen, acabou por viajar de Larvik no dia 5 de Abril. Destes três homens, apenas Midtsjø sobreviveu ao desastre Titanic, um dos 705 de um total de cerca de 2.200 passageiros e membros da tripulação.

Os noruegueses no Titanic também fizeram parte de uma história mais vasta, a da migração em massa de muitos milhões de europeus para a América. Este movimento de pessoas através do Atlântico estava em curso desde a “descoberta” do Novo Mundo no

final do século XV. No entanto, em meados do século XIX, melhores ligações e custos mais baixos tinham ajudado a facilitar o transporte de um número cada vez maior de indivíduos. A maioria foi atraída pelas melhores oportunidades que países em expansão, como os EUA, podiam oferecer. Nesse sentido, foram motivados por aquilo a que os historiadores se referiram como factores de “atração”. Mas, em certos momentos, os chamados factores de “empurrão” vieram a predominar. Durante o final da década de 1840, por exemplo, uma grande onda emigrou em desespero da Irlanda e da Alemanha após o início do fracasso das culturas, da fome e da agitação política no seu país de origem.

Midtsjø, Fahlstrøm e Pedersen tinham, cada um à sua maneira, ido todos em busca de oportunidades disponíveis na América. Fahlstrøm tinha recebido o preço da passagem de seus pais para que pudesse estudar teatro em Nova Iorque. Pedersen já era cidadão dos EUA e regressava ao país depois de uma estadia na Noruega, onde se tinha casado. A intenção era que a sua nova esposa norueguesa se juntasse a ele na América, uma vez que ele tivesse ganho dinheiro suficiente para sustentar uma família. Midtsjø era filho de um agricultor, e foi o primeiro de vários irmãos que emigraram para os EUA. Dado que viajava em terceira classe e era um homem adulto saudável, deve ter tido muita sorte por ter encontrado um lugar num dos barcos salva-vidas do Titanic naquela fatídica noite.

Emigração para os Estados Unidos: viajantes do Titanic, 10–4–1912, Oslo (à época: Kristiania)

Volume encadernado, 484 páginas, formulário manuscrito pré-impresso em papel; 30 x 18 cm

Arquivo Nacional da Noruega

Código de Referência: SAO/PAO-0201/Da/L0004, image 169



# Emigrantes portugueses a caminho de outros países da Europa

As fotografias aqui mostradas são ilustrativas de situações em que a maioria das pessoas já se encontrou numa altura ou noutra. As viagens podem ser uma atividade stressante, particularmente se feitas de comboio e transportando várias peças de bagagem pesada. Neste caso particular, os indivíduos retratados em duas das fotografias estão a transportar o que parece ser uma quantidade invulgarmente grande de bagagem. A mulher que usa os óculos de sol está claramente a lutar com vários artigos diversos, incluindo o que parece ser um aparelho de rádio bastante grande. Outra mulher procura algo numa mala enquanto o seu marido segura um bebé. A razão para este aparente excesso de “coisas” é que estas pessoas eram emigrantes portugueses que pretendiam iniciar uma nova vida para si próprios no estrangeiro. Nisto eles estavam longe de estarem sozinhos. Em 1971, quando as fotografias foram tiradas, muitas dezenas de milhares de portugueses optaram por emigrar do país.

Esta não foi de modo algum uma ocorrência pontual, única naquele tempo em particular. A emigração em grande escala de Portugal era um fenómeno que se prolongava há vários anos. Calcula-se que entre 1933 e 1974, cerca de 1,98 milhões de indivíduos emigraram. Antes de 1960, a maioria foi para a antiga colónia portuguesa do Brasil. De 1960 a 1974, o foco deslocou-se para os países da Comunidade

Económica Europeia (CEE), particularmente França e Alemanha. Estes deveriam tornar-se os anos de pico da emigração portuguesa.

As principais razões subjacentes ao recrudescimento da emigração portuguesa eram, em parte, de natureza económica. Dito de forma simples, as pessoas tinham a oportunidade de ganhar mais dinheiro nas economias de crescimento mais rápido do bloco da CEE. Para além disso, a atitude do governo português em relação à emigração tornou-se mais positiva com o passar do tempo. Durante as décadas de 1930, 1940 e 1950, o governo estava interessado em manter a sua força de trabalho nativa, e assim aprovou uma série de leis destinadas a impedir a emigração generalizada. Mas com a modernização da economia portuguesa nos anos 60, a necessidade de mão-de-obra não qualificada associada ao sector agrícola tradicional diminuiu. Oficialmente, a porta estava aberta para aqueles que desejavam deixar o país.

Muitos dos que emigraram eram jovens do sexo masculino no auge da sua vida profissional. Os seis homens retratados na quarta fotografia podem claramente ser colocados nesta categoria. Algumas pessoas mudaram-se como parte de grupos familiares, como é evidente nas outras fotografias. Em geral, todos eles eram capazes e mais do que prontos a dar um contributo positivo aos seus países de acolhimento.

Emigrante portugueses a caminho da Europa, 1971

4 fotografias a preto e branco, papel;

no. 026: 12,3 x 18,2 cm; no. 035: 18,2 x 13 cm; no. 036: 18,1 x 13,3 cm; no. 043: 24 x 15,7 cm

Portugal – Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Código de Referência: PT/TT/DME/AF/001/2076/026, 035, 036 and 043

02

# Migração relacionada com a guerra

Escusado será dizer que a guerra é um dos esforços mais trágicos e onerosos da humanidade. Tem igualmente uma história remota. Em épocas pré-modernas, a guerra tendia a ser uma questão de batalhas e combate corpo-a-corpo, mas a seu tempo transformou-se em algo que ficou conhecido como “guerra total”. Isto significa uma guerra que é em grande parte de natureza irrestrita, tanto em termos do armamento utilizado como em termos dos objectivos visados. Inclui táticas como o bombardeamento estratégico de áreas urbanas densamente povoadas, a implementação de políticas de terra queimada, o bloqueio e sítio de países e cidades, o ataque à marinha mercante, a prática de ações de represália, e a colocação de determinados grupos de pessoas em campos especiais.

É claro que, ao longo dos séculos, a Europa tem assistido a muitas guerras. Estas vão desde conflitos locais e guerras civis até confrontos em grande escala envolvendo muitos países. Os europeus também têm estado na linha da frente na condução de guerras a nível global. Em todos os casos, a miséria humana tem sido um dos principais produtos biológicos de tal belicosidade.

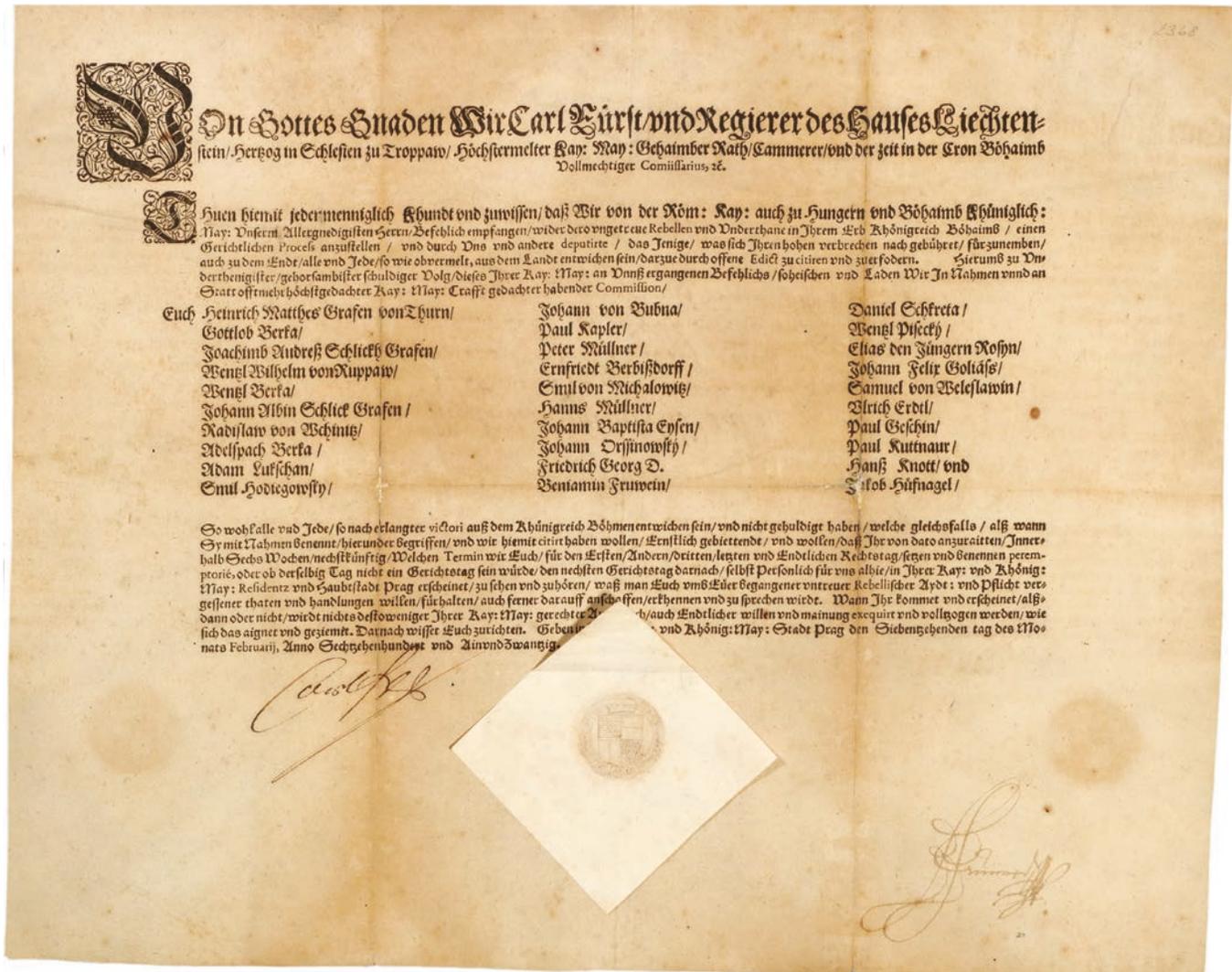
Esta secção da exposição concentra-se na migração relacionada com a guerra. Reúne material original

desde o início do século XVII até à segunda metade do século XX.

Alguns dos documentos destacam casos em que pessoas foram deslocadas ou fugiram para o exílio para escapar aos efeitos da guerra total. Outros fornecem uma visão da situação daqueles que migraram da sua pátria devido à sua ocupação pelo inimigo em tempo de guerra, ou porque sofreu rendição como parte dos termos de um tratado de paz ou acordo internacional. Mais genericamente, muitos dos documentos dizem respeito a pessoas que migraram para escapar à perseguição após a derrota em conflitos civis ou na sequência da tomada de controlo dos seus países por ditaduras militares.

Alguns documentos apontam para o papel desempenhado pelas organizações internacionais na prestação de ajuda às pessoas deslocadas pela guerra, enquanto outros contam as histórias de alguns dos funcionários bem colocados que forneceram aos refugiados a documentação necessária para fugir para países onde poderiam viver em segurança.

Fundamentalmente, os documentos desta secção dão testemunho vívido dos custos pessoais envolvidos quando as nações, ou facções dentro das nações, decidem pegar em armas.



Carl do Liechtenstein convoca pessoas de todos os estados que emigraram do país após a batalha da Montanha Branca, 17–2–1621, Praga

1 página, patente impresso sobre papel; 47,7 x 38,2 cm; com selo impresso (diâmetro 3,5 cm)

Arquivos Nacionais da República Checa

Código de Referência: NA, AČK, inv. no. 2368

# Os Exilados Protestantes da Boémia: a convocatória de Carl do Liechtenstein de 1621

A 8 de Novembro de 1620 foi travada uma batalha na Montanha Branca (Bílá hora), cerca de 13 km a oeste de Praga, no que era então o reino da Boémia. Foi o culminar de um período de intenso confronto entre os príncipes protestantes e nobres da Alemanha e da Europa Central, por um lado, e o católico do Sacro Império Romano, por outro.

Desde a sua criação na Alta Idade Média, o Sacro Império Romano consistia num conglomerado de estados, principados, cidades e territórios abrangendo a Europa Central e o que é hoje a Alemanha, bem como partes do que é hoje o norte da Itália e o leste da França. À sua frente estava um monarca eleito, o Santo Imperador Romano, que na altura da Batalha da Montanha Branca era Fernando II da Dinastia dos Habsburgos.

Os protestantes que se opunham a Fernando (todos eles seus súbditos) eram chefiados por Frederick V, governante da região do Palatinado na Alemanha. Em 1618, a assembleia controlada pelos protestantes na Boémia tinha-se rebelado contra o predecessor de Fernando, Mathias, fazendo de Frederick o rei da Boémia. Os dois lados reuniram exércitos, levando assim ao inevitável choque de armas na Montanha Branca. O exército católico de Fernando derrotou decisivamente as forças de Frederick, e prosseguiu com a captura de Praga, pondo assim efetivamente fim à rebelião. Frederick e muitos dos líderes protestantes partiram para o exílio no estrangeiro.

O documento que aqui vemos ilustra a condição em que os protestantes da Boémia se encontraram após

a sua recente derrota militar. Foi publicado a 17 de Fevereiro de 1621 em nome de Carl do Liechtenstein, um dos principais oficiais de Ferdinand II nessa altura. No texto, é anunciado que o imperador ordenou o julgamento dos “rebeldes e súbditos infiéis nas suas terras hereditárias [da] Boémia”, e que aqueles que foram para o exílio são convocados a comparecer perante ele para responder pelo seu “enorme crime”. É então fornecida uma lista dos nomes daqueles que foram apontados como sendo os mais notáveis dos rebeldes. Com efeito, porém, a convocatória destina-se a ser aplicada a todos os boémios que tinham apoiado ativamente a causa protestante. Eles são “convocados da mesma forma que seriam se mencionados pelo nome”.

Para aqueles que vieram a julgamento, as consequências foram severas. 27 deles foram executados em Praga, em Junho de 1621, e aqueles que permaneceram em liberdade tiveram as suas terras e títulos confiscados e transferidos para nobres e cavaleiros (todos católicos) que tinham sido leais a Fernando. O protestantismo foi proibido, e em 1627 foi introduzido um governo centralizado.

A um nível europeu mais vasto, as repercussões da Revolta Boémia foram amplas. O conflito deu efetivamente início a uma série de guerras interligadas (conhecidas coletivamente como a Guerra dos Trinta Anos) que devastaram grande parte da Europa Central. Só com o tratado de Vestefália em 1648 é que a Europa Central voltou a uma situação de paz (infelizmente temporária).

Iszon békefogyás nyomásával szerelték kegyelme-  
 tük közönségét, kívánnyuk!

Domonon jibenteltyük kegyelmeinket Iszomde  
 kánk boesaltalott o'stór s - lafogalóját, az Ellenfé-  
 minskünk semmi javunkat az hadca, minden járó dier-  
 hamikat elhajtott. Szerkedem való jó ragyokban pódor  
 hánt, valamit szerelt, Lommit el is kagvott, magunk  
 csak az rajunk levő ruháinkban maradtunk; Ez az Iszomde  
 kegyelme hozzánk, hogy egy demolyis közönségünk rab-  
 fajra az Ellenfényük az adott. Vettük becsületet a ke-  
 gyelmeink izenete, és hogy seánk kegyelmeink gondogy-  
 vola. Mink hogy mebotte legedelme nélkül Iszomde sem  
 mehetünk; Kezünk kegyelmeink szereltet, haza szállit-  
 raltatásunkban legye kegyelmeink fogvópálat; kúdogyon  
 kegyelmeink fi rekjünkre 4. avagy 5. szerkedem mi a  
 szerkedem illendően conditonaljude, In bennünk békefog-  
 gal háramunkhoz Vivén. Annak kletta birja in kegyelmeink  
 az vitéz Rendszer, hogy baj csak kegyelmeink jóf-  
 jink elönléte ide az régi Rendszer, hogy annál beforjogottab  
 letessz utazásunk. Ebbel k. vanfogintott kegyelmeink  
 annalhon, ha In bennünk élde kegyelmeink meg sol-  
 galni igy kerünk. Mink hágy kegyelmeink bennünk,  
 és onth nap legye a terminus, ezin Jollyer állat izenete  
 meg kegyelmeink, mis magunk az kegyelmeink meg hok  
 20 ráfjhor fogjuk abakmeradni. In legye kegyelmeink

Tisza sáron 1707. 20. Januar.

Kegyelmeink Joakami Magó Mihály  
 és Bába Mátyás.

Bácskában negyü  
 Levélár  
 Kocakenté

16.

## Vítimas de guerra em busca de ajuda na cidade de Kecskemét

As cartas escritas por civis durante a guerra oferecem frequentemente aos historiadores uma visão única da natureza do conflito armado e do caos e destruição que este pode causar. Aqui vemos um exemplo do início da Hungria do século XVIII, co-escrito por dois indivíduos (Mihály Magó e Mátyás Csaba) no auge de uma revolta conhecida como Guerra de Independência de Rákóczi. Os dois homens dirigem a sua carta aos líderes da cidade de Kecskemét e pedem-lhes ajuda. Os seus apelos merecem ser citados com algum pormenor:

“Relatamos-vos com pesar o castigo divino de que sofremos - o Inimigo não nos deixou nada dos nossos bens, roubaram-nos todo o nosso gado, prenderam o nosso gado em carroças, e deixaram-nos sem nada para viver. Neste momento, possuímos apenas as roupas que usamos sobre nós próprios, no entanto, pela misericórdia de Deus, nenhuma pessoa de nós foi levada em cativeiro pelo Inimigo. Recebemos honestamente a mensagem de Vossa Graça, e soubemos que Vossa Graça cuida de nós. Uma vez que não podemos ir a lado nenhum sem a ajuda de outros, pedimos carinhosamente a Vossa Graça que nos ajude a regressar a casa, enviando-nos quatro ou cinco carrinhos. Pagarem devidamente aos carroceiros se nos levarem para as nossas casas com a paz de Deus. Pedimos também amavelmente a Vossa Graça que ordene a ordem dos soldados para se

encontrarem connosco aqui em Ugi Réh [Ugi Rév: ferry no Ug] apenas com duas bandeiras, a fim de tornar a nossa viagem mais segura’.

A carta foi escrita a 20 de Janeiro de 1707 a partir de uma aldeia situada no rio Tisza, cerca de 25 quilómetros a leste de Kecskemét. Os inimigos referidos são tropas rascianas (sérvias) que faziam campanha naquela parte da Hungria na altura. Magó e Csaba procuravam, presumivelmente, chegar à cidade a fim de lá encontrarem um porto seguro. Em breve se desimaginariam desta ideia. A 3 de Abril de 1707 os Rascianos saquearam e queimaram a cidade, matando cerca de 400 pessoas e levando consigo cerca de 155 homens e mulheres como escravos. O destino de Magó e Csaba não é conhecido.

A Guerra da Independência de Rákóczi irrompeu em 1703 e foi travada de forma indecisa durante oito anos. Foi assim designada em homenagem a Ferenc II da famosa família Rákóczi. A nível nacional, assumiu o carácter de uma revolta contra o Estado por ativistas anti-Habsburg (os Kuruc). A nível internacional, alimentou a Guerra da Sucessão Espanhola (1701-1714), com Rákóczi e os seus seguidores a aliarem-se ao lado francês. É difícil determinar até que ponto Magó e Csaba sabiam que eram meros peões numa contenda política muito mais ampla.

Carta de Mihály Magó e Mátyás Csaba, endereçada aos líderes da cidade de Kecskemét, pedindo ajuda, 20–1–1707, Tiszasas (Hungria)

1 folio, manuscrito em papel; 20,5 x 31,4 cm

Arquivos Nacionais da Hungria

Código de Referência: HU-MNL-BKML – IV. – 1525. – 6. – 97



# Famílias sérvias em fuga para a Monarquia dos Habsburgos

A 15 de Junho de 1389, o exército otomano de Murad I derrotou uma força combinada de sérvios, albaneses e húngaros na Batalha do Kosovo. Para os sérvios em particular, a batalha revestiu-se da maior importância. A longo prazo, ajudou a cimentar uma sensação de identidade nacional sérvia baseada na ideia de martírio heróico por uma causa superior.

Ao longo dos séculos que se seguiram, os sérvios ofereceram uma resistência esporádica sob a forma de revoltas locais. Estas tornaram-se mais graves quando o Império Otomano entrou em declínio durante os anos 1600. Em 1690 uma grande rebelião sérvia surgiu em apoio a uma campanha militar austríaca contra os otomanos. Esta, no entanto, foi reprimida, deixando assim os sérvios numa posição desfavorável. Em 1691, cerca de 30.000-40.000 sérvios fugiram para território controlado pelos Habsburgos, em vez de enfrentarem a ira renovada dos seus conquistadores.

Passariam várias décadas até que uma oportunidade de liberdade se apresentasse. Quando a guerra rebentou novamente em 1788, as forças dos Habsburgos juntamente com 5.000 soldados sérvios libertaram partes substanciais da Sérvia (incluindo Belgrado) das garras dos otomanos. Mas foi apenas uma vitória temporária. Em 1791 os otomanos contra-atacaram fortemente e forçaram as forças

austro-húngaras e sérvias a recuar novamente para norte através dos rios Sava e Danúbio. Em 4 de Agosto de 1791, o Tratado de Sistova (hoje na Bulgária; em romeno: Şiştova, no tempo dos Otomanos: Ziştovi) punha fim à guerra .

Enquanto os Habsburgos ganharam muito pouco com o tratado, os sérvios receberam garantias de que os otomanos lhes concederiam certos direitos, incluindo o controlo dos impostos locais. Alguns sérvios, no entanto, procuraram mudar-se para território controlado pelos Habsburgos.

O documento que se mostra é uma lista de 48 famílias sérvias (157 indivíduos no total) que se mudaram de Belgrado para a cidade de Zemun, mesmo do outro lado do rio Danúbio. É datada de 20 de Setembro de 1791, algumas semanas após a conclusão do tratado. A lista é apresentada em quatro colunas onde cada linha é relacionada com uma família diferente: primeiro, é registado o número da casa em Belgrado; segundo, o nome da família; terceiro, o número de pessoas da família; quarto, a profissão do chefe de família. A sua importância reside na forma como permite aos historiadores ir além da informação disponibilizada pela história militar e política, abrangendo informação relacionada com a vida das pessoas comuns. É através dela que ficamos com uma dimensão adequada dos custos reais da guerra.

Uma lista de 48 famílias sérvias, principalmente comerciantes, que expressaram o seu desejo de se mudarem de Belgrado para Zemun após a Paz de Svistovo, 20–9–1791, Belgrado

1 página, manuscrita em papel; 24,3 x 38 cm

Arquivo Histórico de Belgrado

Código de Referência: IAB, ZM, 1791, f. XXXVIII, No. 201

I menesvite						I menesvite					
néve	zelenlegi szabadosi hetye	szabadosi hetye	Székelyi és Mecsegi hetye	székelyi szabadosi hetye	Tyfalvas	néve	zelenlegi szabadosi hetye	szabadosi hetye	Székelyi Mecsegi hetye	székelyi szabadosi hetye	Tyfalvas
1 Kovari Klement	Pacsá	17.	Fiumei Rönchi	Rönchi	kerékosi	32 Fazio Piero	Zalaapáti	1913	Rönchi	Rönchi	embátság
2 " " " "	"	40.	"	"	kerékosi	33 Coaluk Anzi	"	1899	"	"	"
3 " " " "	"	12.	"	"	"	34 Fumin Peter	"	1859	"	"	kezesas neje
4 " " " "	"	9.	"	"	"	35 " Anzia	"	1864	"	"	"
5 " " " "	"	8.	"	"	"	36 " Virginia	"	1890	"	"	kerékosi
6 " " " "	"	4.	"	"	"	37 " Maria	"	1895	"	"	"
7 Lorenz August	"	57.	Rönchi Rönchi	"	kerékosi	38 " Maria	"	1896	"	"	"
8 " " " "	"	57.	Rönchi	"	kerékosi	39 " Leopold	"	1897	"	"	"
9 " " " "	"	50.	Rönchi	"	"	40 " Romano	"	1904	"	"	"
10 " " " "	"	12.	"	"	"	41 " Maria	"	1894	"	"	"
11 Julia	"	10.	"	"	"	42 " Anna	"	1904	"	"	"
12 " " " "	"	8.	"	"	"	43 " " " "	"	1877	"	"	"
13 " " " "	"	44.	Slav (Stank) Rönchi	"	kerékosi	44 " " " "	"	1877	"	"	"
14 " " " "	"	19.	Rönchi	"	kerékosi	45 " Lino	"	1909	"	"	embátság
15 " " " "	"	15.	Rönchi	"	"	46 " Lidi	"	1909	"	"	"
16 " " " "	"	11.	Rönchi	"	"	47 " " " "	"	1885	"	"	kerékosi
17 " " " "	"	7.	Rönchi	"	"	48 " " " "	"	1907	"	"	embátság
18 " " " "	"	5.	"	"	"	49 " " " "	"	1908	"	"	"
19 Julia	"	3.	"	"	"	50 " " " "	"	1910	"	"	"
20 " " " "	Zalaapáti	1850	Rönchi	"	kerékosi	51 " " " "	"	1879	"	"	kerékosi
21 " " " "	"	1875	"	"	"	52 " " " "	"	1903	"	"	embátság
22 " " " "	"	1851	"	"	"	53 " " " "	"	1904	"	"	"
23 " " " "	"	1870	"	"	"	54 " " " "	"	1907	"	"	"
24 " " " "	"	1904	"	"	"	55 " " " "	"	1909	"	"	"
25 " " " "	"	1899	"	"	"	56 " " " "	"	1867	"	"	kerékosi
26 " " " "	"	1895	"	"	"	57 " " " "	"	1905	"	"	embátság
27 " " " "	"	1891	"	"	"	58 " " " "	"	1909	"	"	"
28 " " " "	"	1900	"	"	"	59 " " " "	"	1877	"	"	"
29 " " " "	"	1903	"	"	"	60 " " " "	"	1901	"	"	"
30 " " " "	"	1890	"	"	"	61 " " " "	"	1902	"	"	"
31 " " " "	"	1909	"	"	"	62 " " " "	"	1906	"	"	"

Registo de refugiados de nacionalidade italiana e eslovena, no Distrito de Pacsa, Condado de Zala, 10-7-1915, Pacsa (Hungria)

Pequeno livro, 12 páginas, formulários manuscritos sobre papel; 21,0 x 34,0 cm

Arquivo do Condado de Zala dos Arquivos Nacionais da Hungria

Código de Referência: HU-MNL-ZML – IV. – 404. – e. – 2442/1915

## Refugiados italianos e eslovenos da Península da Ístria

Quando a Primeira Guerra Mundial eclodiu em 1914, a Áustria-Hungria enfrentou o desafio de conduzir a guerra ao longo de uma extensa série de frentes. Na Frente Oriental, juntou-se à Alemanha na oposição ao poder do exército russo. A sudeste, enfrentou a Sérvia, numa continuação do conflito que tinha sido fundamental para levar o mundo às armas. Quando a Itália aderiu à guerra em Maio de 1915, abriu uma frente adicional no sudoeste.

Numa fase inicial, o alto comando austro-húngaro designou a península da Ístria como sendo uma zona de guerra. Situada no extremo norte do Mar Adriático, situada perto de Itália, as autoridades consideraram conveniente tratá-la como uma zona de linha da frente. De facto, a cidade de Pola, no extremo sul da península, estava em situação de guerra desde que a guerra começara. Era o principal porto da marinha austro-húngara e tinha, portanto, um enorme valor estratégico.

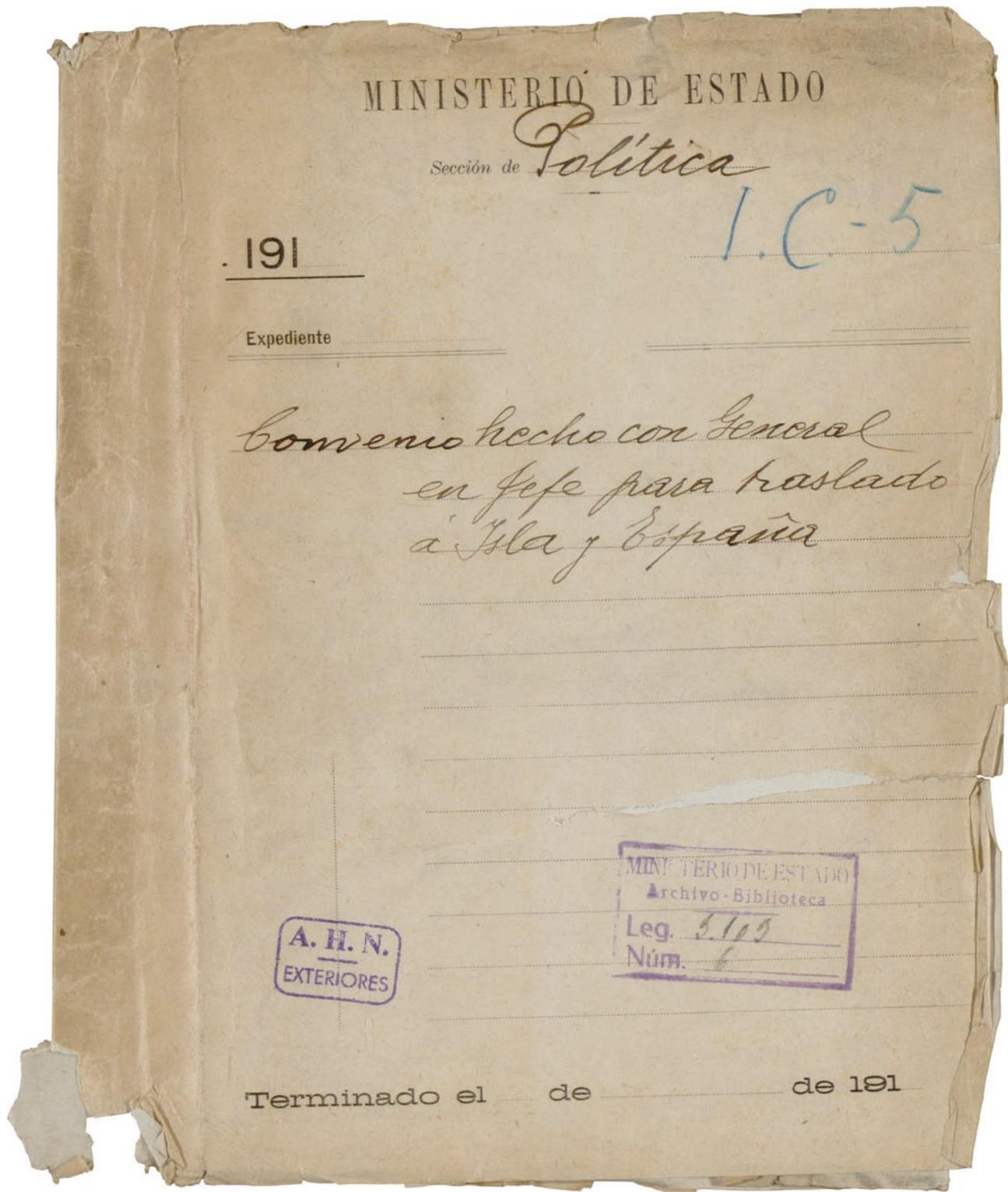
Uma medida fundamental adotada pelas autoridades austro-húngaras foi a evacuação de civis da Ístria. O documento aqui mostrado faz parte de um registo de alguns dos 2.108 refugiados italianos e eslovenos que foram transportados da península para o condado de Zala em Maio de 1915.

A vida era inicialmente difícil para os recém-chegados. As condições de guerra e as conseqüentes dificuldades de abastecimento dificultaram o apoio a um afluxo tão grande de pessoas. Várias delas eram incapazes de trabalhar, o que complicou ainda mais as coisas.

Além disso, o seu estatuto político continuava a ser pouco claro. Tendo em conta a sua nacionalidade italiana, deveriam ser tratados como refugiados ou prisioneiros? A questão levou algum tempo a resolver, e contribuiu para a situação já confusa no que diz respeito ao alojamento e aos fornecimentos. De qualquer modo, os aldeãos locais terão feito o seu melhor para tornar a sua estadia tão confortável quanto possível. Os evacuados permaneceram no Condado de Zala até Novembro de 1915, após o que foram transferidos para o campo de refugiados de Leibnitz, perto de Graz, na Áustria.

Uma grande ironia de toda a situação foi que o exército italiano nunca conseguiu avançar tão longe como a península da Ístria. Foram travadas várias batalhas entre os exércitos austro-húngaro e italiano no que é agora a parte ocidental da Eslovénia (a frente Isonzo). A situação culminou com a importante vitória austro-húngara na Batalha de Caporetto (Eslovénia: Kobarid) em Novembro de 1917 e a subsequente retirada do exército italiano.

No entanto, o caos associado aos últimos meses da guerra, juntamente com a derrota da Áustria-Hungria e seus aliados, fez com que os Istrianos evacuados tivessem de esperar algum tempo pelo repatriamento. A maioria só regressou no início de 1919, altura em que os italianos haviam aproveitado a derrota global das Potências Centrais para ocupar a Ístria. Este é um exemplo dos altos e baixos frequentemente causados pela guerra.



Acordo com o Chefe General das Potências Aliadas nos Camarões sobre a transferência de súbditos alemães sob protecção espanhola e a sua deslocalização para Espanha, 27-1-1916 – 12-2-1916

1 ficheiro, 130 documentos em papel; 21,0 x 27,5 cm e 16,5 x 22,5 cm

Arquivos do Estado Espanhol – Arquivo Histórico Nacional

Código de Referência: ES.28079.AHN/2.3.1.5.8.5//Mº\_EXTERIORES\_H, 3103, Exp.6

# O acordo para a transferência dos súbditos alemães dos Camarões para Espanha

Para a maioria das pessoas, a Primeira Guerra Mundial evoca imagens avassaladoras de trincheiras de guerra, quer seja nos campos da Flandres e França, na Frente Oriental, ou na península de Gallipoli. Sem dúvida a África Equatorial também foi cenário de operações durante o conflito.

A Alemanha lutou arduamente (e com recursos muito limitados) para defender as suas colónias africanas durante a Primeira Guerra Mundial. Isto foi mais evidente na África Oriental alemã, onde o General Paul von Lettow-Vorbeck ultrapassou e lutou contra os Aliados durante toda a guerra. Noutros lugares, as coisas não correram tão bem. Os britânicos e franceses capturaram o Togoland (Togo) e a Costa do Ouro (Gana) em 1914, e a África Sudoeste alemã (Namíbia) em 1915. Os Aliados enfrentaram uma oposição mais forte nos Camarões, mas acabaram por obter uma vitória em Fevereiro de 1916.

O documento que se mostra relaciona-se com a situação em que os cidadãos alemães dos Camarões e os seus súbditos nativos se encontravam nesta altura. É a folha de rosto de um acordo que foi elaborado com o “Chefe Geral” das potências Aliadas nos Camarões, que prevê o internamento de súbditos alemães que beneficiam de proteção espanhola, e a sua transferência para Espanha. No início de Fevereiro de

1916, mais de 45.000 atravessaram a fronteira para a Guiné espanhola a fim de aí procurarem asilo. Entre eles havia cerca de 1.000 alemães (pessoal colonial, soldados e civis). O governador da Guiné espanhola ordenou o repatriamento de muitos dos nativos mas permitiu que os nacionais alemães permanecessem à espera de uma solução mais duradoura. O eventual acordo com os Aliados exigia que os alemães fossem primeiro transportados para a ilha de Fernando Pó (Bioko) e depois transferidos de lá para Espanha.

Quando os Alemães chegaram a Bioko, descobriram que os seus serviços eram muito procurados. Na altura, a ilha sofria de falta de mão-de-obra e por isso encontrar emprego era uma tarefa fácil. De facto, alguns dos refugiados permaneceram na ilha durante vários anos. Os alemães que viajaram para Espanha foram igualmente bem-vindos. A imprensa cantou os seus louvores, e os espanhóis consideraram-nos bastante instruídos, ordenados e habilidosos. Muitos dos alemães decidiram estabelecer-se em Espanha e tornaram-se conhecidos pela sua natureza empreendedora e pela sua vontade de iniciar e gerir com sucesso empreendimentos comerciais. Em cada oportunidade, parecem ter sido mais do que capazes de tirar o melhor partido das circunstâncias em que se encontravam.

POLIZEIDIREKTION WIEN

Beh3rde, welche das Dokument ausstellt: PASSEPORT den 17. Juni 1928.  
 Autorit3, qui d3livre le certificat le

3. No. 114

## Identit3tschein

### Certificat d'identit3

g3ltig bis 10. Juli 1929  
 valable jusqu' 10. Juli 1929

Der vorliegende Ausweis ist f3r die R3ckkehr in das Land, in welchem er ausgestellt wurde, nicht g3ltig, wenn dies nicht auf dem vorliegenden Dokumente ausdr3cklich bemerkt ist, und verliert seine G3ltigkeit, sobald der Inhaber, wann immer, nach Rußland einreist.  
 Le pr3sent certificat n'est pas valable pour le retour dans le pays qui l'a d3livr3 sans une mention sp3ciale inscrite sur le pr3sent document. Il cessera d'3tre valable, si le porteur p3n3tre, 3 un moment quelconque, en Russie.

Familienname: Borodine  
 Nom de famille Alexandra  
 Vornamen: Alexandra  
 Pr3noms 12. 10. 1904  
 Geburtsdatum: Archangelsk  
 Date de naissance: Archanelsk  
 Geburtsort: Archanelsk  
 Lieu de naissance:  
 Familienname des Vaters: Stephorkin  
 Nom de famille du p3re  
 Familienname der Mutter: Stephorkin  
 Nom de famille de la m3re  
 Rußischer Abstammung, ohne irgendeine andere Staatsb3rgerchaft erlangt zu haben.  
 D'origine russe, n'ayant acquis aucune autre nationalit3.

Beruf: Private  
 Profession  
 Fr3herer Wohnsitz in Rußland: Archangelsk  
 Ancien domicile en Russie  
 Gegenw3rtiger Wohnort: 1. Ringstr. 2  
 R3sidence actuelle

**Personbeschreibung:**  
 Signalement  
 Alter: 23 Jahre  
 Age  
 Haare: brann  
 Cheveux  
 Augen: brann  
 Yeux  
 Gesicht: oval  
 Visage  
 Nase: normal  
 Nez  
 Befondere Kennzeichen: keine  
 Signes particuliers



Unterschrift des Inhabers:  
 Signature du titulaire  
Alexandra Borodine

Bemerkungen:  
 Observations

Bund-Bormalungs-  
 Abgabe G. S. - entgeltlos

POLIZEIDIREKTION IN WIEN  
 Siegel  
 Cachet

Der Befertigte best3tigt, daß die beigesugte Photographie sowie die Unterschrift jene des Inhabers des vorliegenden Dokumentes sind.  
 Le soussign3 certifie que la photographie et la signature appos3e ci-contre sont bien celles du porteur du pr3sent document.

Unterschrift der Beh3rde:  
 Signature de l'autorit3  
[Signature]

Dieses Dokument ist ausgestellt im Sinne des Beschlusses der zwißschenstaatlichen Konferenz in Gen3, welche vom Hochkommiss3r f3r ruffische Fl3chtlinge Dr. Nansen f3r den 3. bis 5. Juli 1922 einberufen wurde.  
 Ce certificat est d3livr3 conform3ment aux r3solutions de la Conf3rence gouvernementale convoqu3e par le Dr. Nansen, Haut-Commissaire pour les R3fugi3s Rus. ex. 3 Gen3ve, le 3-5 juillet 1922.

G. D. 509. — Stempel berechenbar. — Druck der Osterreichischen Staatsdruckerei in Wien. (St.) 12333 22

Passaporte de Nansen, 7-7-1928, Viena

1 p3gina, manuscrito em formul3rio impresso, papel; 22 x 35 cm com foto a preto e branco; 22 x 35 cm

Arquivo Nacional da Noruega

C3digo de Refer3ncia: RA/S1561/Dm/Russian refugees 1929 - 1935

# Auxílio à Situação dos Refugiados: o “Passaporte de Nansen”



Para muitas pessoas, Fridtjof Nansen permanece mais conhecido como um dos exploradores mais intrépidos da Noruega. Em 1888 a sua travessia da Gronelândia foi amplamente celebrada, assim como as suas expedições árticas dos anos 1890. De facto, o seu navio, Fram, encontra-se atualmente no coração de um dos museus mais visitados de Oslo.

Menos bem lembrado hoje em dia é o seu trabalho humanitário de importância vital dos anos 20. O seu profundo interesse por estas questões surgiu numa cena internacional em 1920, quando liderou a delegação norueguesa na primeira assembleia da Liga das Nações. A Liga deu a Nansen a missão de repatriar centenas de milhares de soldados alemães e austro-húngaros ainda detidos como prisioneiros de guerra na Rússia. Tarefa que realizou com um notável grau de sucesso. Depois, em 1921, Nansen foi nomeado como Alto Comissário coordenando a ajuda aos muitos milhões de pessoas afectadas pela fome na Rússia pós-revolução.

Outro grande problema resultante da Revolução Russa e da subsequente Guerra Civil foi o dos refugiados. Com a vitória do Exército Vermelho, muitos russos optaram por se exilar em vez de se submeterem ao novo regime. O Estado soviético respondeu em Dezembro de 1921 privando todos esses exilados da sua cidadania, tornando assim cerca de 800.000 pessoas apátridas de um dia para o outro. Nansen sentiu ser seu dever ajuda-los. Em

Julho de 1922, como resultado dos seus apelos, a Liga das Nações começou a encorajar os Estados membros a emitir cartões de identidade aos exilados russos, melhorando assim drasticamente as suas oportunidades de viajar e de obter uma nova vida para si próprios. Estes documentos ficaram conhecidos como “Passaportes Nansen”, em relação direta com o homem que tinha inspirado a sua criação.

O Arquivo Nacional da Noruega contém cerca de sessenta exemplos destes passaportes, dando assim alguma indicação de como foram poucos os exilados russos a optarem por ir para a Noruega. No entanto, continuam a ser lembretes fascinantes e pungentes de um período trágico. O exemplo aqui mostrado pertenceu a Alexandra Borodine, uma mulher de 25 anos de idade, originária de Arcanjo, no extremo noroeste da Rússia. O passaporte foi-lhe emitido em Viena em 1928, e era válido apenas por um ano (em geral, os passaportes Nansen tinham de ser renovados anualmente). Neste caso particular, o Consulado Geral Austríaco em Oslo optou pela não renovação quando o passaporte expirou em 1929. O destino de Borodine após essa data não é conhecido.

A experiência de Borodine não deve de forma alguma diminuir o verdadeiro impacto positivo que os passaportes tiveram na vida de muitos milhares de indivíduos. Em 1938, o Gabinete Internacional para os Refugiados de Nansen recebeu o Prémio Nobel da Paz pelos seus esforços. O próprio Nansen recebeu o mesmo prémio em 1922. É talvez um traço característico deste homem que ele tenha escolhido doar o dinheiro do prémio à causa contínua de aliviar o sofrimento dos necessitados e desprotegidos.

**X** *Out. Politiikkammar*  
**Fremmedregistret.**

Navn: *Frahm, Herbert-Ernst Karl*

Stilling: *student*

Født: *18/12-13/13* *Liibeck*

Hjemsted: *Sjæch*

Statsborgerforhold: *4/4 33*

Ankommet til Norge: *4/4 33* fra *Tyskland* *21.47*

Hvor opholdt sig i Norge: *Tyskland*  
*Berlin Zoo*  
*Norwegian Military Mission*  
*iflg. folkeretg.*

Meldebevis (opholdsbok) utstedt: av

Gift med:

Hjemmeværende barn under 21 år:  
*Norsk statsb. ?*

Hovedregister nr. 514 *4/11.133*

NAVN: *Frahm, Herbert Ernst Karl* f. *18/12-13* *Liibeck*

PASS nr. *199/40* fra *Leg. St.holm* gyldig til: *1/8-42* fornyet ved:

HOYDE: *1.79* HÅRFARGE: *Mørk blond* ØYENFARGE: *Brune* ANSIKT: *Ovalt*

HJEMSTEDSADRESSE: *Oslo*  
*19/6-48 adr. Berlin Zoo, Norwegian Military Mission, D.A.O.H. Tyskland.*

STILLING OG UTDANNELSE: *Journalist (Artium-student historie)*

REG. M.: *Ingen*

KOM TIL SVERIGE: *1/7-40* OKONOMISK STILLING: *Bet. oppholdet selv*

ADR. I SVERIGE: *Pinn Malmgrensvei 23-Hammarbyhøyden. 12/4-45. c/o Hessele, Öregrunsgt. 10.11. Sthlm. c/o Rosengart, Vartav. 27, Sthlm. 7/11*

REIST:

FAMILIEFORHOLD: *G.m. nr: 4290 Carlota Anna* *datter nr 4291 Ninja Carlota.*



Cartão de identificação do registo de estrangeiros norueguês (acima).

Cartão de registo escrito à mão, papel; 12x30cm

Arquivo Nacional da Noruega- Arquivo Estatal regional de Oslo

Código de Referência: SAO/A-10085/E/ef/Efab/L0002

Cartão de identificação de refugiado na Suécia de Herbert Frahm (abaixo), 1933-1947

Microfilme a preto e branco; 12x 20cm

Arquivo Nacional da Noruega

Código de Referência: RA/S-6753/Va/L0001, cartão n.º 514

# A fuga aos nazis: o exílio Norueguês de Willy Brandt



Willy Brandt (1913-1992) recebeu o Prémio Nobel da Paz pelos seus esforços na tentativa de reconciliar a República Federal da Alemanha (popularmente conhecida como Alemanha Ocidental) com os países da Europa de Leste do bloco soviético. Representou o auge do que tinha sido uma carreira notável na política. Durante o final dos anos 50 e início dos anos 60, havia atingido a fama mundial como presidente da câmara de Berlim Ocidental, particularmente na sequência da construção do Muro de Berlim em 1961. A partir de 1964 tornou-se o líder do Partido Social Democrata da Alemanha (SPD), e em 1969 tornou-se chanceler da República Federal da Alemanha, cargo que ocupou até 1974.

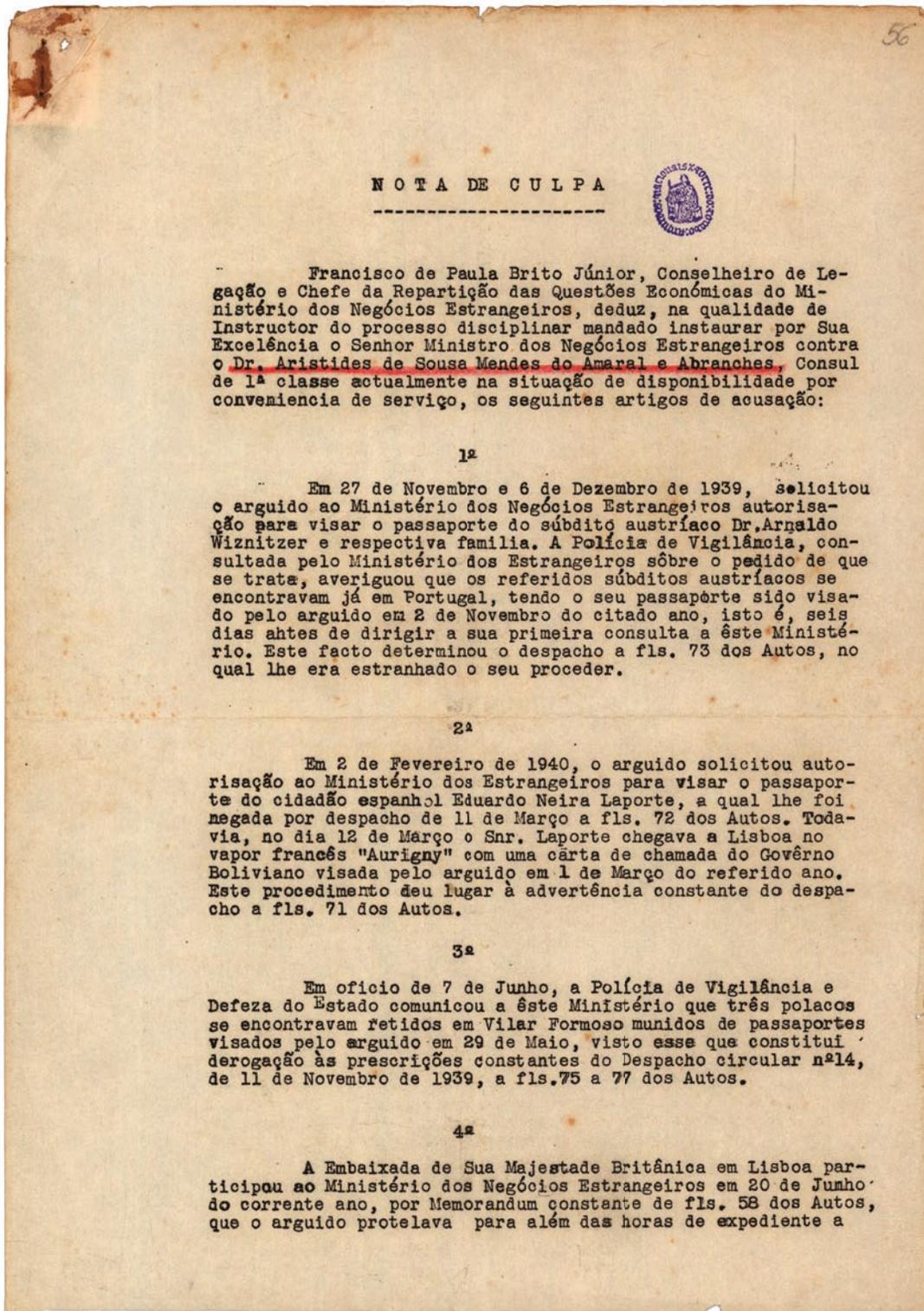
Em certa medida, tais sucessos de alto nível tenderam a ensombrar os seus notáveis primeiros anos como ativista político e opositor do regime nazi. No início da década de 1930 ainda era conhecido pelo seu nome de nascimento de Herbert Ernst Karl Frahm e, como tal, tornou-se membro do Partido Socialista dos Trabalhadores da Alemanha (SAPD). Pouco depois de Adolf Hitler chegar ao poder em Janeiro de 1933, o jovem Frahm estava na Noruega à procura do apoio do Partido Trabalhista norueguês na luta política contra o fascismo. Havia-se tornado um refugiado político e procurava tirar o melhor proveito da situação. Começou também a fazer uso generalizado do pseudónimo sob o qual se tornaria mais tarde famoso.

Aprendeu a ler e a falar norueguês no espaço de apenas algumas semanas, e ganhou a vida como jornalista, dedicando ao mesmo tempo grande parte do seu tempo ao trabalho político. Participou numa série de conferências internacionais, e até trabalhou incógnito na Alemanha durante algum tempo. Foi-lhe concedida a cidadania norueguesa no Verão de 1940, mas logo teve de fugir para a Suécia após a invasão alemã do país. Só regressaria à sua terra de adopção após a rendição alemã em Maio de 1945. Acabou por regressar à Alemanha como adido de imprensa na missão militar norueguesa em Berlim. Decidiu então enveredar pelo que viria a ser uma carreira ilustre na política.

Na imagem mostra-se o cartão de Brandt do Registo de Estrangeiros do Distrito Policial de Oslo. Este foi criado aquando da sua chegada à Noruega em 1933. Entre outras coisas, regista que ele nasceu a 18 de Dezembro de 1913 em Lübeck, e que é estudante. É dado o seu nome de nascimento, assim como o endereço onde viveu juntamente com vários outros membros do SAPD. Na parte inferior, há um aditamento posterior que questiona se ele é um cidadão norueguês. Um outro texto adicional (do lado direito) regista o seu regresso à Alemanha ('Tyskland') em 1947, e que o seu endereço é a 'Missão Militar Norueguesa' situada no 'Jardim Zoológico de Berlim'. Este endereço é dado em inglês porque estava localizado no sector controlado pelo Reino Unido de Berlim.

(Em cima) Fotografia de Willy Brandt

Arquivo e Biblioteca do Movimento Trabalhista Norueguês



Aristides de Sousa Mendes do Amaral e Abranches- Nota de culpa constante do processo disciplinar que lhe foi movido pela emissão de vistos e passaportes a um número indeterminado de refugiados em fuga da Alemanha nazi, 1939-1953

1 página, datilografado, papel; 32,5 x 22,5 cm

Portugal- Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Código de Referência: PT/TT/PIDE/D-A/1/6358

## O Cônsul-Geral humanitário: processo disciplinar contra Aristides de Souza Mendes

Quando Aristides de Souza Mendes se deitou no seu leito de morte a 3 de Abril de 1954, terá sido perdoado por pensar que o mundo o tinha abandonado completamente. Em 1940 tinha sido forçado a abandonar o serviço consular português, e tinha levado uma vida de penúria desde essa altura. Parecia um fim duro e amargo para alguém que em tempos tinha feito tanto para ajudar os outros através do seu trabalho.

O início da carreira de Souza Mendes havia sido justo para alguém na sua profissão. Licenciou-se na Universidade de Coimbra em 1908, e entrou pouco depois para o serviço consular português. Serviu em vários países durante as três décadas seguintes, nomeadamente Zanzibar, Brasil, Estados Unidos, Espanha e Bélgica. Quando a Segunda Guerra Mundial eclodiu na Europa em 1939 foi Cônsul-Geral em Bordéus, no sul de França.

Nessa altura os portugueses já viviam sob a ditadura de António de Oliveira Salazar, o fundador do Estado Novo (Segunda República). Salazar e o seu governo não só procuraram manter a neutralidade de Portugal durante a guerra, como também procuraram limitar a quantidade de refugiados que vinham para o país. Em Novembro de 1939, o governo emitiu uma circular a todos os cônsules enumerando as categorias de refugiados de guerra consideradas inconvenientes ou perigosas para o Estado. Os cônsules conservaram o poder de conceder vistos, mas com a condição de que certos casos específicos

tivessem de ser encaminhados para o Ministério dos Negócios Estrangeiros em Lisboa para uma decisão. Estes incluíam, nomeadamente, apátridas, cidadãos russos, titulares de passaportes Nansen, e judeus expulsos dos seus países de origem.

Desde o início, as diretivas contidas na circular colidiram com a concepção de Souza Mendes do que era a causa humanitária e o correto a fazer. Ao testemunhar a situação dos refugiados de passagem por Bordéus tomou a decisão de emitir vistos como lhe pareceu mais adequado. Tal situação não poderia continuar por muito tempo sem chamar a atenção das autoridades de Lisboa. Consequentemente, Souza Mendes foi chamado do seu posto e alvo de processo disciplinar.

Vemos aqui um documento que detalha algumas das acusações apresentadas contra Souza Mendes na sua audiência disciplinar em Julho de 1940. Referem-se a uma série de casos individuais específicos processados por Souza Mendes durante o final de 1939 e início de 1940. No entanto não abrangem o número total de refugiados que ele ajudou durante este período. Embora seja difícil determinar o número preciso, é geralmente aceite que Souza Mendes obteve vistos para dezenas de milhares de refugiados durante os primeiros meses da guerra. Em vez de serem um registo da culpa de Souza Mendes, os documentos associados ao seu processo disciplinar acabaram por se tornar uma prova do seu corajoso e altruísta humanitarismo.

**Névjegyzék a romániai menekültekről.**

Sorszám	Név	Születési hely és év	Vallás	Anyja neve	Családi állapota	Vele menekült		Foglalkozása	Honnán és mikor menekült	Jelenlegi tartózkodási helye	Jegyzet
						felesége neve	18 éven aluli gyermekek száma				
1	Ózjani Gábor	Baján (Torda-ny) 1922. IV. 31 <sup>én</sup>	Ref.	Liza	Nőtlan	—	—	szobrász	Tordánál 1940. szept. 9 <sup>én</sup>	Nagyléta 53.	
2	Arbosi László	Bentmihályfalva 1920. II. 20 <sup>én</sup>	Unitárius	Rozsa	—	—	—	feldmérés	1940. szept. 6 <sup>én</sup>	NAGYLETA 493.	szobrász, később a 20-as zóna egyik felügyelője állt az 18. sz.
3	Babk Elnor	Kolozsvár 1919. IV. 3 <sup>én</sup>	Ref.	Wacaler	—	—	—	szingelgép	1940. szept. 9 <sup>én</sup>	NAGYLETA 141	—
4	Geschmori Miklós	Torda 1923. Jan. 12 <sup>én</sup>	—	Flóra	—	—	—	feldmérés	1940. szept. 8 <sup>én</sup>	NAGYLETA 594.	
5	Berakmeri Lónia	Torda 1920. IV. 1 <sup>én</sup>	—	—	—	—	—	szobrász	1940. szept. 8 <sup>én</sup>	NAGYLETA 594.	először 1940. sz.
6	Bán Mihály	Bentmihályfalva 1921. IV. 8 <sup>én</sup>	—	Anna	—	—	—	feldmérés	1940. szept. 5 <sup>én</sup>	NAGYLETA 185	szobrász, később a 20-as zóna egyik felügyelője állt az 18. sz.
7	Bogdan József	Füskés (Mogyorósd) 1910. III. 16 <sup>én</sup>	Román	Rozsa	Nős	Schlodi	Maria	1. szobrász	1940. szept. 3 <sup>én</sup>	NAGYLETA 200.	először 1940. sz.
8	Borakos Sándor	Hári (Bentmihályfalva) 1919. II. 10 <sup>én</sup>	Ref.	Rozsa	Nőtlan	—	—	feldmérés	1940. szept. 12 <sup>én</sup>	NAGYLETA 81	szobrász, később a 20-as zóna egyik felügyelője állt az 18. sz.
9	Barka Anasztás	Ludast (Torda-ny) 1922. II. 24 <sup>én</sup>	—	Klára	—	—	—	feldmérés	1940. szept. 5 <sup>én</sup>	NAGYLETA 111	először 1940. sz.
10	Barka Dező	Winkler 1922. IV. 28 <sup>én</sup>	—	László	—	—	—	feldmérés	1940. szept. 5 <sup>én</sup>	NAGYLETA 111	először 1940. sz.
11	Barka Benjámin	Harasztos 1905. IV. 31 <sup>én</sup>	—	Király	—	—	—	—	Harasztosnál 1940. szept. 6 <sup>én</sup>	NAGYLETA 546.	együttelér, ne 1940. sz.
12	Bako József	Hérminds 1922. szept. 24 <sup>én</sup>	—	Klára	—	—	—	—	Wajda háznál 1940. szept. 10 <sup>én</sup>	NAGYLETA 111	
13	Barka Sándor	Harasztos 1915. II. 15 <sup>én</sup>	—	Wassilák	—	—	—	—	Tamboral 1940. szept. 9 <sup>én</sup>	NAGYLETA 147.	először 1940. sz.
14	Biro László	Hadi (Bentmihályfalva) 1919. I. 19 <sup>én</sup>	Román	Klára	Nőtlan	—	—	feldmérés	1940. szept. 11 <sup>én</sup>	NAGYLETA 797.	
15	Barka László	Harasztos 1909. II. 6 <sup>én</sup>	Ref.	Király	—	—	—	—	Harasztosnál 1940. szept. 6 <sup>én</sup>	NAGYLETA 48.	együttelér, ne 1940. sz.
16	Baja József	Aranygyöngy 1919. Dec. 27 <sup>én</sup>	—	Léta	—	—	—	—	Aranygyöngyönél 1940. szept. 5 <sup>én</sup>	NAGYLETA 119.	először 1940. sz.
17	Banasz Gábor	Harasztos 1909. Jan. 15 <sup>én</sup>	—	Sell	—	—	—	—	Harasztosnál 1940. szept. 5 <sup>én</sup>	NAGYLETA 799.	először 1940. sz.
18	Bánszay Sándor	Gyulafehérvár 1918. I. 34 <sup>én</sup>	—	Selvi	—	—	—	—	Bukharinál 1940. szept. 1 <sup>én</sup>	NAGYLETA 716.	

Inscrição de refugiados romenos no campo de Nagyléta (hoje: parte de Létavértes), 1940-1941

1 volume, formulário pré-impresso manuscrito em papel; 41,5 x 32 cm

Arquivos Nacionais da Hungria

Código de Referência: HU-MNL-HBML – V. – 653. – c – 8/k

## Um recenseamento de refugiados étnicos húngaros no campo Nagyléta

Durante os primeiros doze meses da Segunda Guerra Mundial, os romenos poderão perdoar-se por se sentirem desprovidos de sorte. A Roménia tinha-se alinhado com a Alemanha na década de 1930, mas não beneficiou dos notáveis sucessos militares das potências do Eixo de 1939 e 1940, muito pelo contrário. Em Junho de 1940, os alemães pressionaram o governo romeno a ceder a Bessarábia e a Bukovina do Norte à União Soviética. Nessa altura, Hitler ainda não estava preparado para quebrar o seu pacto de não agressão com os russos, e por isso estava disposto a aceitar as exigências de Estaline em relação às províncias romenas.

A isto seguiu-se outra grande perda de território romeno em Agosto. Como parte de um acordo mediado pelos alemães, a Hungria ganhou o norte da Transilvânia à Roménia. A Hungria tinha perdido a Transilvânia como parte do processo de paz após a Primeira Guerra Mundial, e tinha ameaçado com ações militares a fim de a reconquistar. Por seu lado, os alemães queriam proteger o seu acesso privilegiado aos campos petrolíferos da Roménia e assim limitar o nível de convulsões na região. Mais uma vez, os interesses romenos foram sacrificados.

Mas a preocupação instalou-se naqueles de etnia húngara e etnia romena deixados do lado errado da fronteira, na sequência das novas disposições. Ambos

os grupos temiam, e com razão, o mal estar crescente que estava a ser gerado entre a Roménia e a Hungria. De facto, quando o exército húngaro se mudou para o norte da Transilvânia no início de Setembro de 1940, eclodiram confrontos e resultaram baixas de ambos os lados. Isto incluiu o assassinato de civis e judeus romenos.

O documento aqui apresentado faz parte de um censo de refugiados de etnia húngara provenientes da Roménia que tinham sido colocados num campo temporário em Nagyléta, mesmo do lado húngaro da fronteira recém-estabelecida. O censo completo abrange todo um volume, e contém registos relativos a 189 indivíduos. A maioria deles eram homens jovens que se sentiram obrigados a partir para evitar serem recrutados à força para o exército romeno. Os registos contêm pormenores sobre nomes, idades, religião, estado civil, ocupação e assim por diante. Particularmente digna de nota é a presença de vários fabricantes de chocolate. É também evidente que a mobilidade continuou a ser um aspeto importante da vida das pessoas enviadas para o campo. Algumas pessoas só ficaram durante uma ou duas semanas, e em geral novas pessoas iam e vinham constantemente. A instabilidade associada à vida dos refugiados estava certamente presente aqui, tal como tinha acontecido noutros locais e em épocas anteriores.



Fotografia de um grupo de judeus europeus em oração matinal (Shajarit) a bordo do navio a vapor português *São Thomé*, a caminho do México para fugir do Holocausto, 3-1942 – 4-1942

1 fotografia a preto e branco; 21,0 x 29,7 cm

Arquivos do Estado Espanhol – Centro Documental de Memória Histórica

Código de Referência: ES.37274.CDMH/10.69.3//FOTOGRAFÍAS\_EMIL\_VEDIN,68

## Judeus europeus a caminho do México no navio a vapor *São Thomé*

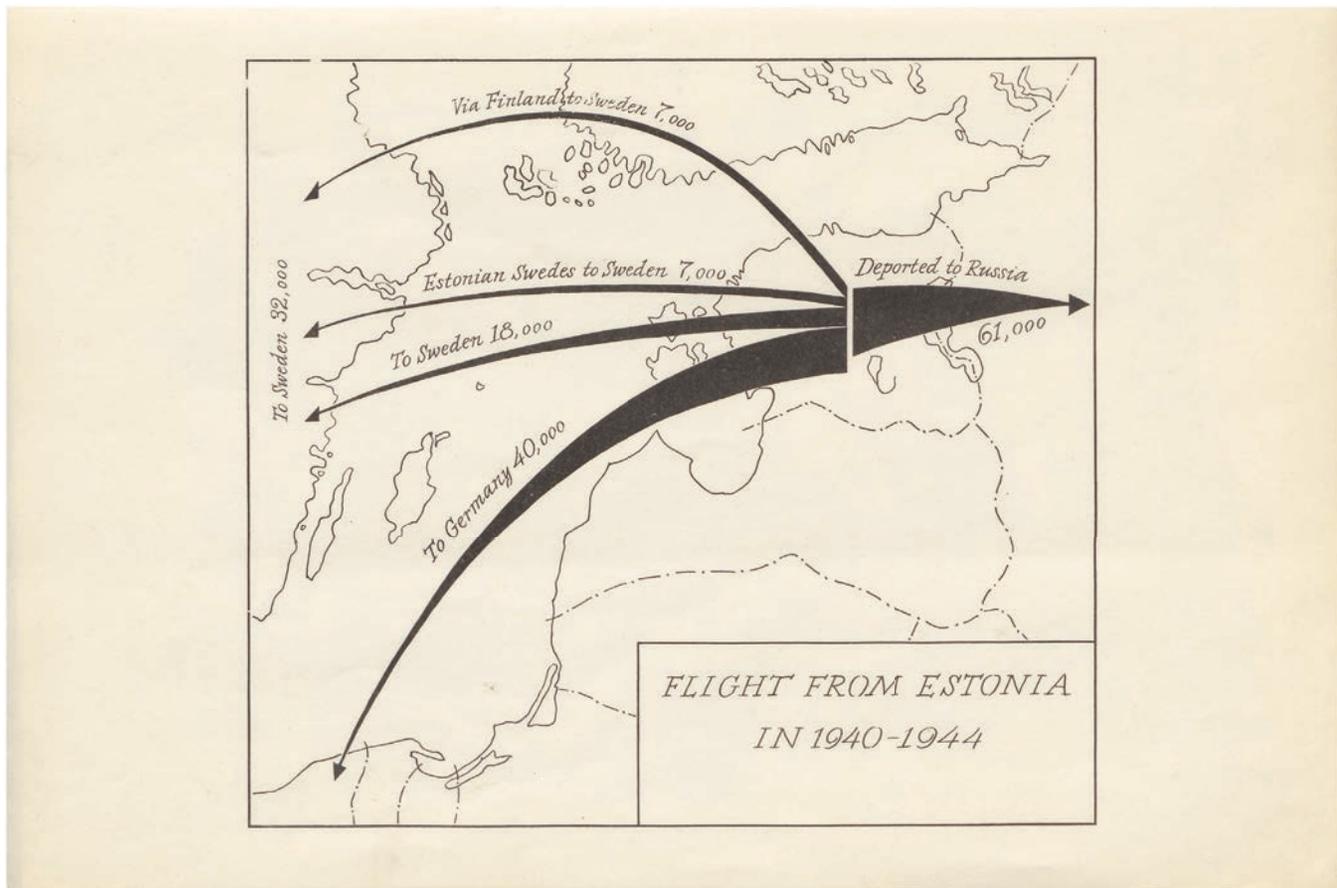
Na Primavera de 1942, o cargueiro *São Thomé* fez uma importante viagem de Lisboa até ao porto de Veracruz, no México. A bordo estava um grupo de refugiados judeus que fugiam do Holocausto nazi. Na fotografia podemos ver alguns a rezar a sua oração matinal (Shacharit). Tiveram a sorte de ter podido deixar a Europa nesta altura, especialmente dado que em Novembro de 1941 o Estado alemão tinha banido a emigração de judeus dos territórios por ele controlados. Além disso, em Janeiro de 1942, os nazis haviam chegado à chamada “solução final”, o plano para a completa eliminação de todos os judeus da Europa.

Os judeus do *São Thomé* tiveram a sorte de o governo mexicano estar disposto a permitir o seu desembarque em Veracruz. Como a maioria dos países latino-americanos durante o período 1933-45, o México mostrou-se muito relutante em acolher refugiados judeus. Esta atitude deveu-se muito ao clima económico da época. A Grande Depressão dos anos 30 teve um impacto marcante na vida quotidiana de todos, e fez com que muitas pessoas receassem que o aumento da emigração levasse a mais competição por empregos. O antisemitismo direto também terá desempenhado o seu papel, tal como a presença de muitos ex-patriotas alemães em toda a América Central e do Sul.

Este não foi apenas um fenómeno latino-americano. As grandes potências, como os EUA e a Grã-Bretanha, também não estavam dispostas a aceitar refugiados

judeus para além dos níveis estipulados nas quotas. Esta situação sofreu algum alívio na conferência internacional realizada em Evian, França, em Julho de 1938. Dos 25 países presentes, apenas a República Dominicana se comprometeu a acolher refugiados adicionais. Mais tarde nesse ano, a Grã-Bretanha flexibilizou um pouco as suas regras a fim de aceitar mais crianças judias que estavam em risco, mas isto apenas em resposta à considerável pressão das agências de ajuda humanitária e do público em geral.

Globalmente, a iniciativa demonstrada por particulares e agências contou muito quando se tratou de salvar judeus durante os anos da tirania nazi. Os esforços de pessoas como Raoul Wallenberg na Hungria e Oskar Schindler na Polónia ocupada pela Alemanha, são hoje particularmente bem conhecidos devido à atenção que atraíram dos meios de comunicação social ao longo dos anos. Mas eles foram apenas dois indivíduos entre muitos. As ações de Aristides de Souza Mendes e Ángel Sanz Briz, por exemplo, são relatadas noutra parte desta exposição. Os judeus do *São Thomé* também beneficiaram da intervenção de um benfeitor individual. A maioria deles obteve passaportes e vistos de Gilberto Bosques Saldivar, o cônsul mexicano na cidade francesa de Marselha. Os números protagonizados por estas pessoas podem parecer modestos quando confrontados com os seis milhões de judeus assassinados pelos nazis durante a Segunda Guerra Mundial. Mas, mais uma vez, como ensina o texto judeu do Talmud, “quem salva uma única vida, salva o mundo inteiro”.



Saída da Estónia em 1940-1944

1 página, mapa desenhado à mão em papel; 18,5 x 16,7 cm

Arquivos Nacionais da Estónia

Código de Referência: RA, ERA.1050.1.50, page 2

## A agonia da Estónia: o êxodo de 1940 a 1944

A utilização de mapas históricos pode ser uma forma muito eficaz de transmitir informação importante de uma forma clara e incisiva. No documento apresentado são utilizadas setas negras para dois propósitos: primeiro, para mostrar as rotas que muitos estónios tomaram para fugir do seu país durante a Segunda Guerra Mundial; segundo, a rota que foi utilizada para deportar outros estónios para a Rússia. São também fornecidos números aproximados que detalham a quantidade de pessoas que seguiram as várias rotas. O mapa faz parte de um arquivo privado organizado pelo economista (e antigo refugiado) Arvo Horm (1923-1996), e doado ao Arquivo Nacional da Estónia vários anos após a sua morte.

O que o mapa não detalha é a série de acontecimentos políticos e militares que levaram a um tal êxodo em massa de pessoas. Quando a Alemanha e a União Soviética acordaram um pacto de não agressão em Agosto de 1939, a Estónia e os outros países bálticos ficaram expostos ao acervo territorial russo. Durante o Verão de 1940, os soviéticos ocuparam os Estados bálticos e incorporaram-nos à força na URSS. Durante o primeiro ano da ocupação, cerca de 60.000 estónios foram deportados para a Rússia, um número a que se faz alusão no mapa. Muitos deles estavam destinados a morrer nos infames campos prisionais da Sibéria.

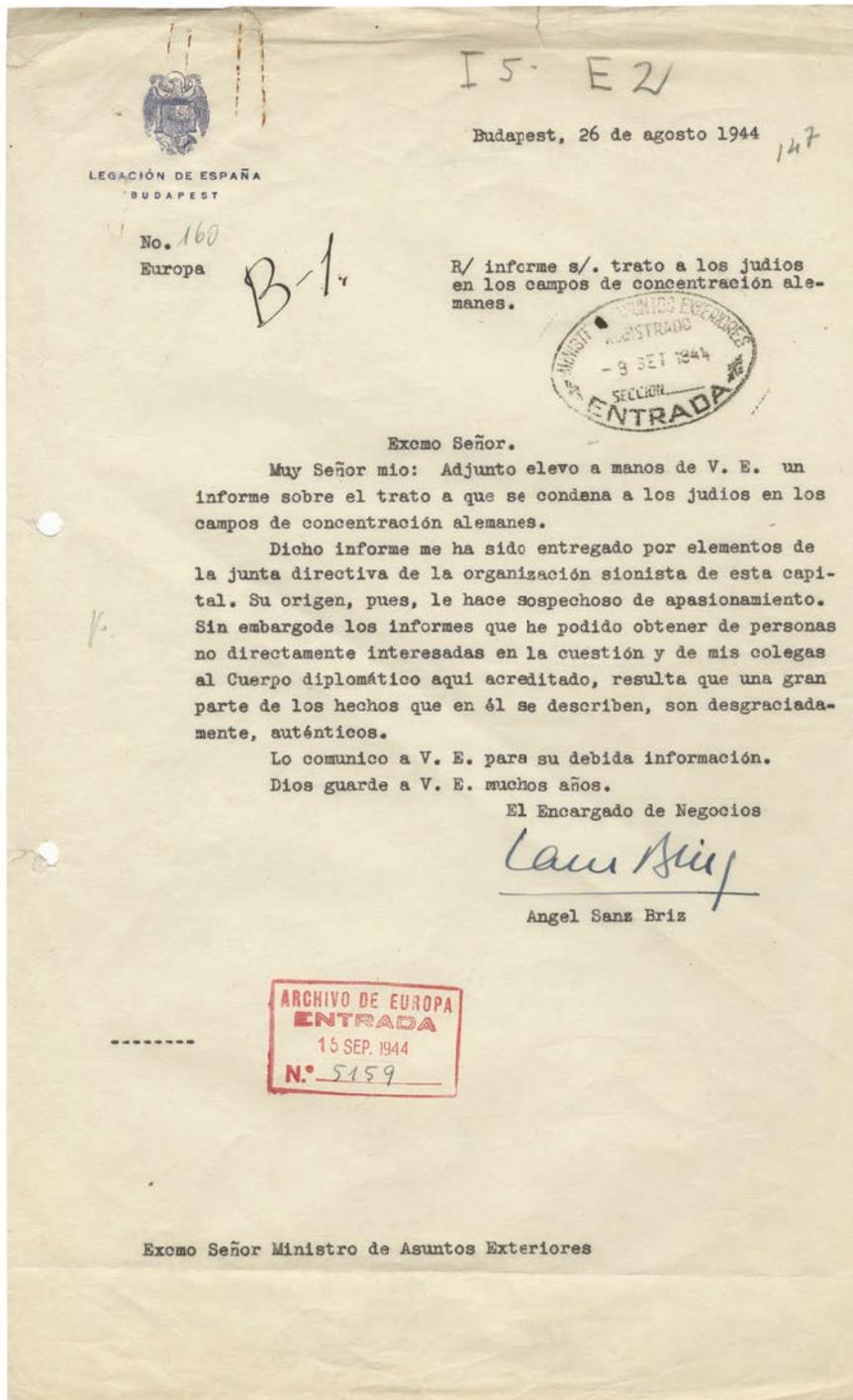
Quando a Alemanha invadiu a União Soviética em Junho de 1941, a maioria dos estónios viu-se libertada do jugo da opressão. Este, claro, não foi o caso dos restantes judeus do país. A maioria dos judeus estónios conseguiu escapar ao avanço alemão, fugindo para

Leste. No entanto, a maioria dos 1.000 indivíduos que ficaram foram mortos por esquadrões da morte nazis.

A agonia da Estónia não terminou aí. Após as derrotas militares alemãs na Frente Oriental em 1943 e 1944, os russos avançaram de novo para a Estónia. Cerca de 75.000 indivíduos optaram por fugir para o Ocidente, a grande maioria por via marítima, quer diretamente para a Alemanha, quer para a Suécia. Alguns viajaram primeiro para a Finlândia e depois apanharam um barco para a Suécia. Alguns fizeram a viagem para a Alemanha por terra. Cerca de 69% das pessoas que fugiram morreram no caminho.

A maioria dos que chegaram à Alemanha acabaram por ficar em campos de deslocados do pós-guerra dirigidos pela Administração das Nações Unidas de Socorro e Reabilitação (UNRRA). Aqui permaneceram em perigo de serem repatriados para a Estónia. Os líderes aliados tinham decidido que os países bálticos continuariam a fazer parte da União Soviética, o que deixou os funcionários da UNRRA na posição pouco invejável de impor o repatriamento, se necessário. Na realidade, a maioria dos estónios utilizou vários meios para evitar este destino.

Muitos dos que foram repatriados enfrentaram um futuro incerto, tal como os que tinham permanecido no país durante todo o tempo. Cerca de 80.000 estónios foram deportados para a Rússia durante os anos 1945-53. Os estónios teriam de esperar até à queda da União Soviética, em 1991, para poderem voltar a experimentar a liberdade.



Protocolos de Auschwitz. Carta que acompanha os relatórios sobre a situação dos prisioneiros e deportados húngaros nos campos de concentração alemães, 26-8-1944, Budapeste

Livro com 454 folhas, relatório de 33 páginas, papel; 29,6 x 20,9 cm

Arquivos do Estado Espanhol – Arquivo Geral da Administração

Código de Referência: ES.28005.AGA/2.5.1.1.1.2.8.2.1//AGA,82,05247,005

# Testemunhos sobre o Holocausto: os ‘Protocolos’ de Auschwitz

O verão de 1944 foi muito ativo para Ángel Sanz Briz. Como representante espanhol de topo na capital húngara, Budapeste, tinha conhecimento há já algum tempo da posição cada vez mais perigosa em que os judeus húngaros se encontravam.

Até 1944, a população judia da Hungria tinha escapado aos assassinios em massa então perpetrados pelas forças do nazismo. A Hungria tinha sido um aliado da Alemanha em tempo de guerra desde Novembro de 1940, mas tinha exercido uma política independente (embora ainda discriminatória) em relação aos judeus. De facto, sob a liderança do primeiro-ministro Miklós Kállay (Março de 1942-Março de 1944) a Hungria tinha proporcionado aos judeus um grau de proteção numa altura em que o Terceiro Reich tinha começado a implementar a sua “Solução Final para a Questão Judaica”. Contudo, tudo isto mudou em 19 de Março de 1944, quando os alemães invadiram a Hungria como meio de impedir Kállay de prosseguir uma paz separada com os Aliados ocidentais. A deportação em massa dos judeus da Hungria seguiu-se pouco depois, e no início de Julho pelo menos 450.000 tinham sido transportados para o complexo de extermínio em Auschwitz.

Na sequência destes rápidos acontecimentos políticos, Sanz Briz ficou a par de determinados testemunhos explosivos de testemunhas oculares que tinham começado a circular entre a comunidade diplomática em Budapeste. Estes vieram sob a forma de relatórios compilados por indivíduos que tinham escapado de Auschwitz e tinham a intenção de dar a conhecer ao mundo os horrores que ali se perpetravam. No início de Junho, detalhes destes relatórios apareceram na imprensa

americana, e em Julho o regente húngaro, Miklós Horthy, sob grande pressão política dos Aliados, ordenou que as deportações fossem suspensas.

Aqui presente vemos uma carta que Ángel Sanz Briz enviou ao ministro dos Negócios Estrangeiros espanhol, José Felix Lequerica, a 26 de Agosto de 1944. Ele declara que anexou um dos relatórios de Auschwitz, e acrescenta que “parece que uma grande parte dos factos nele descritos são, infelizmente, reais”. Nessa altura já tinham certamente sido aceites como reais pelos governos das Nações Unidas. Em Novembro, o Conselho de Refugiados de Guerra dos Estados Unidos publicou-os na íntegra, e foram devidamente apresentados como prova durante os Julgamentos de Nuremberga. Ao longo do tempo, os relatórios adquiriram o título algo enganador de ‘Protocolos’ de Auschwitz.

Como se verificou, a ordem de Horthy de Julho de 1944 apenas suspendeu temporariamente o processo de deportação na Hungria. Em meados de Outubro, os alemães forçaram Horthy a abdicar e instalaram um governo de extrema-direita no seu lugar. Nessa altura, Sanz Briz (por sua própria iniciativa) tinha-se tornado ativo nos esforços para salvar o maior número possível de judeus da Hungria. No final de Agosto, ajudou a garantir que 500 crianças judias tenham recebido vistos para irem para Tânger, no Norte de África, controlado por espanhóis, e em Dezembro conseguiu papéis de proteção espanhóis para 2.295 judeus húngaros de todas as idades, dos quais apenas 45 eram sefarditas, aqueles com origens familiares à comunidade judaica medieval de Espanha. Em 1989, o governo israelita homenageou Ángel Sanz Briz (postumamente) como sendo “Justo entre as Nações”.



Livros de controlo dos noruegueses evacuados, 1944-1951

Pequeno livro, 20 p6ginas, manuscrito, formul6rio pr6-impresso em papel; 10 x 14,5 cm

Arquivos Nacionais da Noruega

C6digo de Refer6ncia: RA/S-1677/H/L0079

# Os livros de controlo dos noruegueses evacuados

Quando os Alemães invadiram e ocuparam a Noruega na Primavera de 1940, depararam-se-lhes várias oportunidades estratégicas. Com um golpe, as suas forças navais tinham obtido melhor acesso ao Mar do Norte e ao Oceano Atlântico, enquanto os seus esquadrões de bombardeiros baseados na Noruega estavam agora ao alcance dos alvos no norte da Grã-Bretanha. Além disso, tinham assegurado o fornecimento vital de minério de ferro do norte da Suécia, e tinham melhorado as suas hipóteses de desenvolver armas nucleares através da utilização das instalações de produção de água pesada da Noruega.

Mas com tudo isto veio também o passivo estratégico. A longa linha costeira e o interior escassamente povoado da Noruega apresentavam-se particularmente favoráveis para os comandos aliados. Além disso, quando a União Soviética entrou na guerra em Junho de 1941, a fronteira norte da Noruega com a Rússia teve de ser defendida como uma questão premente. Foi ao longo desta frente, em finais de 1944, que os civis noruegueses voltaram a experimentar o terror de uma guerra terrestre em grande escala.

Em Setembro de 1944, a Finlândia, aliada da Alemanha, assinou um armistício com a União Soviética, enfraquecendo assim gravemente o esforço de guerra das potências do Eixo no Alto Norte. Quando a ofensiva soviética começou a 7 de Outubro, os alemães já tinham decidido retirar as suas forças das partes setentrionais da Finlândia e da Noruega. Os russos capturaram rapidamente Petsamo antes de atravessar a fronteira para tomar Kirkenes, na província de Finnmark.

Ao recuarem, os alemães conduziram uma política de terra queimada com o objetivo de não deixar nada de valor às forças soviéticas em avanço. Causaram danos generalizados às infra-estruturas de Finnmark e Northern Troms, e queimaram a maioria das principais cidades e aldeias da região. Além disso, evacuaram à força cerca de 50.000 pessoas, enviando-as para Southern Troms, Nordland, e outras partes do país. Cerca de 20.000 indivíduos conseguiram evitar o processo de deslocalização, escondendo-se em zonas montanhosas ou em minas.

A fim de facilitar a evacuação, as autoridades alemãs emitiram um livro de controlo para cada pessoa. Estes livros tinham uma função semelhante à de um passaporte, e continham dados pessoais e impressões digitais, bem como secções para introduzir informações sobre de onde as pessoas tinham viajado, onde tinham vivido, e o que tinham recebido em termos de apoio. Quando a guerra na Europa terminou em Maio de 1945, o sistema permaneceu em vigor e foi administrado pela Direção de Refugiados e Prisioneiros Estrangeiros da Noruega. A Direção também alargou a cobertura para incluir soldados alemães, bem como cidadãos estrangeiros que tinham sido mantidos como prisioneiros durante a ocupação.

Na fotografia vemos uma pequena seleção dos livros de controlo guardados como parte das coleções dos Arquivos Nacionais da Noruega. As várias entradas e selos oficiais contam uma série de histórias individuais fascinantes. Tal é a importância dos livros como documentos históricos que foram reconhecidos como parte do programa Memória do Mundo da UNESCO.



## SLOVÁCI, SLOVENKY!

Československá presídľovacia komisia v Maďarsku volá Vás na slovenské verejné shromazdenie, ktoré sa koná

# v Nyiregyháze

v nedeľu dňa 7. apríla 1946 o 11. hod. predpoludním na námestí pred mestkým domom (Városháza).

### Program:

1. Pieseň „Kto sa pravdu horí“
2. Prívet vodčieho oblasti
3. Rec ministra z CSR dr. Vítkovycha
4. Recitácia
5. Rec poslancov z CSR dr. Tomášku
6. Zahrádkárske povie evanjelický farár Julius Dérer

Popoludní v budove színházu bude divadelné predstavenie zo života Slovákov.

Začiatok o 2. hod. a o 6. hod. popoludní.

Doverníci, vyzdvihnite si listky v sobotu v kancelárii oblastnej úradovne. (v Korona-szálló.)

Vstup bezplatný.

Čsl. presídľovacia komisia  
v Nyiregyháze

## BRATIA SLOVÁCI!

# CHCETE

sa navrátiť do svojej rodnej vlasti

➔ NA SLOVENSKO?

- Chcete sa osadiť a žiť medzi svojimi bratmi?
- Chcete pracovať na svojom a pre seba?
- Chcete, aby vaše deti chodili do slovenských škôl?
- Chcete sa stať občanmi víťazného československého štátu?
- Chcete obsadiť polia a majetky, ktoré sú pre vás pripravené?
- Chcete nájsť dobre platenú prácu v továrňach?

Ak chcete, prídte,



vás čaká!

Prihláste sa u Československej presídľovacej komisii v Budapešti alebo v jej oblastných úradovniach, ktoré sa postarajú o vaše presídlenie do Československej republiky!

MNL SZSZBML Nyiregyháza

# Checoslováquia espera por si!

A habilidade primordial de um designer de cartazes é comunicar uma mensagem importante da forma mais eficiente e apelativa possível. Estes exemplos particulares não são excepção. Foram publicados em 1946 pelo Comité de Reinstalação da Checoslováquia, e foram concebidos para persuadir os eslovacos étnicos a deixarem a Hungria e a tornarem-se cidadãos da Checoslováquia (o estado composto pela Boémia, Morávia (atual República Checa) e Eslováquia, que existiu durante os anos 1918-39 e 1945-92).

O primeiro exemplo dificilmente poderia ser mais simples. Representa uma mulher e uma rapariga prestes a abraçarem-se, e contém as palavras “a Eslováquia está à sua espera!” Simbolicamente, a imagem pode talvez ser lida como mostrando uma encarnação da pátria (a mulher) a acolher em casa uma criança há muito perdida (eslovacos na Hungria). A um nível mais literal, a imagem da reunificação de uma mãe e de um filho teria em si mesma um grande poder, dado o nível de perturbação que tinha sido causado às famílias durante a Segunda Guerra Mundial.

O segundo cartaz baseia-se mais em retórica ousada para fazer valer o seu ponto de vista. Diz:

“Irmãos Eslovacos! Deseja regressar à sua pátria, à Eslováquia? Deseja instalar-se e viver entre os seus irmãos e irmãs? Quer trabalhar na sua própria terra e para si próprio? Deseja que os seus filhos frequentem escolas eslovacas? Deseja tornar-se cidadão do Estado vencedor da Checoslováquia? Quer tomar conta das propriedades e campos que lhe são reservados? Deseja encontrar um emprego

bem remunerado na fábrica? Venha se quiser, a República da Checoslováquia espera por si!”

No entanto, a positividade inerente aos cartazes só conta parte da história. De facto, a campanha para atrair os eslovacos étnicos para a Checoslováquia funcionou simultaneamente com um esforço concertado para expulsar do país os residentes que não eram checos ou eslovacos. Os de etnia húngara tornaram-se um dos principais alvos desta política. Inicialmente, o Estado húngaro não concordou com a proposta de intercâmbio de minorias, mas foi logo forçado a reconsiderar esta posição quando as autoridades checoslovacas começaram a forçar a remoção dos húngaros das suas casas. Em Fevereiro de 1946 foi acordada uma troca voluntária de pessoas e os cartazes entraram em circulação. Por fim, cerca de 90.000 húngaros foram trocados por cerca de 60.000 eslovacos.

A outra minoria étnica que enfrentou a deportação da Checoslováquia foram os residentes de língua alemã do noroeste da Boémia (popularmente conhecida na altura como Sudetenland). Este grupo de pessoas era tratado duramente pelos checos e eslovacos que agora ocupavam posições de autoridade no país. Foram perpetrados numerosos atos de brutalidade, e centenas de alemães suicidaram-se durante este período. Muitas dezenas de milhares de alemães foram forçados a abandonar o país, deixando assim o caminho aberto para um afluxo de colonos checos e eslovacos à região. Este facto constitui um lembrete sóbrio de quão fácil pode por vezes ser para um povo perseguido assumir o papel de perseguidor.

Cartazes de propaganda da Checoslováquia, 1946

3 cartazes impressos, um a cores, papel, 94 x 62,8 cm; 59,6 x 41,3 cm; 24 x 16 cm

Arquivos Nacionais da Hungria

Código de Referência: HU-MNL-SZSZBML – V. – 77/c. – I. – 5/1946

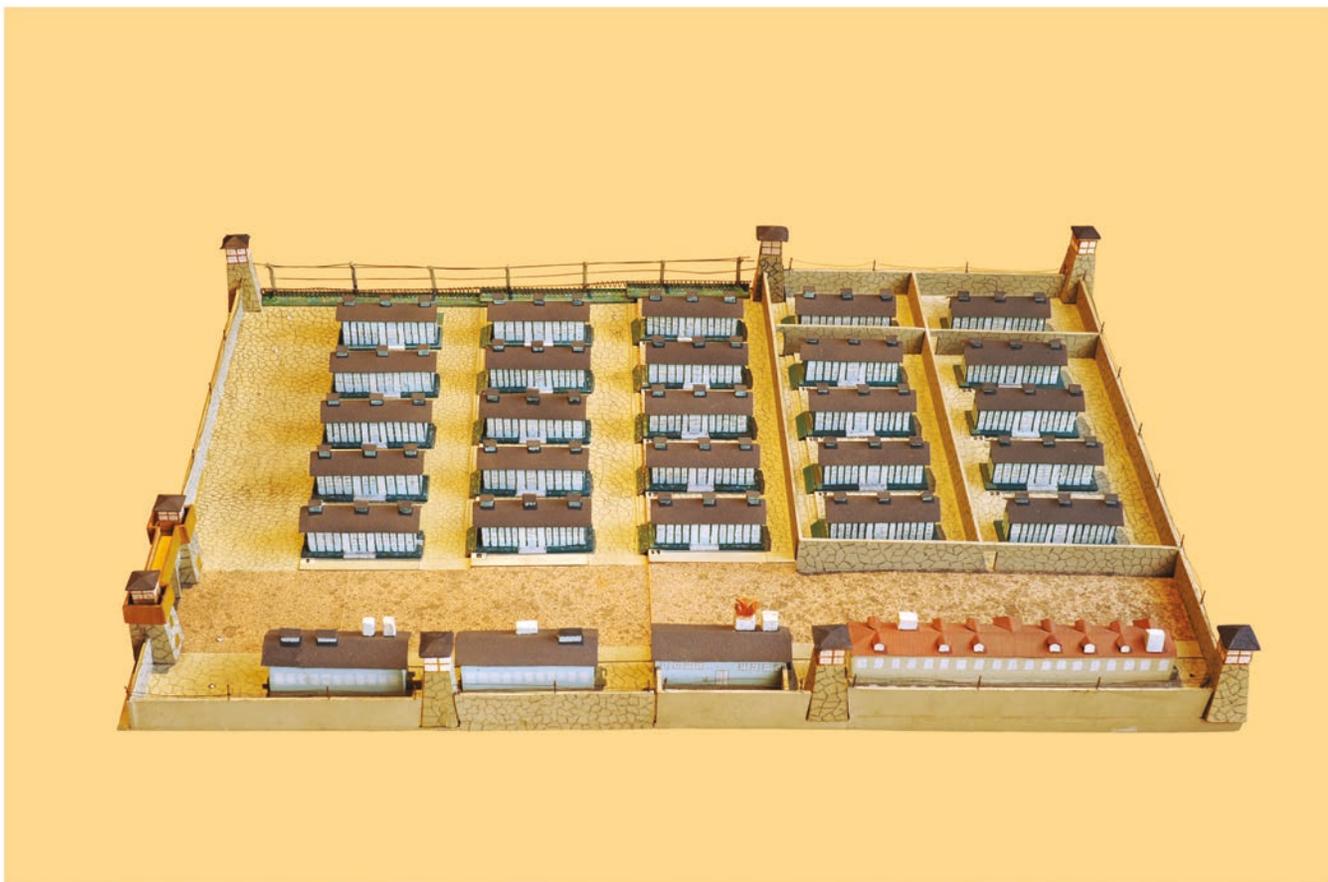


Imagem da miniatura de um modelo do campo de concentração de Mauthausen, ca. de 1942

1 objeto em madeira; 11,5 x 71,5 x 97 cm

Arquivos do Estado Espanhol – Centro Documental de Memória Histórica

Código de Referência: ES.37274.CDMH//OBJETOS,623

# Memória de Mauthausen: os modelos de Juan García Gisbert

Testemunhos de sobreviventes do hediondo sistema de campos de concentração da Alemanha nazi chegaram até nós de muitas formas. Estas memórias foram mundialmente partilhadas por um público em geral, assim como as entrevistas filmadas e apresentadas em documentários sobre a Segunda Guerra Mundial. Poesia e ficção inspiradas no Holocausto têm sido produzidas por alguns sobreviventes. Muitos outros procuraram expressar os seus sentimentos nas formas artísticas da pintura e escultura, bem como por alguns outros meios menos comuns.

Podemos aqui ver a imagem de um modelo da área interior do campo de concentração de Mauthausen como seria por volta do ano de 1942. Foi feito nos anos 50 pelo artista espanhol Juan García Gisbert, e faz parte de uma coleção mais vasta de miniaturas que ele fez do campo.

Juan e o seu irmão Ramón foram enviados para Mauthausen no início de Agosto de 1940, depois de terem sido anteriormente afetados ao campo de prisioneiros de guerra de Stalag I-B Hohenstein. Ambos tinham servido no exército francês e haviam sido capturados quando os alemães avançaram para França nesse Verão. Juan permaneceu em Mauthausen até à libertação do campo por elementos do Exército dos Estados Unidos a 5 de Maio de 1945.

Os irmãos Gisbert eram apenas dois dos cerca de 7.300 espanhóis internados em Mauthausen durante a guerra. A maioria, se não todos, eram republicanos que tinham fugido para França após a vitória das forças nacionalistas do General Francisco Franco durante a Guerra Civil Espanhola (1936-1939). Cerca

de 40.000 destes homens juntaram-se ao Exército francês, com muitos deles a caírem nas mãos dos nazis em consequência disso.

Desde a sua criação em Abril de 1938, Mauthausen, situada a 20 km a leste de Linz, na Áustria, rapidamente ganhou reputação como um dos campos de concentração mais mortíferos. Fornecia trabalho escravo para as pedreiras próximas, daí resultando que muitos dos que tiveram o azar de serem enviados para lá terem literalmente trabalhado até à morte. Inicialmente os reclusos eram principalmente criminosos condenados, mas rapidamente a estes juntaram-se prisioneiros políticos (como os republicanos espanhóis) e outros elementos considerados “associais”. Nenhum judeu foi enviado para Mauthausen antes de 1941.

Tal como outros grupos no campo, os espanhóis sofreram um pesado número de mortes. Pouco mais de 2.000 sobreviveram no final da guerra, e os que sobreviveram enfrentaram um futuro incerto. A administração de Franco em Espanha não havia feito qualquer tentativa de intervenção para os salvar dos horrores de Mauthausen, e qualquer futuro para eles na sua pátria teria sido sombrio. A maioria (entre eles Juan García Gisbert) regressou, portanto, a França para ali reconstruir a vida.

Em Espanha, o calvário dos republicanos espanhóis foi um tema indiscutível durante muitas décadas. Ainda hoje, poucas pessoas têm grande conhecimento sobre o assunto. Só por esta razão, os modelos de Gisbert de Mauthausen, reavivadores da memória, continuam a ser uma lembrança extremamente importante de coisas que nunca deverão ser esquecidas.

Die F6deration vereint:  
 — die Widerstandsk6mpfer, die Partisanen und alle Patrioten, die an der Befreiung ihres Vaterlandes teilgenommen haben;  
 — die Deportierten, die Internierten, die politischen H6ftlinge und alle anderen vom Nazismus und Faschismus verfolgten Personen;  
 — die Hinterbliebenen.

INTERNATIONALE F6DERATION  
 DER WIDERSTANDSK6MPFER



178

SEKRETARIAT: 1021 Wien II, Postfach 149, Castelleigasse 35 (6sterreich) Telefon 33-74 49  
 Telegrammadresse: FEDERINDIR

1977-02-17  
 9-1/36  
 dr. Bogner

Im Antwortschreiben anfuhren

WB IR/ 6

*Handwritten red scribble*

Wien, den 14. Februar 1977

*Handwritten signature*

AN DIE ANGESCHLOSSENEN VERB6NDE

Liebe Kameraden!

Wir 6bermitteln Ihnen heute zu Ihrer Information in der Anlage eine "Informelle Niederschrift zur Frage der Repatriierung der griechischen politischen Emigranten, die uns vom Koordinationskomitee der griechischen Widerstandsbewegung, Athen, zugegangen ist.

Mit kameradschaftlichen Gr6uBen,

*Handwritten signature of Wolfgang Bergold*

Wolfgang BERGOLD  
 Sekret6r

Beilage

*Handwritten note in Greek: T6p: a g6n6z karap6k6 nepatri6d6s6n6r6t6d6s6n6r6 -*

Die FIR ist eine nicht-staatliche Organisation mit Konsultativ-Status Kategorie II beim Wirtschafts- und Sozialrat der Vereinten Nationen

XXVIII-M-21-Gy-1/36-1977 (293f. 4de./1977) 1

Relat6rio do Comit6 de Coordena76o de Resistentes Gregos 6 Associa76o Internacional de Resistentes sobre as principais quest6es de repatriamento de emigrantes gregos dos pa6ses da Europa de Leste, 12-1976 - 2-1977

13 p6ginas, datilografados, papel; 21 x 29,7 cm

Arquivos Nacionais da Hungria

C6digo de Refer6ncia: HU-MNL-OL - XXVIII-M - 21. - 4. 6e. - No. Gy-1/36-1977

# Um relatório sobre a questão do repatriamento dos emigrantes gregos

Em 1946 rebentou na Grécia uma guerra civil entre forças governamentais (do lado da recém-reinstaurada monarquia grega) e insurgentes comunistas. Inicialmente, os comunistas fizeram progressos consideráveis, implementando com sucesso táticas de guerrilha, e ganhando o controlo de grande parte do norte da Grécia. No entanto, após a intervenção dos EUA do lado do governo, a situação inverteu-se gradualmente, e no Verão de 1949 os comunistas tinham sido derrotados.

Após a vitória do governo, muitas dezenas de milhares de insurretos fugiram do país. A maioria deles atravessou a fronteira com a Albânia antes de se dispersarem pelos vários países comunistas da Europa de Leste. Embora esta ação tenha sem dúvida servido para os afastar do perigo imediato de represálias, veio também com um custo. Em 1947, o governo aprovou um ato que revogou a cidadania de todos aqueles que tinham lutado do lado comunista e que tinham ido para o exílio. Por medida de precaução, o governo também proibiu os exilados de regressar ao país e confiscou os seus bens.

O documento aqui retratado faz parte de um relatório que chegou às mãos da Federação Internacional de Combatentes da Resistência, em 1977. Fornece um resumo das razões pelas quais o governo grego não estava disposto a receber os exilados comunistas de volta ao país nessa altura. Em primeiro lugar, considera-se que o Estado seria incapaz de prover

aos “quase 45.000” indivíduos que desejavam ser repatriados. Em segundo lugar, o Estado seria incapaz de lhes devolver os seus bens. Isto porque haviam sido confiscados e entregues a agricultores sem terra. Em terceiro lugar, considera-se que o repatriamento conduziria a um “aquecimento de emoções” no país.

A realidade da situação, de acordo com o relatório, é algo diferente. Na realidade, os emigrantes poderiam ser de grande utilidade para o seu país de origem. A maioria tem profissões de um ou outro tipo e, portanto, poderia trazer consigo um grande conhecimento e experiência. Além disso, os emigrantes mais velhos têm pensões que os sustentariam no seu regresso à Grécia. Também a questão da propriedade não seria um problema intransponível. De facto, já se chegara a um acordo segundo o qual parte da propriedade confiscada seria dada a representantes legais dos emigrantes. Por último, afirma-se que nos casos em que os exilados já haviam regressado à Grécia, não se tornara evidente qualquer “aquecimento das emoções”. Pelo contrário, os habitantes locais tinham dado caloroso acolhimento aos retornados.

A seu tempo, tais argumentos parecem ter-se tornado persuasivos nos círculos governamentais. Em 1982, o governo grego aprovou finalmente uma lei de amnistia que permitia o regresso dos cidadãos gregos que tinham ido para o exílio durante a Guerra Civil.

03

# Revoltas, agitação política e perseguição

Relatos de intolerância, perseguição, exploração, tumulto e rebelião preenchem as páginas da história. Em inúmeras ocasiões, quem pagou com uma grande perda humana foram aqueles considerados como fazendo parte de uma minoria inferior ou perigosa, ou por aqueles que terminaram do lado perdedor na sequência de um conflito político ou religioso. Muitos são aqueles que ao longo dos séculos têm ficado com poucas opções a não ser procurar asilo noutro país a fim de salvar as suas vidas, ou continuar a aderir a uma determinada religião ou credo político. Em alguns casos, grupos inteiros de pessoas enfrentaram a difícil escolha de se conformarem com a vontade do Estado ou de serem forçadas ao exílio.

Como consequência o termo “refugiado” foi utilizado com muita frequência ao longo da história. Antes da era moderna, o asilo político raramente era algo a que os Estados e os governantes procurassem opor-se. Mas com a consolidação dos Estados-nação, e a consequente criação de fronteiras estritamente demarcadas, as viagens de um país para outro tornaram-se muito mais regulamentadas.

A maioria das fontes incluídas nesta secção destacam histórias de conformidade forçada e de exílio. Em alguns casos, mostram como os graus de tolerância podiam inicialmente ser demonstrados a grupos minoritários como judeus, muçulmanos e

ciganos, mas que tal se transformou ao longo do tempo em intolerância. Esta foi uma história comum em grande parte da Europa. Algumas minorias foram empurradas para o exílio, quer por políticas repressivas por parte dos governos nacionais, quer por um desejo de não se submeterem à conformidade forçada. A maioria nunca mais voltaria a ver a sua pátria.

A situação dos migrantes políticos é salientada em vários documentos. Estes apresentam uma série de exilados, desde revolucionários e combatentes da resistência até à nobreza e realeza. É certamente interessante comparar e contrastar as experiências daqueles que se podiam dar ao luxo de viver com relativo conforto enquanto exilados e daqueles que não podiam. Outros documentos contam as histórias de indivíduos que se sentiram obrigados a emigrar após o início da instabilidade política nas antigas colónias europeias.

Mas no meio de todas as histórias de perseguição estão relatos daqueles que se mostraram solidários com aqueles que ou procuravam escapar ao autoritarismo intolerante ou se opunham a ele. Tais indivíduos altruístas podem ser encontrados a todos os níveis da sociedade e em todas as partes da Europa. A história, tal como a própria vida, é uma questão de escuridão e luz, e todas as sombras de cinzento que surgem entre elas.

( Per eodem Bartholomeo de lobera )

Nos Alfonso rex Cum vos fidelis nre Bartholomeo de lobera mercator cujus Barce  
 de nris expressis licentia et pmissu velitis et intendatis armare quando Galeam p  
 eundo et pro vris negocijs de pnti ad pres de fflandis e de leuant nauigando Com  
 nung et in nra bona fide Regia pmittit vobis dno Bartholomeo de lobera q armata G  
 lea pandicta vos nec nram Galeam nec gentis eisdem in nauigando et vris ad dias p  
 de leuat et de fflandes viaguū faciundo (nec al' nō impedireng aut pturbabimng seu  
 obstaculu aliquod opponemng seu impedireng aut pturbareng modo aliquo facieng aut  
 pmitteremng Quynimo cega vos et expeditione armate dte Galce pro dno viaguū facie  
 vos tractabimng ac p officials et subditos nros quoscunq tractareng favoreabiliter  
 et benigne In cuius rei testimoniu pntem feci iussimng nro sigillo secreto munitam  
 Date Cesauge die vij Januarij ano a nate dny az. cccc. xxi. Rex alf.

Johannis d' Egipto

Alfonso rex, Als Nobles amato e feals nros Coniuges e singles  
 gouernadors quines Regis sotuegus barles sotbarles e alts qualsem  
 offinals e subdus nros e omnia qualsemol guardes d' porto e roses v  
 dades en qualsemol parte d' nros Regnes e terras al qual o als qual  
 les presents puendram e han presentades o als lochmies d' agello Sal  
 e dilemo Com lamat e deuot nre don Johan d' Egipte menor d' nra h  
 anar en diuises parte entera passax p algunes parte d' nros Regne  
 tres e nullam aglle ebb bentuactat e anellit a vosaltes e arastm d'  
 dehm e manam eppressamet e d' certa pna pors prouinies d' nros  
 e indignas e lo dit don Johan d' egipto e los qui ab ell gran el arampa  
 ab totes ses naualradures robes benz oraxer beaces males e alts qualse  
 coses e absi portozam lereis anar pax e passax p qualsemol l' nra  
 viles locho e alts pto d' nra senyoria saluamet e segura tota con  
 dicio impedimet e contraxt cenoguro prouinies e donans a agello  
 que passatge e conduxit si e quant p lode don Johan requesto ne  
 durant lo present nre saluanduxit lo qual volem q dnc p nros n  
 del da dela datt dela pntem emanat continuamem  
 radors dada en l' aragora pors nre segle sed xxij dies d' janer  
 lany dela nate d' nre senyor anel m. cccc. xxvi. Rex alf.

Fradago oral  
 m. cccc. xxi.  
 d' ffradago

## Os romani na Espanha medieval

Este documento é a mais antiga fonte conhecida que atesta a presença do povo romani em Espanha. É uma carta de proteção dada pelo Rei Alfonso V de Aragão em Janeiro de 1425 a um indivíduo referido como João do Pequeno Egipto. João, que era evidentemente o líder de um grupo de viajantes romani, recebe “licença para ir a vários lugares” e “passar por algumas partes dos nossos reinos e terras” em paz e segurança. É realçado ‘sob pena da nossa ira e indignação’ que João e o seu grupo não devem ser molestados de forma alguma e que não deve ser feito nenhum dano aos ‘seus montes, roupas, bens, ouro, prata, alforges e qualquer outra coisa que levem consigo’.

As origens dos romani remontam até à parte norte da Índia. Tornaram-se um povo nómada e migratório durante o início da Idade Média, e no início do século XIV tinham chegado ao sul da Europa. Alfonso V mostrou claramente boa índole em relação a eles. Vários meses depois de tratar do caso de João, emitiu uma carta de proteção muito semelhante a um Conde Tomás do Pequeno Egipto, e tal tratamento continuaria durante o seu reinado e o do seu sucessor, João II.

No final do século XV começou a manifestar-se uma mudança de atitude. Quando Fernando II de Aragão e Isabel I de Castela unificaram a Espanha em 1479, trabalharam na construção de uma sociedade mais regulamentada e homogénea. Em 1492 ordenaram

a expulsão dos judeus do país, e no início do século XVI instigaram a conversão forçada dos muçulmanos espanhóis. A sua atitude em relação aos romani foi tornada clara num decreto de 4 de Março de 1499. Podiam rejeitar o seu estilo de vida nómada e instalar-se na sociedade espanhola dominante ou seriam banidos.

Isto refletia os sentimentos existentes em relação ao povo romani nessa altura. Para muitos, os romani poderiam servir de bodes expiatórios para descontentamentos mais amplos e fundamentais. Os ciganos tinham um aspeto e estilo de vida diferente, e podiam facilmente ser vistos como uma ameaça à ordem tradicional das coisas. Eram (e ainda são) comumente designados por Ciganos, um termo pejorativo que derivava da presunção errada de que vinham originalmente do Egipto.

Este nível de intolerância persistiu até ao século XX. De facto, durante a Segunda Guerra Mundial, os ciganos sofreram muito com o profundo preconceito que tinha ficado escondido em grande parte da sociedade europeia. Estima-se que cerca de 400.000 foram assassinados pelos nazis no que foi um ato calculado de genocídio. Continua a ser um facto lamentável que muitas sociedades continuem a ter dificuldade em verdadeiramente aceitar as pessoas entendidas como sendo “diferentes”.

Carta de proteção em favor de João do Pequeno Egipto, 12–1–1425, Saragoça

1 folha, manuscrito em papel; 28,4 x 21,5 cm

Arquivos do Estado Espanhol – Arquivo da Coroa de Aragão

Código de Referência: ES.08019.ACA/9.1.5.11.-1.-1//ACA, CANCELLERÍA, Registros, NÚM.2573, folio 145v

+      6 - 27 <sup>concord</sup>  
PTR, 28-6

**S**on fernando e dña y sauel por la gracia de dios reys  
 e reyna de castiella de leon de aragon de sicilia de galizia de  
 nada de toledo de valencia de galizia de mallorca de  
 sevilla de cerdeña de cordova de corcega de murcia de jaen  
 de algarue de algezira de gibraltar e de las yslas de canaria  
 conde e condesa de barcelona e comites de bizcaya e de molina  
 duques de athenas e de neopatria condes de forillon  
 de cerdeña marqueses de oristan e de guano alprinzade  
 don xuan mi muy caro e muy amado hijo e a los ynfontes  
 de la corte duques marqueses condes maestres e las cor  
 tenes priores e rucos omes comendadores alcaides e los  
 castillos e castros fuertes e los nros reynos e omes  
 e a los concejos corregidores aldes alcaziles merinos caballe  
 ros e a todos los oficiales e omes buenos de la muy noble e  
 muy leal cibdad de burgos e de las otras ciudades e villas  
 e lugares de nra cibdad e de los otros arcobispados e obispados  
 e de los dñs nros reynos e omes e de las aljamas  
 de los judios de la dha cibdad de burgos e de todas las dhas  
 cibdades e villas e lugares de nra cibdad e de todas las  
 e de todos los judios e personas singulares e de los arriberos  
 como inmigrantes e qual quier gentes que sean e a toda la  
 e a las personas e qual quier ley e cosas dignas de  
 preminencia e consideracion que sean a quien lo oyere e en esta  
 nra carta contenido e a taner e a taner que se en qual lo  
 manera salud e gracia bien sabedes e debedes saver e por  
 quenos fuymos ynfirmados que en nros reynos  
 abia algunos malos e rrianos que muy sayaban e apodaban  
 contra san xpo catolica e lo qual sera nra causa la

# Espanha e a expulsão dos judeus

Poucas pessoas discordariam da afirmação de que 1492 foi um dos anos mais importantes da história espanhola. Não só trouxe a viagem épica de Cristóvão Colombo às Índias Ocidentais, como também viu a conquista espanhola de Granada, o último reduto muçulmano na Península Ibérica. Trouxe ainda um outro acontecimento geralmente menos conhecido: o da promulgação de um édito que ordena a expulsão dos judeus espanhóis.

Historicamente, as relações entre os cristãos e os judeus de Espanha tinham sido boas. Os judeus foram sujeitos fiéis aos monarcas espanhóis, com muitos deles a ocuparem importantes cargos administrativos e governamentais. Os judeus eram também proeminentes nos campos da medicina, ciência, e comércio, dando ainda um importante contributo ao mundo académico através do seu envolvimento na produção de traduções da Bíblia.

Tal cordialidade começou a ser corrompida durante a segunda metade do século XIV. É difícil identificar as razões exatas para isto, mas os ressentimentos populares podem ter sido alimentados pela ideia errada de que os judeus tinham sido responsáveis pela Peste Negra (a grande praga que tinha devastado a Europa durante os anos 1340 e 1350). As zelosas atividades missionárias dos frades dominicanos e franciscanos também parecem ter tido impacto no pensamento dos cristãos espanhóis, particularmente através da divulgação de obras polémicas que atacam tanto a fé judaica como a muçulmana. Os monarcas católicos aprovaram legislação que

restringia os direitos dos judeus, e começaram a ter lugar pogroms anti-semitas. Em 1391, uma série de incidentes particularmente violentos chegaram ao ponto de convencer muitos judeus da necessidade de se converterem ao cristianismo para sua própria segurança.

Estas conversões em massa, no entanto, apenas conduziram a novas complicações. Os judeus convertidos (conhecidos como os 'conversos') conseguiram manter posições influentes no governo e na sociedade em geral, mas os ressentimentos contra eles não desapareceram. Esta foi uma razão chave que levou ao estabelecimento da Inquisição Espanhola em 1478. A Inquisição tinha o objetivo de assegurar a pureza da fé católica em Espanha, e teve um impacto marcante nas conversões aí realizadas. Muitos milhares foram queimados até à morte na fogueira, enquanto milhares de outros optaram por fugir do país.

O édito de expulsão de 1492 fazia parte deste processo de "purificação" contínuo. Aqui vemos a redação do decreto real dos monarcas Isabel I de Castela e Fernando II de Aragão que dá a justificação religiosa para o ato, e estabelece o calendário de partida, e as disposições relativas à venda de bens. Como se verificou, uma grande maioria de judeus optou por se converter ao cristianismo em vez de ir para o exílio. Sem dúvida que foi um preço pesado para eles, mas pelo menos garantiu-lhes a vida e o sustento no que consideravam ser o seu país de origem.

Cópia do Decreto Real dos Reis Católicos sobre a expulsão de judeus, 31–3–1492, Granada

Arquivos do Estado Espanhol – Arquivo Geral de Simancas

Spanish State Archives – General Archive of Simancas

Código de Referência: ES.47161.AGS/5.2//PTR, LEG, 28,DOC.6

**BANDO QVE EL  
EXCELENTISSIMO  
SEÑOR DON GASTON DE  
MONCADA, MARQUES DE AYTONA, &c. LV-**

garteniente y Capitan General en el presente Reyno de Aragon, ha mādado publicar, en nombre de la Magestad Catholica del Rey  
**Don Felipe Tercero** Nuestro Señor, para la expulsion de los Moriscos de dicho Reyno.



*Con Licencia, y Privilegio.*

**Impresso por Lorenço de Robles, Im-**  
pressor del Reyno de Aragon, y de la Vniuersidad.  
Año de 1610.

# A expulsão dos Mouriscos do reino de Aragão

A reconquista da Espanha muçulmana (a Reconquista) é hoje provavelmente mais conhecida pela lenda de El Cid, o guerreiro que tanto fez para galvanizar os cristãos espanhóis para a ação no século XI. A sua vida tem sido celebrada na música, na literatura e no cinema, sobretudo no filme homónimo de Hollywood de 1961. A própria Reconquista envolveu muitos indivíduos. Além disso, foi realizada ao longo de vários séculos, e só foi concluída com a captura da cidade de Granada em 1492. O impacto deste acontecimento foi profundo, sobretudo para os muçulmanos que acabaram por ficar do lado dos perdedores.

Inicialmente, os cristãos trataram os muçulmanos derrotados com tolerância. Na maioria dos casos, chegou-se a acordo para que os muçulmanos fossem livres de continuar a praticar a sua própria religião. Esta política foi descontinuada a partir do final do século XV. Foi dada aos muçulmanos a opção de se converterem ao cristianismo ou de irem para o exílio. Aqueles que se converteram tornaram-se conhecidos como os Mouriscos. No entanto, a maioria dos Mouriscos continuou a aderir ao Islão em segredo, levando assim a uma ação de reforma por parte das autoridades espanholas. Em 1566, por exemplo, Filipe II aprovou um édito que negava aos Mouriscos de Granada o direito de usar a sua língua e costumes.

No início do século XVII, o governo tinha decidido sobre a necessidade de uma ação ainda mais forte. Entre Setembro de 1609 e Julho de 1610, Filipe III

emitiu uma série de éditos ordenando a deportação completa de todos os Mouriscos de Espanha. Aqui vemos a capa de um panfleto impresso anunciando a expulsão dos Mouriscos de Aragão. Está datado de 29 de Maio de 1610.

Em 1614, cerca de 300.000 Mouriscos tinham sido deportados de Espanha. As provas sugerem que a maioria foi pacificamente; apenas uma pequena minoria resistiu, optando por fugir para zonas montanhosas. A maioria dos que deixaram Espanha foram por mar para o Norte de África. Em geral, foram bem recebidos, e continuaram a dar um contributo positivo para a região. Alguns tornaram-se agricultores, enquanto outros optaram por trabalhar no comércio ou por se tornarem mercadores. Outros acabaram inevitavelmente por se tornar corsários. Isto, claro, continuou a ser uma opção para qualquer jovem do sexo masculino que vivesse ao longo da costa norte-africana, e não apenas para os Mouriscos.

Para a Espanha, a súbita perda de 300.000 indivíduos teve um impacto acentuado. Em Aragão e Valência, os Mouriscos tinham constituído cerca de um quarto da população, e por isso a mudança foi muito sentida ali. Consequentemente fizeram-se reassentamentos para que as terras devolutas não fossem desperdiçadas. Além disso, os espanhóis que tinham sido credores de Mouriscos também tiveram de absorver grandes perdas. Custa imaginar que algum deles tenha ficado agradado com a situação.

Anúncio impresso do decreto de expulsão dos mouriscos (ex-muçulmanos) do reino de Aragão, 29–5–1610

1 documento impresso, 2 folhas, papel; 21 x 30,5 cm

Arquivos do Estado Espanhol – Arquivo da Coroa de Aragão

Código de Referência: ES.08019.ACA/1.1.3.3.313//ACA,CONSEJO DE ARAGÓN,Legajos,0221,nº 026



# Romani: vivências em Portugal no século XVIII

O Rei João V de Portugal é hoje recordado principalmente pelo seu grande e extravagante patrocínio das artes no início do século XVIII. Entre outras coisas, financiou bibliotecas, apoiou bolsas de estudo, estabeleceu museus de história natural e arquitetura, e criou uma academia real de história. Iniciou também a construção de um dos edifícios mais importantes de Portugal, o espetacular Palácio Real e Convento em Mafra.

À luz dos seus gostos cultos e eruditos, a lei de João V de 1708 sobre o povo romani pode ser algo surpreendente. Abre com um recital sobre os vários títulos reivindicados pelo rei:

‘João V pela graça de Deus Rei de Portugal e dos Algarves d’aquém e d’além mar em África, senhor da Guiné e da conquista, navegação e comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia, etc.’.

Em seguida, descreve como as leis anteriores no reino não foram suficientes para refrear a vida “escandalosa” do povo romani, que, afirma-se, ‘comete frequentemente furtos, truques e muitos outros crimes e inimizades’. A lei procura agora resolver este problema proibindo as pessoas de usar roupas e a língua romani e praticar o seu modo de vida. Os culpados de tais coisas incorrerão na pena de chicote, juntamente com o exílio de Portugal durante dez anos. Para os homens isto significará uma vida de trabalhos forçados na marinha portuguesa; para as mulheres significará uma deportação forçada para a colónia do Brasil.

A legislação anti-romani já existia em Portugal há dois séculos, quando a lei de 1708 entrou em vigor. O objetivo da legislação anterior era inicialmente impedir que o povo romani entrasse no país, expulsar aqueles que já lá estavam, embora sem nenhuma cláusula de punição corporal ou prisão. No final do século XVI, no entanto, as autoridades portuguesas começaram a aplicar punições mais severas, semelhantes às prescritas por João V em 1708.

A antipatia para com o povo romani pode ser atribuída a uma série de fatores. Em primeiro lugar, eram vistos como pessoas sem rumo e improdutivas, totalmente inadequadas para a vida nas sociedades cada vez mais ordenadas e hierárquicas da Europa Ocidental. Eram vistos como uma ameaça ao modo de vida cristão, bem como à autoridade da Igreja e do Estado em geral. Os romani eram também marcadamente diferentes na sua língua e vestuário, e na forma como ganhavam o seu sustento. Juntamente com a sua associação a atividades “repreensíveis” como o jogo, foram também assinalados pela sua pobreza e pela sua criminalidade recorrente. A um nível ainda mais fundamentalista, foram considerados como tendo “sangue impuro”.

Este foi, então, o pensamento que sustentou a legislação defendida por D. João V. Apesar de lamentável esta era a mentalidade que marcou a época do rei João V.



# Uma carta do Imperador Carlos VI sobre um grupo de deportados protestantes

A Reforma do século XVI continua a ser um dos acontecimentos fulcrais da história europeia. A reforma anunciou cerca de dois séculos de amargos confrontos entre católicos e protestantes da Europa, e alimentou grandes conflitos armados como as Guerras Religiosas Francesas (1562-1598) e a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648). Em muitos países também resultou na perseguição de minorias religiosas, talvez mais notoriamente os protestantes de França (os Huguenotes), muitos dos quais foram forçados a fugir do país.

O documento aqui apresentado diz respeito à situação tal como se apresentava na Áustria na década de 1730. Trata-se de uma carta do Santo Imperador Romano, Carlos VI (1685-1740), a Johann Franz Freiherrn von Grünthal e Wolf Martin Ehrmann von Falkenau, dois dos seus comissários para a religião. O Imperador felicita-os pelo trabalho que realizaram até aí no transporte de um grupo de protestantes para a Transilvânia. O grupo contava 263 indivíduos (composto por 47 famílias) e era originário da região de Salzkammergut. O objetivo era assegurar a plena adesão ao catolicismo romano na Áustria. Se os Protestantes não o aceitassem, teriam de ser afastados.

No texto (datado de 14 de Julho de 1734) Carlos usa o termo “transmigrantes”, um simples eufemismo para “deportados”. O grupo tinha sido recentemente transportado para Klosterneuburg, a norte de Viena, e Charles regista a “excelente realização” dos comissários na consecução deste objetivo. De Klosterneuburg, os deportados viajaram então

via Buda (agora uma parte de Budapeste; em alemão: Ofen) para Turnișor (em húngaro: Kistoron; em alemão: Neppendorf), na Transilvânia (agora Roménia).

A deportação de 1734 não tinha certamente sido a primeira do seu género no Sacro Império Romano, nem tinha sido a maior. Em 1732, muitos milhares de protestantes partiram de Salzburgo após a emissão de um édito de expulsão pelo Príncipe Arcebispo Leopold Anton von Firmian. A maioria destas pessoas foi para a Prússia, onde foram acolhidas pelo Rei Frederico Guilherme I. Ele dirigiu-as para as zonas orientais do seu território, onde foram ocupar terras que tinham sido despovoadas na sequência de um surto de peste. Outros foram para Inglaterra, Hanôver, e para a colónia britânica da Geórgia na América do Norte. Alguns optaram por ir para a República Holandesa.

A decisão de Carlos VI de fazer da Transilvânia o destino dos deportados de 1734 partiu em grande parte de um desejo de imitar as ações do rei prussiano. Tal como a Prússia Oriental, a Transilvânia também tinha sofrido com o despovoamento, neste caso devido às muitas guerras com o Império Otomano e não devido à peste. Tais expedientes, contudo, estavam rapidamente a tornar-se uma coisa do passado na Europa. A liberdade de culto tornar-se-ia em breve a norma em todo o continente. Na Áustria, ocorreu oficialmente em 1781 quando o Imperador José II aprovou uma lei de tolerância religiosa.

Dom Joseph por Graça de Deus, Rey de Por-  
 tugal, e dos Algarves, da quem, e da Lem Mar, em Africa  
 Senhor de Guiné, e da Conquista, Navegação, Commercio  
 da Etiopia, Arabia, Peria, e da India &c. Nos Vas-  
 sallos de todos os Estados dos Meus Reinos, e Senhorios.  
 Saude. Em Consultas, da Menza do Dezembargo do  
 Ray, do Conselho Geral do Santo Officio da Inquização, e da  
 Menza da Conciencia, e Ordens, Me foi presente: Que  
 havendo a Igreja na sua Primitiva Fundação; no seu  
 successivo progresso; em a propagação dos Fieis, que a ella  
 se uniram; recebido no seu regaço, como May Universal,  
 Gentios, e Judeos convertidos; sem distincão alguma, que  
 fizere differentes huos dos outros por huuma separaçã  
 contraria à Unidade do Christianismo, que he individua  
 por sua Natureza: Sendo o sangue dos Hebreos o mesmo  
 identico sangue dos Apostolos, dos Diáconos, dos Presbiteros,  
 e dos Bispos por Elles ordenados, e Consagrados: Sendo  
 este, sempre o constante, e inalteravel Spiritu da mesma  
 Igreja, e da Doutrina, e Disciplina, que delle, e dellas ema-  
 naram em todos os Dezentos seculos da sua duração; Sem  
 outras modificaçens, que não fossem; a de que os Neophitos  
 baptizados depois de adultos, como recentemente convertidos  
 à Fé, se reputavam por Christãos Novos; e por Christãos  
Velhos os que por muito tempo perseveravam na Fé por.  
 Elles professada quando recebiam o Sacramento do Bap-  
 tismo; para se suspender aos Primeiros a Colhação das  
 Honras, e Dignidades Ecclesiasticas, em quanto não ex-  
 cluam com a sua firmeza a prezumpção de volverem ao  
 vomito; e para os segundos não só ficarem pela sua  
 perseverança inteiramente habéis nas suas Pessoas para  
 tudo o referido; Mas tambem para transmittirem esta  
 Canonica habilitade, e legitimidade a todos os seus Des-  
 cendentes, que, como Elles viveram na mesma Santa

José I  
 José I  
 Soy publicada esta Carta de Ley  
 na Real Audiencia de Lisboa a 26 de Mayo de 1773  
 Dom João Mal de  
 Rey da Real Audiencia de Lisboa  
 e de las Cortes a 26 de Mayo de 1773  
 Antonio Lopez de Haro  
 José Anstauo Guerra a fez

Carta de Lei de D. José I para abolir a distinção entre cristãos, gentios e judeus, 25-5-1773

3 páginas, manuscrito em papel; 21,3 x 34,5 cm

Portugal- Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Código de Referência: PT/TT/LO/003/7/038

# Rejeição da perseguição de judeus em Portugal no século XVIII

Em Maio de 1773, o Rei José de Portugal aprovou a lei que aboliu a distinção entre os chamados “cristãos velhos” e os “cristãos novos”. Esta nomenclatura há muito que era utilizada, referindo-se o termo “cristão novo” simplesmente aos judeus que tinham sido forçados a converter-se ao cristianismo no final do século XV. Podemos ver aqui a primeira página da própria lei.

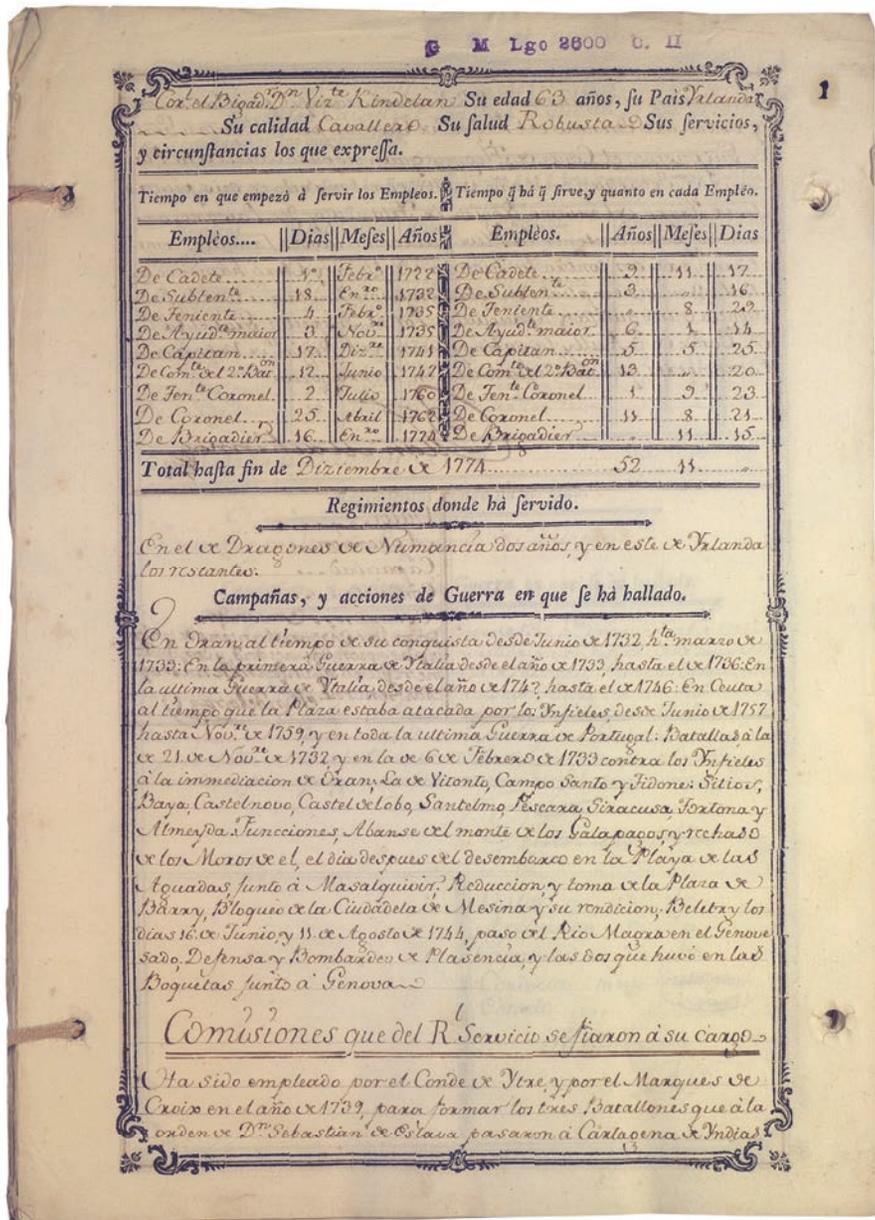
Durante algum tempo, no início da década de 1490, parecia que os judeus portugueses poderiam escapar ao tipo de legislação discriminatória que estava a ser promulgada contra os seus correligionários em Espanha. Quando Fernando e Isabel de Espanha aprovaram o ato de expulsão dos judeus em 1492, um número significativo deles candidatou-se com sucesso à obtenção de residência em Portugal. Para João II de Portugal isto tornou-se mais uma questão económica do que uma questão de concessão abnegada de ajuda a um povo oprimido. Uma delegação de judeus espanhóis ricos pagou-lhe 60.000 cruzados (moedas portuguesas de ouro ou prata) pelo privilégio de se tornar seu súbdito.

No entanto, em 1496, o sucessor de João, Manuel I, cedeu à pressão espanhola e ordenou a expulsão dos judeus de Portugal. Esta foi uma condição do seu casamento com Isabel, a filha mais velha de Fernando e Isabel. Apesar de alguns dos judeus portugueses terem sido autorizados a partir, a maioria não teve outra opção senão converter-se

ao cristianismo. O seu estatuto de “cristão novo”, embora por um lado salientasse a sua mudança de religião, reflectia por outro lado a percepção popular de que a sua conversão era muito recente e, portanto, não era de confiança. Este sentimento aumentou com o tempo e contribuiu directamente para o estabelecimento da Inquisição Portuguesa, em 1536. A seu tempo, a ideia de que havia uma diferença fundamental entre “cristãos novos” e “cristãos velhos” tornou-se consagrada na lei.

À primeira vista, a aprovação pelo rei José I da legislação de abolição de 1773 pode parecer o ato de um homem íntegro e de consciência. Contudo, na realidade, ele deixou a governação do país aos seus ministros enquanto prosseguia os seus próprios interesses privados. A legislação foi de facto criação do seu primeiro-ministro, Sebastião de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal. Esta foi apenas uma das muitas reformas levadas a cabo por Pombal durante o seu mandato. De particular destaque foi a abolição da escravatura em Portugal e a reorganização das forças armadas.

Embora a lei de 1773 não tenha tecnicamente posto fim à Inquisição, continuou a ser indicativo da forma como a sociedade portuguesa estava a caminhar. Os inquisidores tinham agora de se contentar com a perseguição dos ateus e daqueles que eram considerados como tendo desvios sexuais. O parlamento português aboliu finalmente a Inquisição em 1821.



Regimento de Infantaria da Irlanda. Livro de Oficiais, Primeiros Sargentos e Cadetes do regimento, atualizado até final de 1776, 1774-1776

Livro com 100 folhas, manuscrito, formulários pré-impresos em papel; 21,2 x 30,3 cm

Arquivos do Estado Espanhol – Arquivo Geral de Simancas

Código de Referência: ES.47161.AGS/3.18.-1//SGU, LEG, 2600,2

## Soldados Irlandeses de Espanha: registos de serviço de 1774

O documento aqui apresentado provém de uma coleção de registos de serviço de oficiais irlandeses, primeiros sargentos e cadetes em serviço no exército espanhol em 1774. Refere-se a um soldado chamado Vicente Kindelan, que era brigadeiro nessa altura, e cuja idade está registada como sendo de 63 anos. Tal como os outros registos da série, os detalhes da sua carreira são apresentados de forma muito clara e concisa num formulário pré-impresso. Olhando para a coleção como um todo, é-nos fornecido um registo inestimável dos nomes dos soldados, idades, promoções, filiações regimentais, e as campanhas em que lutaram.

Durante os séculos XVII e XVIII, milhares de homens deixaram a Irlanda para procurar emprego como soldados nos exércitos dos vários estados da Europa continental. A maioria destes imigrantes militares eram católicos romanos que procuravam retirar-se de uma terra dominada pelos governos protestantes da Grã-Bretanha e da Irlanda. Cada vez que os católicos irlandeses sofriam uma significativa inversão militar, uma nova onda de migração teria lugar. Isto foi especialmente evidente após a rebelião de Desmond de 1583, a rebelião de Tyrone de 1593-1603, a conquista Cromwelliana da Irlanda (1649-1653), e a guerra Jacobita de 1688-1691.

Outro fator determinante foi a enorme exigência que se fazia aos soldados naquela época. Com o advento da Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), foram surgindo exércitos cada vez maiores. E no devido tempo, líderes absolutistas como Luís XIV

de França e Frederico II da Prússia procuraram satisfazer as suas obsessões marciais construindo (e utilizando) formações militares em grande escala.

Embora os irlandeses se encontrassem nas forças armadas de vários países europeus, gravitaram mais frequentemente em direção às da França católica e da Espanha. De facto, três dos regimentos de infantaria irlandeses que se tornaram um dos pilares do exército espanhol durante o século XVIII, foram efetivamente transferidos do serviço francês entre os anos de 1709 e 1715. Eram conhecidos como os regimentos Irlandia, Ultonia, e Hibernia. Os soldados espanhóis irlandeses lutaram não só na própria Península Ibérica, mas também na Flandres, Itália, Norte de África e nas Américas.

As experiências de Vicente Kindelan podem, portanto, ser consideradas como sendo largamente semelhantes às de várias gerações de irlandeses que encontraram emprego nos exércitos de Espanha. Além disso, dois dos filhos de Kindelan passaram a gozar de carreiras militares distintas. O seu filho mais velho, Sebastian, tornou-se coronel do exército espanhol e governador provisório da colônia espanhola de Cuba. Outro filho, Juan, também entrou no serviço militar espanhol e comandou um dos regimentos enviados para se juntar à Grande Armada de Napoleão Bonaparte durante os anos 1809-1813. Para muitos irlandeses talentosos, a Espanha ofereceu certamente oportunidades que podiam não ter ocorrido no seu país de origem.

Tripoli si Barbaria. Li 25 di Junio el 1792  
 Carissima Madre con la presente ho occasione di donotarla  
 e mia ottima e bona salute e ho spero in Dio benedetto che  
 Voi siete il simile assieme con li miei sorelle et coniate eu prego  
 la vostra santa benedizioni e chassi ui farò sapere la mia  
 cattiva sorte e malo destino che sotto la nostra partese  
 sa sic Malta siamo nauicati ogni 5 di 4 giorni che siamo  
 nauicati siamo andati siamo andati sopra ha cilon sigli alla  
 sira la mattina siamo salpati per andare in Jaguiri couento  
 ponenti li rice temporate nel gorno siamo quatro volte negati  
 sotto aqua e Dio tornato a saluare ala sira scialare il sole  
 e iama gia oni uno prega la sua giuina misericordia iposimo la madonna fora  
 e oni uno prega per ciono latro e ueni un colpo mare jilia la madonna  
 con il manto e la madonna di lampicora che ci era mandata capitana Michele  
 li e Botasimo uino laqua schioppi Trombone pistoli saboli balli  
 piovuli Remi Robba e ues tire tutto in Mare e Ricomaria  
 sima la prima a Dio e siamo cori Di Bona serua una ora auanti la  
 mare notte e assimo uedesimo la terra di Lagurava 12 mila tra  
 liuanti Tripoli e iamo lontani tri ho quatro milia e assimo  
 fondo appena si dar fondo ci ueni due colpi di mare che  
 quanto l'uesesimo siamo stati morti sono ariciati e a noi ano  
 diuotato la galiotta e tutta la gente e gric a misericordia in  
 mare io uote et e chassi mi uolena montare su cauallo su  
 la schina di la galiotta ueni oue colpi di mare uno serio latro  
 mi fanno dispanire la galiotta non mi sento altro che  
 lauci diligenti mi ce sotto e chassi mi molci per la terra  
 terra emi som stato 5 ore in mare mi i Ban Tonai per negar  
 in mare quatro uolte perro sempre ci aueno uina core la  
 madonna di carmeno all'ultima uolta che gia miera  
 i Ban Tonato e senza frato mi atto ho Madonna sel  
 Carissima

Cartas de Pietro Stellini à mãe e à mulher, 25–6–1792

4 páginas de um volume, manuscrito em papel; 35 x 26,5 cm

Arquivos Notariais de Malta

Código de Referência: NAV Verbalis, 1791: Stellini

## O corsário naufragado

A vida pode ser dura e perigosa para um corsário a operar no Mar Mediterrâneo durante o século XVIII. As cartas do marinheiro maltês Pietro Stellini dão-nos um raro vislumbre de um mundo que está um pouco afastado do associado às façanhas de piratas de Hollywood interpretadas por piratas como Errol Flynn e Burt Lancaster. A correspondência data de 25 de Junho de 1792 refere-se a uma viagem desastrosa que Stellini empreendeu numa pequena embarcação (uma galiota) comandada pelo Capitão Beneditto Valentini. Na primeira das duas cartas Stellini escreve à sua mãe em Malta, fornecendo-lhe pormenores sobre a viagem no navio e o que aconteceu.

Descreve como o navio enfrentou uma tempestade mesmo ao largo da costa da Tunísia, entre Djerba e Sfax:

“...em quatro ocasiões distintas, ficámos completamente esmagados pelas ondas, mas graças a Deus sobrevivemos e ao pôr-do-sol todos rezaram pela sua alma miserável”.

Para aliviar a carga do navio a tripulação procedeu assim:

‘barris de vinho e de água, barris de engano, pistolas, espadas, bolas de canhão, remos, roupas, tudo foi atirado para o mar, uma vez mais recomendamos as nossas almas a Deus’.

Eventualmente, não muito longe do porto de Tripoli, o navio foi atingido por duas grandes ondas, que o fizeram virar e afundar. Stellini registou o trágico resultado:

“...Só consegui ouvir as vozes e gritos dos meus companheiros de navio moribundos. Não pude fazer nada. Tentei então nadar até à costa...”.

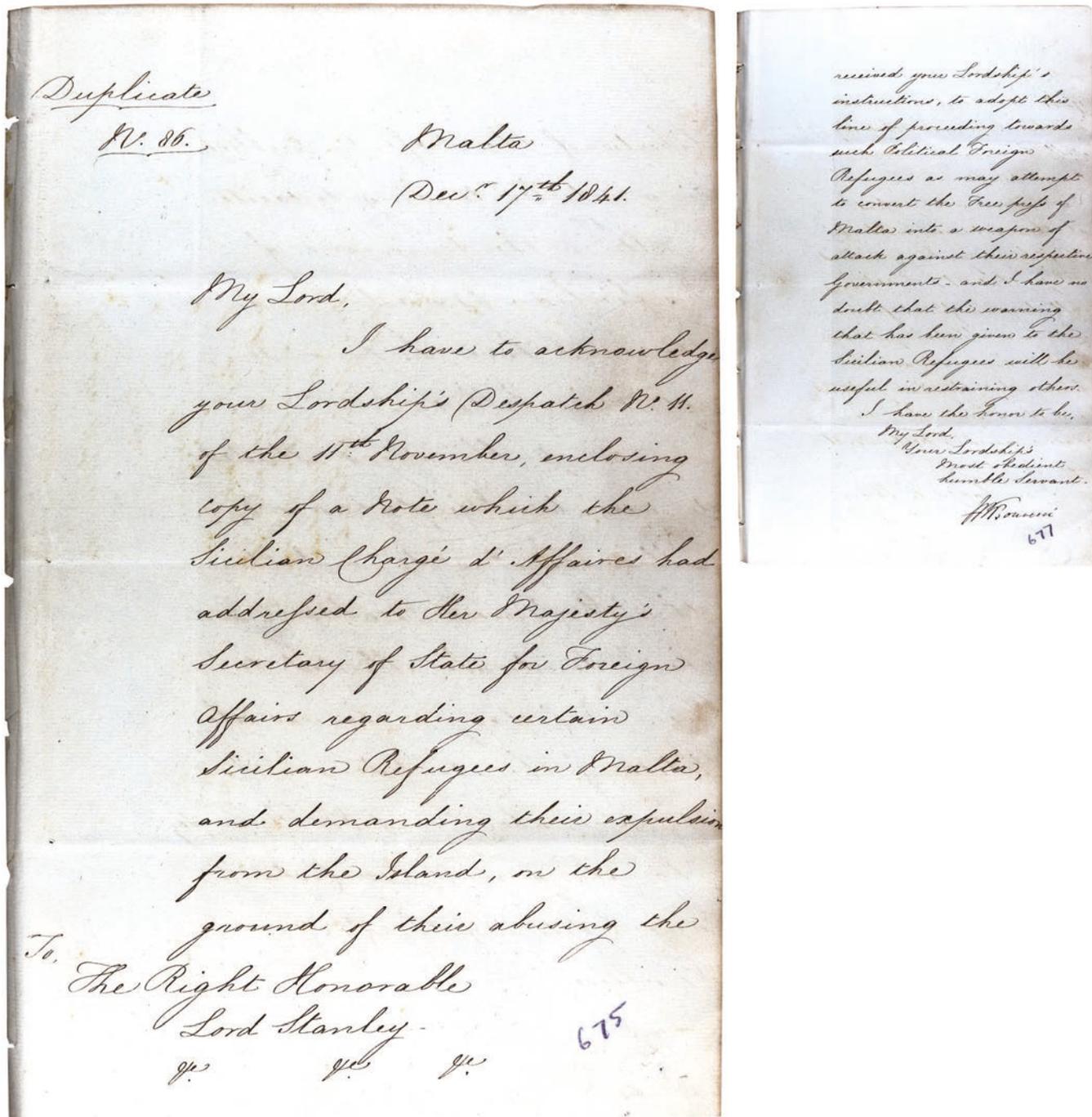
“...Entreguei-me à morte quando de repente uma onda me atingiu e me levou à costa e lá me deitei apenas com a minha camisa, morrendo de frio. De manhã, vi a galeota que tinha sido levada para terra juntamente com os nossos marinheiros mortos. Apenas sete de nós sobrevivemos, os restantes não conseguiram”.

Stellini conclui notando que embora estivesse cativo do governante de Tripoli (Ali I da dinastia Karamanli), “é melhor ser um escravo do que morto como os outros”.

A segunda carta é dirigida à esposa de Stellini, e revela que o casamento estava sob uma grande tensão há já algum tempo. A sua amarga frase de abertura diz muito:

“Dou-vos a notícia que sempre desejastes para mim, isto é, [quando] sempre amaldiçoastes que eu cairia escravo ou pereceria no mar”.

As cartas de Pietro Stellini sobrevivem no Arquivo Notarial de Malta porque foram usadas tanto pela sua mãe como pela sua mulher como parte de processos legais para reclamar despojos que lhe eram devidos de uma viagem anterior. Além disso, permanecem como importantes testemunhos, proporcionando uma visão das incertezas associadas à vida à margem da sociedade pré-moderna. Ao mesmo tempo, oferecem um relato detalhado e muito imediato do tipo de destino infeliz que muitos marinheiros sofreram durante a era da navegação à vela.



Pedido do Governo Siciliano para expulsar refugiados alegadamente não cumpridores da liberdade de imprensa, 17-12-1841, Malta

5 páginas de um volume, manuscrito em papel; 20 x 31,5 cm

Arquivos Nacionais de Malta

Código de Referência: GOV 1/2/19

# Refugiados políticos italianos em Malta durante os anos do *Risorgimento*

Historicamente, a vida de um refugiado sempre foi uma das mais difíceis. E para aqueles que queriam permanecer politicamente ativos enquanto no exílio, a vida podia ser especialmente precária.

Este documento é uma cópia de um despacho enviado pelo governador britânico de Malta, Sir Henry Bouverie, ao secretário colonial, Edward, Lord Stanley, em Dezembro de 1841. Ele informa Stanley que um funcionário siciliano escreveu ao secretário britânico dos Negócios Estrangeiros sobre certos refugiados sicilianos em Malta, e exigiu: “a sua expulsão da ilha, por terem abusado da liberdade de imprensa, publicando artigos tendentes a suscitar revolta nos domínios da Majestade siciliana”.

Stanley observa que as autoridades sicilianas apontaram dois jornais particulares como dignos de censura: o *Aristide*, editado por um Sr. Costanzo, e *Il Corriere Maltese*, editado conjuntamente por Costanzo e os Srs. Tornabene e Fernandez.

Malta, devido à sua proximidade com os estados italianos, tornou-se um refúgio importante para vários pensadores políticos e revolucionários italianos durante os anos em que o *Risorgimento* esteve ativo. Este movimento surgiu como reação ao domínio austríaco sobre os estados italianos individuais, após a conclusão das Guerras Napoleónicas em 1815. Abrangeu os esforços de uma série de grupos revolucionários, todos perseguindo o objetivo global de conseguir uma Itália unida. Costanzo, Tornabene e Fernandez, através dos seus esforços particulares, tinham caído em falta no Reino das Duas Sicílias, então governado por Fernando II da dinastia Bourbon.

O reino em si era grande, compreendendo a ilha da Sicília, bem como grande parte do sul da Itália.

No despacho, Bouverie prossegue afirmando que Costanzo se tinha deslocado para Argel alguns meses antes, e que Tornabene e Fernandez tinham sido avisados disso, “se doravante publicarem, sob qualquer forma, qualquer escrito tendente a provocar revolta ou descontentamento nos domínios de Sua Majestade Siciliana, ou escreverem qualquer coisa que cause uma justa queixa a ser feita por esse governo, serão imediatamente ordenados a abandonar Malta”.

Bouverie acrescenta que está inclinado a acreditar que Tornabene e Fernandez desistirão agora de publicar obras políticas, sobretudo devido ao facto de o seu “jornal ter cessado há doze meses”.

Ele conclui,

“Estou feliz por ter recebido as instruções de Vossa Senhoria para adotar esta linha de proceder em relação aos refugiados políticos estrangeiros que possam tentar converter a imprensa livre de Malta numa arma de ataque contra os seus respetivos governos, e não tenho dúvidas de que o aviso que foi dado aos refugiados sicilianos será útil para conter os outros”.

Conforme sabemos, os anos de repressão no Reino das Duas Sicílias não durariam muito mais tempo. Em 1860, o regime foi derrubado pelas forças de Giuseppe Garibaldi, e em 1870 a unificação total da Itália seria alcançada.

Duplicate  
N.º 14.

Malta  
February 12<sup>th</sup> 1848.

My Lord,  
I have the honor to acknowledge the receipt of your Lordship's Despatch N.º 14 of the 12<sup>th</sup> ultimo, transmitting for my information and guidance copy of a correspondence which passed at the close of the year 1844 between the Turkish Ambassador in England and the Earl of Aberdeen, respecting certain slaves who were seized and emancipated at Lante from a Turkish vessel bound from Tripoli to Constantinople, together with copies of two despatches from Her Majesty's

To The Right Honourable  
Earl Grey

fe fe fe

225

"where it still exists": and I have been assured that on the occasion in question, every effort was made to induce the emancipated persons to go to Tunis, or elsewhere where there would be no chance of their being claimed by their former owners, but that they obstinately persisted in being sent to Tripoli.

I have the honor to be,  
My Lord,  
Your Lordship's  
Most obedient  
humble servant

W MacDonagh

226

Despacho do Governador de Malta para o Secretário de Estado da Guerra e Colónias, 12-2-1848, Malta

4 páginas de um volume, manuscrito em papel; 20 x 31,5 cm

Arquivos Nacionais de Malta

Código de Referência: GOV 1/2/23

# Escravidão no Mar Mediterrâneo

Desde o início da história, o Mundo Mediterrânico tem sido um caldeirão de povos, culturas e ideias. Geograficamente, o Mar Mediterrâneo une os mundos europeu, africano e asiático, e tem funcionado como um canal para o comércio de bens de todos os tipos. Talvez a mais perniciosas de todas estas transações comerciais tenha sido o comércio altamente lucrativo de escravos, uma prática que ainda era oficialmente permitida em alguns países no século XX.

O comércio de escravos no Mediterrâneo foi indiscutivelmente o mais notório durante os séculos XVI, XVII e XVIII, quando o Império Otomano (centrado na Turquia moderna) estava no auge do seu poder, e portos do Norte de África como Argel, Tunes, e Tripoli (ao longo da chamada Costa da Barbária) acumularam grandes riquezas com a venda de seres humanos. Em meados do século XIX, a oposição ativa dos EUA e de algumas nações europeias tinha limitado severamente tais empresas, restringindo-as a um número cada vez menor de locais. No entanto, como testemunha o documento aqui mostrado, a escravatura centrada no Mediterrâneo continuou a ser um problema considerável até à década de 1840.

O documento é uma cópia de uma carta enviada pelo governador britânico de Malta, Richard More O' Ferrall ao secretário colonial, Henry Grey, 3º Conde Grey, a 12 de Fevereiro de 1848. Nela, O' Ferrall acusa a receção dos despachos que Grey lhe emitiu a respeito de alguns ex-escravos recentemente

enviados de Malta para Tripoli. Em 1844, um navio turco com destino a Constantinopla (Istambul dos tempos modernos) foi apreendido pelos britânicos na ilha grega de Zante (Zakynthos) e doze escravos (onze mulheres e um homem) foram libertados nessa altura. Contudo, ao serem enviados de Zante para Malta, esses mesmos indivíduos “foram autorizados a regressar a Tripoli no dia 21 de Outubro passado [1847] na escuna inglesa “Susan”.

Embora reconhecendo tudo isto, O' Ferrall continua a oferecer uma explicação para o que se passou: “Serei guiado pela opinião expressa a Vossa Senhoria pelo Visconde Palmerston [o Secretário dos Negócios Estrangeiros] “de que é muito desejável que quaisquer pessoas que no futuro possam estar em situação semelhante, sejam enviadas antes para Tunes, onde a escravatura está abolida, do que para Tripoli, onde ela ainda existe”, e foi-me assegurado que na ocasião em questão, foram feitos todos os esforços para induzir as pessoas libertadas a irem para Tunis, ou para outro lugar onde não haveria qualquer hipótese de serem reclamadas pelos seus antigos proprietários, mas que obstinadamente persistiram em ser enviadas para Tripoli”.

Infelizmente, as razões pelas quais os doze escravos libertados decidiram optar por esta perigosa solução não foram registadas. Como tal, o seu destino final, como o de tantos milhões de outros na sua situação, permanece desconhecido para nós.



# Lotarias para refugiados: relatório de Alexander von Bach de 1850

Em 1848, uma série de revoluções eclodiu em grande parte da Europa. Estas foram impulsionadas por descontentamentos vários, incluindo um desejo popular de maior participação no governo, um declínio nas condições sociais após a Revolução Industrial, fome generalizada devido a uma série de colheitas falhadas, e um nacionalismo crescente (nos territórios da Europa Central e do Sul). As insurreições conseguiram abalar muitos regimes até ao seu âmago, sobretudo os da França, Alemanha e Áustria. Mas esta situação não se prolongou; no final do ano seguinte, o conservadorismo foi restaurado na maioria das regiões.

O relatório de Alexander von Bach de 11 de Junho de 1850 refere-se à situação tal como se encontrava na Áustria nessa altura. As revoluções nas terras dos Habsburgos tinham sido graves e abrangentes. A certa altura, o imperador e as autoridades governantes fugiram de Viena, e o seu domínio do poder só foi totalmente restaurado quando o exército retomou a cidade em finais de Outubro de 1848. Na Hungria estalou uma revolta nacionalista e a ajuda militar da Rússia foi necessária para a derrubar.

Bach e o seu superior imediato, Félix, Príncipe zu Schwarzenberg, foram os dois estadistas que subsequentemente supervisionaram a implementação de um regime neo-absolutista na Áustria. O relatório de Bach é certamente ilustrativo do grau da sua antipatia para com os revolucionários da Europa. Muitos tinham encontrado refúgio na Suíça, e tinham sido apoiados ali pela venda de bilhetes de uma lotaria especial. Bach, tal como outros ministros neo-absolutistas europeus, estava empenhado em

impedir a propagação deste esquema de angariação de fundos a outros países. O relatório sublinha o facto de tal ter efectivamente ocorrido na Áustria, e que tudo deveria ser feito para observar e dificultar as atividades dos responsáveis.

Uma diretiva tão autoritária combinava bem com a política pública do regime, na sequência das revoluções. Em Dezembro de 1848, Schwarzenberg supervisionou a substituição do fraco imperador Fernando I pelo jovem e maleável Francisco José I. Dissolveu igualmente uma convenção constitucional que tinha sido estabelecida no início desse ano. Quando Schwarzenberg morreu em 1852, Bach assumiu o papel de principal executor do neo-absolutismo austríaco. As principais medidas reacionárias incluíram restrições à liberdade de imprensa, o abandono dos julgamentos públicos e julgamentos por júri, um aumento da vigilância, e o restabelecimento dos castigos corporais dirigidos pela polícia. Paralelamente, foram concedidos à Igreja Católica Romana novos poderes de censura, bem como um papel de supervisão no que diz respeito à educação.

Embora os revolucionários de 1848 não tenham conseguido, em grande parte, assegurar os seus objetivos, os seus esforços apontavam no entanto para a direção que a sociedade europeia estava a tomar. Com o tempo, as liberdades pelas quais lutaram viriam de facto a concretizar-se. Entretanto, as lotarias destacadas no relatório de Bach encarnavam em si mesmas um dos aspetos mais nobres da humanidade: o do desejo de se solidarizar com aqueles que procuravam construir uma sociedade mais justa.



*Landing at Malta*

List of Persons embarked in H.M.S. "Marlborough" on  
the 7th., 8th. and 9th April  
@@

- Her Imperial Majesty The Empress Marie Feodorovna of Russia. ✓  
~~The Grand Duke Nicholas.~~  
 and the Grand Duchess Anastasia.  
~~The Grand Duke Peter~~  
 and the Grand Duchess Militza.  
 The Grand Duchess Xenia. ✓  
~~Prince Roman.~~  
~~Princess Marina.~~  
 Prince Feodar. ✓  
 Prince Nikita. ✓  
 Prince Dmitri. ✓  
 Prince Rostislav. ✓  
 Prince Vassili. ✓  
 Prince Yousouppoff and Princess Yousouppoff (Senoir). ✓  
 Princess (Olga) Orloff. ✓  
 Prince Orloff and Princess Nadeisgda Orloff, and child Princess Irina.  
 Prince Yousouppoff and Princess Yousouppoff (Junior) and child Princess Irina.  
 Princess Dolgorouki, Prince Dolgorouki (son), and Child (neice) Princess Olga, and Child Princess Dolgorouki.  
 Princess Obolensky. ✓  
 Prince Viasemsky and Princess Viasemsky. ✓  
 The Countess Mengden. ✓  
 Mlle. Evreinoff. ✓  
 Colonel Prince Obeliani. ✓  
~~The Count Tyskiewich and Countess Tyskiewich.~~  
~~Baron Staal and the Baroness Staal, and Daughter, Baroness Marie Staal~~  
~~General Chatelaine, Mme Chatelaine and child.~~ ✓  
 General Foguel. ✓  
~~M. Boldyreff.~~  
~~Dr. Malama.~~  
 Count Fierson. ✓  
Nurses, Maids and Men Servants in Attendance.  
 With Her Majesty... Mlle Greenvelt. ✓  
 Maids. Vassielavna, Vassielevna. ✓  
 Men. Uyaes, Cossacks. Yastchick and Polikoff. ✓  
~~With the Grand Duke Nicholas.~~ Maids. Michaelonka, Michaelonka, Grussberg.  
~~Nicholas.~~ Men. Smirnof, Tataveroff.  
 With The Grand Duchess Xenia. Nurse (English) Miss Coster. ✓  
 Maids. Pavloff, Balousieva, Alfananowa, Pavlova. ✓  
 Sobelora. ✓  
 Man. Kalomina. ✓  
~~With The Grand Duke Peter.~~ Maids. Youpkova, Morat, Kouptsova, Pesarevski, Froloff, Man. Froloff.  
 With Prince Yousouppoff. Nurse. (English) Miss Henton. and Maid. ✓  
 Maids. Lata and Leviton. ✓  
 Men. Tessfay, Harpin, Pierreoff. ✓  
 With Princess Orloff. Governess (English) Miss Turk. ✓  
 Maids. Antoninova, Shouberina, Prakaffa. ✓  
 With The Ladies in Waiting. Maids. Apsa, Ozer, and Adele. ✓  
 With Princess Dolgorouki. Coverness (English) Miss King. ✓  
 Maid Louise. ✓  
 Nurse (English) Radkins. ✓  
 Man. Ch uriloff. ✓

P. T. O.

# Num navio de guerra para Malta: o resgate dos Romanov

A execução do czar Nicolau II e da sua família chegada durante as primeiras horas do dia 17 de Julho de 1918 trouxe um novo e sangrento capítulo ao processo revolucionário russo. Após a revolução de 1917, não tinha ficado claro qual seria o destino do czar. Nicholas II abdicou do trono em Março, tendo sido procurados acordos para o seu exílio para outro país. Quando tal não aconteceu, o czar ficou cada vez mais à mercê dos bolcheviques que ficaram com o controlo do governo russo após a Revolução de Outubro de 1917.

Para os membros da família real Romanov que ainda se encontravam em liberdade, apresentava-se um perigo claro e presente. A Guerra Civil Russa estava em plena marcha, colocando as forças do Exército Vermelho do recém-instalado Estado comunista contra as do Movimento Branco anti-comunista. Com o Exército Vermelho agora a aproximar-se da vitória, a única opção que restava para os Romanov era escapar para o exílio.

O documento aqui apresentado é testemunho da sua situação. Faz parte de um pedido de licença apresentado pelo capitão Charles D. Johnson do navio de guerra britânico Marlborough aquando da chegada desse navio ao porto de Malta, a 20 de Abril de 1919. Esta licença era a autorização necessária para que um navio entrasse nas instalações

portuárias. Neste caso, vemos a inclusão de uma lista detalhando os vários membros da família Romanov (e os seus criados) que embarcaram no Marlborough a fim de escapar da Rússia. De facto, o Almirantado tinha enviado o navio para a Crimeia com esse objetivo específico em mente.

No topo da lista, destaca-se a Imperatriz Maria Fyodorovna, a mãe de Nicolau II. De notar também a quarta filha de Maria, a Grã-Duquesa Xenia Alexdrovna, e alguns dos próprios filhos de Xenia: os príncipes Feodor, Nikita, Dmitri, Rostislav, e Vasili. O príncipe Feliks Yusupov (15º na lista, juntamente com a sua família) foi um dos conspiradores que matou Grigori Rasputin em 1916; alegadamente gabou-se deste ato durante a viagem da Crimeia a Malta. Os vistos da lista identificam os indivíduos confirmados como tendo chegado a Malta. Os passageiros com os nomes riscados são os que desembarcaram em Constantinopla a caminho de Malta.

Os Romanov não estavam de forma alguma sozinhos no seu desejo de fugir do regime comunista. Mais tarde nessa mesma semana chegou a Malta outro navio que transportava mais de 500 homens, mulheres e crianças, muitos dos quais eram refugiados russos. A eles juntar-se-iam em breve muitas centenas de milhares de outros no espaço de poucos anos.

Depoimento para permitir à HMS Marlborough entrar no porto de Malta, 20–4–1919, Malta?

3 páginas, datilografadas, papel; 20 x 32 cm

Arquivos Nacionais de Malta

Código de Referência: NAM/CUS/18/1911



Trotsky e a mulher em Sundby Farm; Guarda a Trotsky, 09–1936, Hurum (Noruega)

2 fotografias a preto e branco, papel; 6,7 x 10,8 cm

Museu da Justiça

Código de Referência: NRMF.06102

# Trotsky no exílio: a estadia na Noruega

Leon Trotsky (1879-1940) foi uma dessas figuras históricas internacionais que parece ter estado em constante mudança de lugar para lugar. Os seus primeiros anos como revolucionário russo tinham-lhe rapidamente dado um acentuado grau de notoriedade na sua terra natal, tendo-lhe esta situação trazido relativa dificuldade no estabelecimento de uma base de operações. Durante as duas primeiras décadas do século XX, viveu em (ou passou por) países tão diversos como Inglaterra, França, Áustria, Suíça, Espanha e Estados Unidos da América.

O seu estatuto como uma das figuras principais da Revolução de Outubro de 1917, bem como o de chefe do Exército Vermelho durante a subsequente Guerra Civil Russa (1918-20), pode, em circunstâncias normais, ter trazido alguma estabilidade à sua vida. No entanto, a rutura das relações entre Trotsky e o líder emergente da União Soviética, Joseph Stalin, acabou por resultar no exílio permanente. Instalou-se na Turquia em 1929 e depois mudou-se para França em 1933. Finalmente, em 1935, estabeleceu-se na Noruega depois de ter obtido com sucesso a autorização de residência no país.

Na fotografia, vemos Trotsky e a sua esposa, Natalia Sedova, de pé no pátio de uma quinta. Estão de frente para a câmara e parecem bastante à vontade com as circunstâncias. Dado que estavam sob prisão domiciliária na altura, isto pode parecer algo surpreendente.

À chegada à Noruega, Trotsky e Sedova haviam-se tornado convidados do político de esquerda Konrad Knudsen na sua casa em Norderhov, perto de Hønefloss. No início tudo correu bem, com Trotsky a ser deixado em grande parte à sua própria sorte.

No entanto, no Verão de 1936, a presença de Trotsky no país tinha-se tornado uma questão de debate político acalorado. A oposição do partido de extrema-direita Vidkun Quisling Nasjonal Samling fez muito para criar uma situação já potencialmente explosiva, particularmente quando vários membros da ala paramilitar do partido levaram a cabo um assalto na propriedade de Norderhov e levaram alguns dos documentos de Trotsky.

Os documentos foram considerados por alguns como prova do interesse continuado de Trotsky em atividades políticas subversivas. O seu nome voltou subitamente a ser notícia internacional quando a Agência de Imprensa Soviética (TASS) anunciou a descoberta de uma conspiração anti-estalinista na qual Trotsky tinha alegadamente assumido um papel de liderança. O governo norueguês procedeu à ordem de prisão de Trotsky, após o que foi transferido para Sundby Farm, perto de Hurum (fora de Oslo) onde as fotografias foram tiradas. Trotsky e Sedova foram forçados a permanecer dentro de casa durante grande parte do seu tempo, sendo apenas autorizados a vir ao exterior durante um par de horas por dia.

Por fim, em Dezembro de 1936, o casal foi deportado da Noruega e zarpou num petroleiro norueguês para o México. Seria o destino final de Trotsky. A 20 de Agosto de 1940, foi agredido na sua casa mexicana pelo agente da NKVD Ramón Mercader e morreu dos ferimentos no dia seguinte. Até ao final, permaneceu altamente crítico em relação ao tratamento que tinha recebido das autoridades norueguesas durante a sua estadia no país.



Soldados do Batalhão Dabrowski da 150ª Brigada Internacional no funeral do General Paul Lukács, 12–6–1937

1 fotografia a preto e branco; 21,0 x 29,7 cm

Arquivos do Estado Espanhol – Centro Documental de Memória Histórica

Código de Referência: ES.37274.CDMH/10.69.3.-1// FOTOGRAFÍAS\_EMIL\_VEDIN, 434

# Soldados Internacionais na Guerra Civil Espanhola

Quando a Guerra Civil espanhola eclodiu durante o Verão de 1936, rapidamente assumiu uma dimensão muito internacional. Embora as grandes potências europeias de França, Grã-Bretanha, Alemanha, Itália e União Soviética tenham assinado todas um acordo de não intervenção, este acordo não permaneceu muito tempo sem ser violado. Tanto a Alemanha de Hitler como a Itália de Mussolini enviaram tropas e equipamento militar para ajudar os nacionalistas espanhóis, enquanto que a União Soviética enviou mantimentos para o governo republicano. Além disso, dezenas de milhares de voluntários estrangeiros juntaram-se ao lado republicano, no que para muitos deles foi uma luta fundamental no esforço contínuo para travar a maré do fascismo.

Os voluntários foram organizados nas chamadas Brigadas Internacionais. Estas eram administradas a partir de Paris pelo Comintern (o organismo de controlo soviético dedicado à supervisão do movimento comunista a nível internacional). Durante a guerra foram criadas sete brigadas, cada uma delas subdividida em batalhões com base na nacionalidade. Os homens do Batalhão Abraham Lincoln, por exemplo, vindos dos Estados Unidos da América, enquanto que os do Batalhão Dabrowski eram polacos exilados que tinham trabalhado como mineiros em França e na Bélgica.

Na fotografia podem ver-se alguns dos homens do Batalhão Dabrowski. Estão em Valência a assistir ao funeral do General Paul Lukács, que tinha sido morto durante a fracassada ofensiva republicana em Huesca, em meados de Junho de 1937. O verdadeiro

nome de Lukács era Béla Frankl, de origem húngara, sendo tanto escritor como soldado. Inicialmente foi destacado para a XII Brigada Internacional (da qual o Batalhão Dabrowski tinha feito parte), antes de passar a comandar a 45ª Divisão. Era uma figura muito querida e respeitada, como é evidente em imagens como esta.

O fotógrafo Emílio Rosenstein, autor da imagem, era ele próprio uma figura notável. Era um exilado polaco que tinha estudado medicina em França, e que se juntou às brigadas internacionais quando a guerra civil eclodiu. Tornou-se médico do exército, primeiro com o batalhão Dabrowski, e mais tarde com as unidades blindadas ligadas às Brigadas Internacionais.

Globalmente, as Brigadas tiveram um excelente desempenho para o lado republicano durante a Guerra Civil Espanhola. No entanto, após a primeira grande onda de recrutamento em 1936, a admissão de mais gente diminuiu constantemente. O subsequente desperdício de homens, devido à morte ou ferimentos em ação, ou à deserção, criou uma lacuna nas fileiras que foi geralmente preenchida por espanhóis nativos. Em 1938, como meio de obter favores políticos com os governos francês e britânico, o primeiro-ministro Juan Negrín decidiu desmantelar as Brigadas Internacionais. A 15 de Novembro de 1938, as brigadas participaram num grande desfile de despedida em Barcelona. Após pouco mais de quatro meses, as vitoriosas tropas nacionalistas do General Francisco Franco marcharam para Madrid e a guerra terminava.



O escritor norueguês Nordahl Grieg com a sua compatriota, a correspondente de guerra Gerda Grepp, e o poeta dinamarquês Sigvard Lund na Plaza del Ángel de Madrid durante as sessões do II Congresso Internacional de Escritores para a Defesa da Cultura, 5-7-1937 – 8-7-1937, Madrid

1 negativo fotográfico; 23,2 x 16,6 cm

Arquivos do Estado Espanhol – Centro Documental de Memória Histórica

Código de Referência: ES.37274.CDMH/10.69.13.-1//FOTOGRAFÍAS\_ZÚÑIGA,NEG.,SOBRE,6,10

## Em Defesa da Cultura: escritores escandinavos na guerra civil de Espanha

As fotografias de arquivo têm por vezes o poder de transmitir uma sensação de tempo, lugar e urgência com uma incomparável sensação de imediatismo. Esta fotografia é um exemplo disso mesmo. Mostra os escritores noruegueses Gerda Grepp e Nordahl Grieg, juntamente com o tradutor dinamarquês Sigvard Lund (agarrado a uma mochila), em frente ao Hotel Reina Victoria, na Plaza del Ángel, em Madrid. Tendo chegado recentemente de Valência à capital, parecem estar com pressa, e estão a solicitar instruções a um funcionário republicano espanhol. Estamos no início de Julho de 1937, e estão em Madrid para participar no Segundo Congresso Internacional de Escritores em Defesa da Cultura.

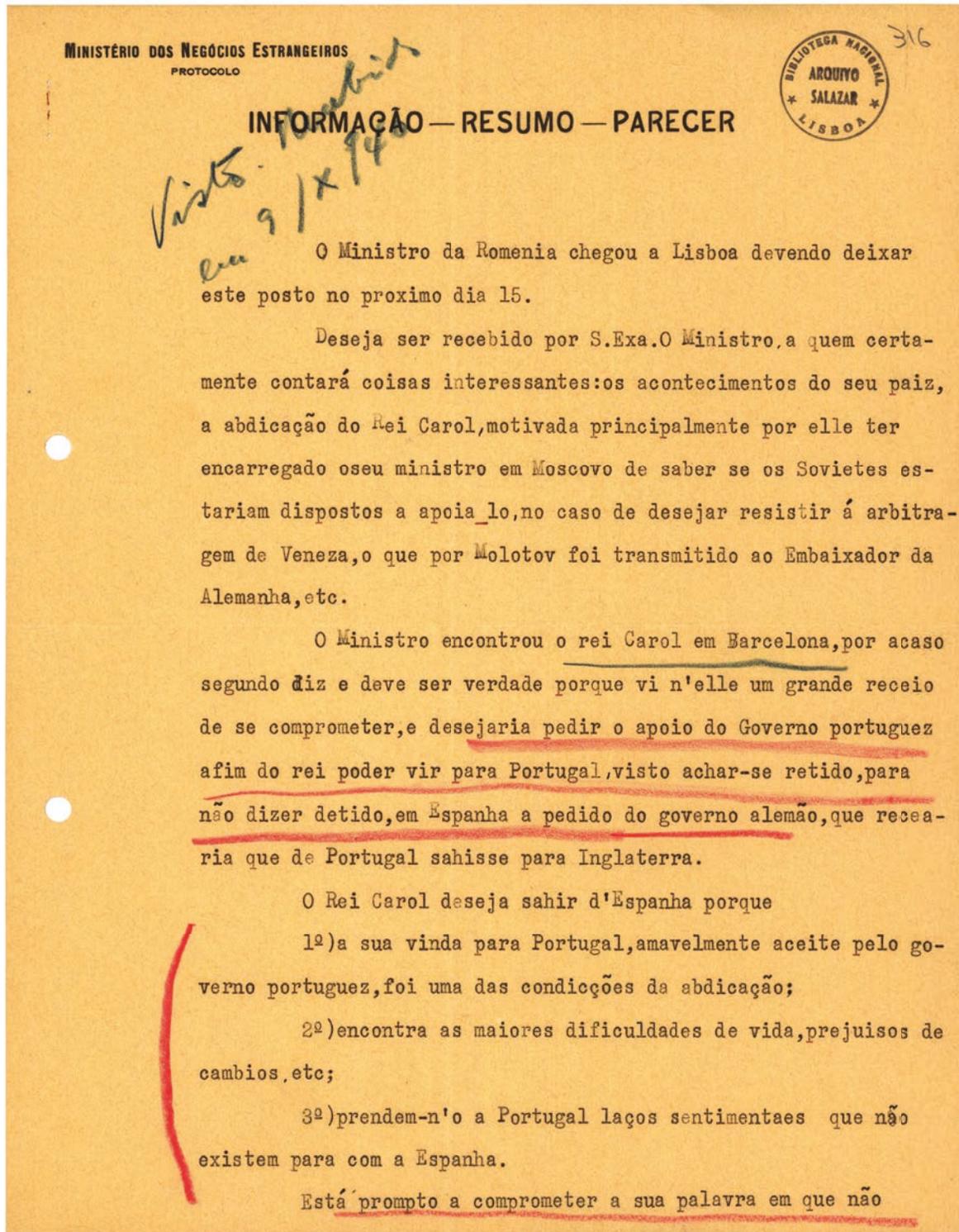
O I Congresso Internacional tinha tido lugar em Paris em 1935. Representou uma tentativa impulsionada por escritores e intelectuais de esquerda para mostrar uma frente unida multinacional contra a propagação do fascismo, um assunto que se tornou de crescente preocupação após a ascensão ao poder de Hitler e do Partido Nazi Alemão em 1933. Entre os participantes notáveis no Congresso encontravam-se Thomas Mann, Maxim Gorky, Aldous Huxley, e George Bernard Shaw.

Com a revolta contra a Segunda República em 1936, a Espanha tornou-se rapidamente um ponto focal para a continuação de tais esforços. O II Congresso Internacional teve lugar em Julho de 1937, em quatro

idades separadas: Valência (4 de Julho), Madrid (5-8 de Julho), Barcelona (11 de Julho), e Paris (16-17 de Julho). Participaram 238 delegados, alguns de países que apoiavam ativamente a República Espanhola, e outros de países (como a Noruega e a Dinamarca) que tinham assumido uma posição neutra.

Muitos escritores tiveram um papel muito ativo na própria Guerra Civil Espanhola. Grepp e Grieg juntaram-se a outros escritores escandinavos na organização da entrega de ajuda aos republicanos, e estabeleceram igualmente um hospital em Alcoy, Alicante. Grepp foi particularmente ativo como correspondente durante o decorrer do conflito, mas acabou por ter de regressar à Noruega devido a problemas de saúde. Morreu de tuberculose em Agosto de 1940. Os esforços anti-fascistas de Grieg prosseguiram na Segunda Guerra Mundial, e quando as forças alemãs ocuparam a Noruega em 1940, ele (tal como muitos outros noruegueses) exilou-se na Grã-Bretanha. Foi morto no início de dezembro de 1943 quando participava num bombardeamento sobre Berlim.

Esta fotografia mostra três indivíduos com uma grande paixão pela causa em que acreditam. São aqui retratados numa demonstração de solidariedade entre eles e com todos aqueles que apoiaram o governo eleito de Espanha durante a guerra civil de 1936-39.



Documento preparatório do exílio em Portugal de Carol II, ex-rei da Roménia, 1940-1941

24 páginas; datilografado, papel; 21,5 x 27,0 cm

Portugal- Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Código de Referência: PT/TT/AOS/D-J/8/2/18

# Abdicação e Exílio: a fuga para Portugal de Carol II da Roménia

Em 6 de Setembro de 1940, o Rei Carol II da Roménia abdicou do trono da Roménia em favor do seu jovem filho, Miguel. Em grande parte havia sido vítima da situação política muito fluida que se desenvolveu na Europa ao longo do ano do início da Segunda Guerra Mundial. O pacto de não agressão da Alemanha com os soviéticos em Agosto de 1939 deixou a Roménia sem apoio efetivo de nenhuma das Grandes Potências, bem como à mercê dos seus vizinhos oportunistas. Entre Junho e Setembro de 1940, a Roménia perdeu os territórios da Bessarábia e da Bucovina do norte para a União Soviética, a Transilvânia do norte para a Hungria, e o sul de Dobruja para a Bulgária. Na sequência destas catástrofes, a posição de Carol foi considerada insustentável.

Juntamente com a sua amante, Magda Lupescu, e uma pequena comitiva, Carol partiu de comboio com a intenção de chegar a Portugal (um destino que tinha sido estabelecido como parte do acordo de renúncia). O progresso foi bom através da Jugoslávia, Suíça e França Vichy, mas surgiu um grande problema na fronteira espanhola. Carol recebeu a notícia de que as autoridades romenas tinham alterado as condições de exílio e que o ex-recluso deveria agora residir em Espanha. A teoria era que em Espanha alinhada pelo eixo, os movimentos dos ex-presidiários seriam mais facilmente observados e controlados. Carol foi inicialmente alojado num pequeno balneário perto de Barcelona antes de ser transferido para um hotel em Sevilha.

O documento é parte de um despacho do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal. Descreve

a situação em que Carol se encontrava, e observa que foi efetivamente detido em Espanha a mando do Governo alemão, “que teme que ele deixe Portugal para Inglaterra”. Carol manifestou o seu desejo de deixar Espanha, salientando (entre outras coisas) os laços sentimentais que tem com Portugal, as suas dificuldades em Espanha e os termos do acordo de renúncia original.

A sua fuga, quando ocorreu, foi ao mesmo tempo inteligente e simples. No início de 1941, as autoridades espanholas permitiram que ele e Magda fizessem longas viagens de carro juntos, frequentemente ao longo de um dia inteiro. Carol memorizou com detalhe a rede rodoviária a oeste de Sevilha, ao mesmo tempo que estabeleceu uma rotina diária para conseguir alongar a distância do carro do carro da polícia espanhola que tinha sido designado para o escoltar. Finalmente conseguiu conduzir até à fronteira portuguesa e entrar no país.

Nesta época não foi o único a procurar refúgio em Portugal. Após os sucessos militares alemães de 1940, milhares de indivíduos dirigiram-se para Portugal, quer com o objetivo de lá permanecerem, quer para obterem um visto para viajar para a América. Os mais abastados entre eles, incluindo personagens reais exilados como Carol e Magda, dirigiram-se para o município costeiro de Cascais, e em particular para a estância turística do Estoril. Eram certamente refugiados, mas as suas experiências estavam muito longe das de outros exilados mais desfavorecidos.

Setembro 1941				Setembro 1941			
20513	Johannes Schöning	Polaco	Polónia	20604	Orville Jean Ardet	Francês	Arganha
20510	Corbe Graaf	"	"	20605	Antoine Jean Velle	"	"
20571	Charles Kray	Anglo	Inglaterra	20606	Ray Swank	Checo	"
20572	Alce Kersch	"	"	20607	António de Almeida	Portugal	"
20573	William Gerson	"	"	20608	de Almeida	"	"
20574	Wm Phillips	Americano	America	20609	Paul Gaillet	Francês	Arganha
20575	Andreas Anton	Grec	Grécia	20610	Paul Gaillet	Americano	America
20576	Samuel Niedermaier	Hungaro	Hungria	20611	Paul Gaillet	"	"
20577	Wladimir Golan	Ucraniano	Ucrania	20612	Paul Gaillet	"	"
20578	Paul Gaillet	Americano	America	20613	Paul Gaillet	"	"
20579	Angelo Capobianco	"	"	20614	Paul Gaillet	"	"
20580	Samuel Niedermaier	"	"	20615	Paul Gaillet	"	"
20581	John Gerson	"	"	20616	Paul Gaillet	"	"
20582	Wladimir Golan	"	"	20617	Paul Gaillet	"	"
20583	Arvid Berg	"	"	20618	Paul Gaillet	"	"
20584	William Gerson	Islandês	Islandia	20619	Paul Gaillet	"	"
20585	Wm Gerson	Islandês	Islandia	20620	Paul Gaillet	"	"
20586	Wm Gerson	Islandês	Islandia	20621	Paul Gaillet	"	"
20587	Wm Gerson	Islandês	Islandia	20622	Paul Gaillet	"	"
20588	Wm Gerson	Islandês	Islandia	20623	Paul Gaillet	"	"
20589	Wm Gerson	Islandês	Islandia	20624	Paul Gaillet	"	"
20590	Wm Gerson	Islandês	Islandia	20625	Paul Gaillet	"	"
20591	Wm Gerson	Islandês	Islandia	20626	Paul Gaillet	"	"
20592	Wm Gerson	Islandês	Islandia	20627	Paul Gaillet	"	"
20593	Wm Gerson	Islandês	Islandia	20628	Paul Gaillet	"	"
20594	Wm Gerson	Islandês	Islandia	20629	Paul Gaillet	"	"
20595	Wm Gerson	Islandês	Islandia	20630	Paul Gaillet	"	"
20596	Wm Gerson	Islandês	Islandia	20631	Paul Gaillet	"	"
20597	Wm Gerson	Islandês	Islandia	20632	Paul Gaillet	"	"
20598	Wm Gerson	Islandês	Islandia	20633	Paul Gaillet	"	"
20599	Wm Gerson	Islandês	Islandia	20634	Paul Gaillet	"	"
20600	Wm Gerson	Islandês	Islandia	20635	Paul Gaillet	"	"
20601	Wm Gerson	Islandês	Islandia	20636	Paul Gaillet	"	"
20602	Wm Gerson	Islandês	Islandia	20637	Paul Gaillet	"	"
20603	Wm Gerson	Islandês	Islandia	20638	Paul Gaillet	"	"

Livro de registo de passaportes, 6-1941 - 5-1942

1 volume encadernado; formulários manuscritos, papel; 21,5 x 32 cm

Portugal-- Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Código de Referência: PT/ADLSB/AC/GCL/H-D/002/00022

## O registo do visto de Jean Moulin

Um dos aspetos mais interessantes na consulta de fontes antigas, tais como o livro de registo de passaporte mostrado na exposição, é o facto de, entre os muitos indivíduos listados, se poder ocasionalmente encontrar nomes famosos ou importantes. Neste volume português que cobre o período de Junho de 1941 a Maio de 1942, podemos ver (no número 20623) o registo do visto de um tal Joseph Mercier. No cabeçalho da página, nota-se que o mês é Setembro de 1941. Na realidade, “Joseph Mercier” era o nome assumido de Jean Moulin, um dos principais membros do movimento de resistência francês.

Quando os exércitos de Hitler invadiram a França em Maio de 1940, Moulin era Prefeito (representante do estado) do departamento de Eure-et-Loir. Os alemães prenderam-no a 17 de Junho por se recusar a assinar um documento que alegava falsamente que alguns soldados franceses tinham cometido atrocidades contra civis na região de La Taye. Algum tempo após a sua libertação, o governo colaboracionista de Vichy demitiu-o do seu cargo, pelo que se juntou à Resistência Francesa.

Em Setembro de 1941, seguiu para Londres, viajando através de Espanha e Portugal neutros. A entrada para ele no livro de registo de passaporte português

é a prova dessa parte da sua viagem. Quando Moulin chegou à Grã-Bretanha, o líder francês livre, Charles de Gaulle, encarregou-o da tarefa de unificar os numerosos grupos da resistência, e em Janeiro de 1942 foi lançado de pára-quadras em França para que cumprisse essa missão. Em Fevereiro de 1942 regressou a Londres onde lhe foi atribuído um papel de liderança no desenvolvimento do Conselho da Resistência Nacional (CNR). Voltou a França algumas semanas mais tarde, onde presidiu à primeira reunião do grupo em Paris, em Maio de 1943. No mês seguinte, a sua sorte acabou. A Gestapo prendeu-o e mandou-o para a prisão de Montluc, Lyon, onde foi torturado por Klaus Barbie, o infame “carniceiro de Lyon”. Morreu enquanto era transferido para a Alemanha por comboio.

Jean Moulin é uma figura muito considerada na sua terra natal. Nas escolas é venerado como um grande patriota; de facto, muitos estabelecimentos de ensino em todo o país receberam o seu nome, assim como o museu da Resistência Francesa em Paris. Muitos memoriais e monumentos foram também dedicados à sua memória em numerosos locais, sobretudo em Lyon (onde foi preso) e Metz (perto do qual se crê ter morrido). Talvez o mais destacado seja o panteão de Paris, onde as suas cinzas foram enterradas em 1964.

Caixa Postal N.º 305  
Telefones N.º

32  
Telegramas: "ISMALIS"

**Conselho Ismailia de Sua Alteza Agakhan**

Avenida Luciano Cordeiro n.º 75

Ref. N.º

 Lourenço Marques, 10 de Setembro de 1953.

Excelência.,

Em nome da Comunidade Esmailita que represento, tenho a honra e satisfação de trazer ao conhecimento e apreciação de V.Excelência, a transcrição da carta que, nesta data, endereçamos ao Excelentíssimo Senhor Governador Geral da Província de Moçambique, aproveitando a estada de Sua Excelência em Lisboa, como segue:

"E de todos nós, residentes de Moçambique, sobejamente conhecido o muito carinho e amor que devota a esta nossa querida Província, e, por isso, em representação da Comunidade Ismailita, me atrevo a importunar V.Excelência, embora não ignore que lhe não sobrar tempo para cuidar dos Altos Interesses da Nação.

"O motivo porque ousem nome da nossa Comunidade, vir até V.Excelência, já é do vosso conhecimento, assim como a grande importância que para nós representa.

"Senhor Governador. Há já quasi um século que vivemos nesta Província muito querida. Aqui nasceram os nossos filhos, netos e bisnetos. Aqui nos sentimos felizes sob a protecção da Bandeira de Portugal. Aqui trabalhamos afanosamente e ordeiramente sem nunca regatearmos a nossa quota parte para o Bem, Grandeza e Progresso de Moçambique, respeitando e acatando as Leis e as Instituições.

"Mas, Excelência, enquanto que os nossos descendentes num total de 766 indivíduos de ambos os sexos, aqui registados, têm o orgulho de ser Portugueses, os que vieram da Índia, hoje 295 indivíduos de ambos os sexos existentes, continuam a ser considerados estrangeiros. E por isso, que pedimos a V.Excelência, como grande e sempre pronto defensor das causas justas, que se digne interceder por nós, junto do Governo da Nação, para que possamos naturalizar-nos Portugueses, com dispensa de apresentação de toda a documentação que a Lei exige, em virtude de tal apresentação se tornar praticamente impossível, para a maioria dos membros da nossa Comunidade, em consequência do desdobramento da Índia, onde, por afinidades com a religião mahometana são, os referidos membros, considerados cidadãos do Paquistão.

"Em Agosto de 1951, o signatário, recomendado pelo nosso Chefe Espiritual, Sua Alteza Agakhan, teve a subida honra de ser recebido pelo Excelentíssimo e Ilustríssimo Senhor Presidente do Conselho, a quem verbalmente expoz a situação na sua exacta realidade.

"Sua Excelência o Senhor Presidente do Conselho dignou-se prometer tratar do assunto e dele dar noticia por intermédio de V.Excelência, Senhor Governador Geral de Moçambique, mas como até à presente data nada sabemos de positivo, e dada a sua importância no que representa para nós, é que ouse ainda, solicitar o Alto Patrocínio de V.Excelência, para dentro do escasso tempo de que dispõe se dignar lembrar a nossa pretensão.

"Com os sinceros votos de profundo reconhecimento, em meu nome e no da Comunidade Ismailita de Moçambique, respeitosamente me subscrevo."

Caixa Postal N.º 305  
Telefones N.º

33  
Telegramas: "ISMALIS"

**Conselho Ismailia de Sua Alteza Agakhan**

Avenida Luciano Cordeiro n.º 75

Ref. N.º

 Lourenço Marques, 10 de Setembro de 1953.

Após expressões, dadas de confiança no esclarecido escripto de V.Excelência, Senhor Presidente, que esta carta, que trata os assuntos dos nossos coações, será digna da vossa dignidade e favorável acolhimento, pelo que desde já lhe tributamos a nossa profunda gratidão.

A Sua Alteza  
*Paulo Augusto Salazar*  
PRESIDENTE DO CONSELHO ISMAILITA  
Presidente do Conselho Ismailia de Sua Alteza Agakhan

Excelentíssimo e Ilustríssimo Senhor  
Presidente do Conselho  
LISBOA - PORTUGAL

Pedido de autorização para a obtenção da cidadania portuguesa para a comunidade Ismaelita indiana residente em Moçambique, 10-9-1953, Lisboa

2 páginas, datilografadas, papel; 26,5 x 20,0 cm

Portugal-- Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Código de Referência: PT/TT/AOS/D-G/7/8/4

# Pedido de concessão da cidadania portuguesa por imigrantes ismaelitas indianos

Este documento faz parte de uma carta dirigida ao primeiro-ministro de Portugal, António de Oliveira Salazar, por Gulamhussen Ismail Jina, presidente do Conselho Ismaelita do Aga Khan. É datada de 10 de Setembro de 1953. Jina escreve em nome de 295 ismaelitas que chegaram recentemente a Moçambique provenientes do subcontinente indiano. Informa Salazar que solicitou ao governador-geral de Moçambique que tomasse medidas para permitir a naturalização deste grupo de pessoas como cidadãos portugueses sem ter de apresentar toda a documentação normalmente exigida por lei. Salienta que não conseguem obter tal documentação porque as autoridades indianas consideram-nos agora cidadãos do Paquistão devido à sua fé islâmica.

Os ismaelitas eram muçulmanos xiitas que seguiram o Aga Khan, um título dinástico concedido pela primeira vez pelo Xá do Irão no início do século XIX. Em 1953 o Aga Khan era o Sultão Sir Mohammed Shah (1877-1957), talvez mais conhecido na altura pela sua extrema riqueza e pela posse de cavalos de raça puro-sangue.

Os ismaelitas encontraram-se numa situação difícil após a independência da Índia, da Grã-Bretanha, em 1947. A criação do domínio muçulmano do Paquistão e da União não-muçulmana da Índia levou à deslocação de cerca de 15 milhões de pessoas, juntamente com a

morte de cerca de um milhão de indivíduos em vários massacres em todo o subcontinente.

Portugal reteve Goa e os seus outros territórios indianos, mas tornou-se claro que esta situação estava a chegar ao fim durante a década de 1950, quando a Índia começou a exigir que Portugal abdicasse dos seus bens coloniais no subcontinente. Neste cenário político, muitos dos habitantes da Índia portuguesa, tanto muçulmanos como europeus, optaram por emigrar. Para alguns, a colónia da África Oriental de Moçambique tornou-se um destino óbvio. Para os europeus, ofereceu um sentido de familiaridade em termos de língua e cultura. Para os muçulmanos, como os ismaelitas, ofereceu um porto seguro longe dos problemas que pudessem surgir caso a Índia tomasse Goa e os outros territórios pela força.

A previsão de que estes enclaves cairiam para a Índia provou ser correta. Em 1954, nacionalistas indianos ocuparam Dadra e Nagar Haveli e estabeleceram ali uma administração pró-indiana. No ano seguinte, os confrontos em Goa levaram à rutura das relações diplomáticas entre Portugal e a Índia. Finalmente, em 1961, as forças armadas indianas invadiram e ocuparam Goa, Damão, e Diu. Foi o fim do império português na Índia. Moçambique alcançou a sua própria independência em 1975.

12

MEMORIAL CENTER  
FOR EUROPEAN AND AMERICAN HISTORY  
300 East 47th Street, New York 17, N.Y.

-1-

Elnok Ur, Melyentisztelt Bizottsag,

Meghatva léptam át ennek a hatalmas épületnek a kapu-  
ját, melynek falai között a világnak az a legtekintelye-  
sebb politikai testülete székel, melynek hatékony  
működéséhez nép százmillioinak reménye fuzodik.

Mi magyarok úgy érezzük hogy az U.N.-en keresztül  
választ vár az emberiség arra a fontos kérdésre, hogy  
kötelesek-e a kormányzatok, -képviseljenek akár kis  
vagy nagy nemzetet- alávetni magukat morális elvekre  
épült szabályoknak, vagy zabolátlanul uralkodhatik-e  
a világon az erős dzsungeltörvénye. Ennek probakove  
annak a szamban kicsi, de lelekben nagy nemzetnek  
ugye, amelynek én is fia vagyok.

Tanuszkodni jöttem.

Gyermekkoromtól kezdve hordom a lelkemben a törvényt, *mindig mond  
ar igarsagot.*  
hogy csak a valódi tényeket mondom.

Ez az életben neha nehéz, es nagy megpróbáltatások  
elé állithatja az embert. Ennek megállapításában  
autentikus vagyok. *ment megpróbáltam mind a nazi,*  
mind a kommunista börtönöket. Életem tekintélyes  
szakaszát töltöttem vízes pincékben es dohos cellákban.  
Bűnöm csak egy volt. -Az igazságnak magasabb helyről  
belemomlótt törvénye alapján vedelmeztem a szabságot  
zsarnokság ~~sz~~ ellen.

Boldog vagyok, hogy hitet tehetek nehem harcarol. Tudom  
hogy most ebben a percben magyarok milliói hajolnak  
(titokban) a radio fele es hallgatják ennek a bizottsagnak  
ülését. A magyar nép köszönetét szeretnem kifejezni  
mindenek előtt a bizottsag tagjainak es rajtuk ~~kívül~~  
keresztul az U.N.-nek hogy meghallgatásunkra modot  
adott. Az igazsag elmondása nehez számomra, mert egy  
nép verrel írott eposzat kell a valóság nyelven  
elmondanom. Harcot, melyben a szereplők meghaladták  
az átlagos emberi merteket, melyben 14 éves gyerekek  
antik hősöket, 70 éves nagyanyák régi romai matronokat  
mintáztak. Es nekem mindezt ugy kell elmondanom, hogy  
a hallgatosagban valóságérzetet keltsék.

A diadalmas *mondt* komor emlékek *mondt* ~~között~~. Az egyikben  
memoros tömegek boldog ujjongása töltötte meg a  
lóportfuszta ~~sz~~ utcákat. *és* a halálraszant  
emberek komor nyugalma a romma lött város ~~piszkos~~  
utcait.

Az emlékek meg frissek, a tanusagteves nehéz. A szvak  
amiket használni fogok, talan túl költoiek. Azonban  
ami történt annak leírására meg *úgy* is színtelennek  
fognak hangzanni.

Elnok Ur igen tisztelt bizottsag. Történelmi tényeket  
nemcsak az események határozzák meg, ~~és~~ *és* megóttük  
a nepek vagyai, gondolatai, es érzései allnak.

ORSZÁGOS LEVELTÁR  
P. SZAKCIO

P 2245 - B1 - 10<sup>o</sup> - 2

Um projeto do discurso de József Kóvágó, proferido perante o Comitê Especial das Nações Unidas sobre os acontecimentos revolucionários de 1956, 29-1-1957, Nova Iorque

12 fólíós, datilografado, papel; 21,0 x 29,7 cm

Arquivos Nacionais da Hungria

Código de Referência: HU MNL OL - P 2245 - B - 1. - № 1

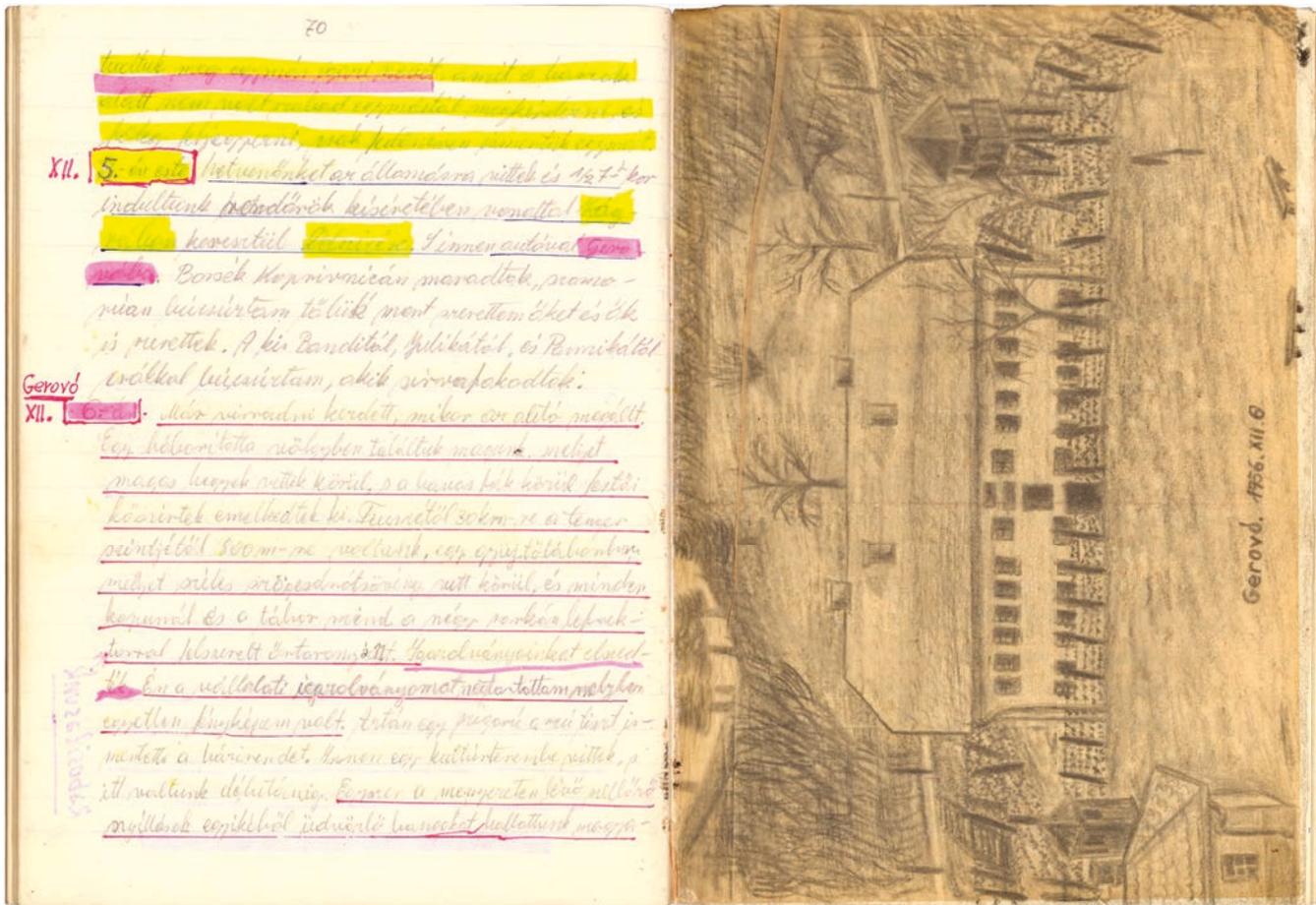
# A causa revolucionária da Hungria: o discurso de József Kövágó nas Nações Unidas

A 29 de Janeiro de 1957, József Kövágó, antigo presidente da câmara de Budapeste, compareceu perante o Comité Especial das Nações Unidas e proferiu um discurso defendendo a causa da revolução que tinha sido tentada na Hungria em finais de Outubro e princípios de Novembro do ano anterior. A necessidade por ele sentida em fazê-lo reflete o grau de desinformação que circulava na altura.

A maioria dos delegados que testemunharam o seu discurso nesse dia terão entendido os detalhes chave do caso. A Revolução Húngara tinha sido amplamente noticiada em todo o mundo em finais de 1956, e no início do novo ano. Na sua essência, a revolta nasceu da expectativa e crença entre muitos húngaros de que o regime comunista no país introduziria reformas liberais significativas. Contudo, os acontecimentos avançaram de forma demasiado rápida e radical para as autoridades e para o governo soviético de Moscovo. Os revolucionários húngaros saíram em massa para as ruas de Budapeste e de outras cidades importantes, resultando em violentos confrontos quando os oficiais de segurança do Estado e as tropas soviéticas procuraram intervir. Finalmente, quando o primeiro-ministro Imre Nagy se colocou do lado revolucionário e retirou o país do Pacto de Varsóvia, os soviéticos viram a necessidade de uma ação decisiva. A 4 de Novembro de 1956, o Exército Vermelho invadiu e rapidamente dominou o país.

Kövágó havia assumido um papel de liderança na insurreição, ocupou brevemente o cargo de presidente da câmara de Budapeste durante os primeiros dias de Novembro. O seu discurso na ONU aqui mostrado, baseou-se, portanto, num conhecimento profundo dos acontecimentos. Nele, sublinha que a revolução tinha sido uma expressão da vontade popular de liberdade e independência e não apenas uma revolta incitada e dirigida por estações de rádio estrangeiras. Além disso, o governo comunista enganara-se ao pensar que umas reformas liberais muito limitadas seriam suficientes para aplacar o grande número de pessoas que apelavam a mudanças mais fundamentais. A revolução visava alcançar o socialismo no sentido “ocidental” do termo, e incluía exigências de eleições livres e de independência nacional. Kövágó salientou também que, ao contrário de outros movimentos similares na Europa de Leste, a Revolução Húngara não tinha carácter anti-semita.

O discurso reflete as aspirações húngaras na época. Kövágó também o redigiu para apelar claramente a uma audiência atraída pelas democracias da Europa Ocidental e das Américas. Na altura da sua intervenção, Kövágó era um dos cerca de 200.000 húngaros que tinham procurado refúgio no Ocidente. Dos revolucionários que permaneceram no país, cerca de 20.000 foram presos e 230 foram executados. Como em tantos casos similares, a luta pela libertação quase sempre tem um preço.



Diário de revolução do Dr. Ferenc Tésenyi, de 1956, 1956-1958

1 volume de capa dura, 200 páginas numeradas em papel (86 páginas foram escritas); 17,5 x 24 cm

Arquivos Nacionais da Hungria

Código de Referência: HU-MNL-BaML – XV – 46. – Tésenyi hadinapló

# De Revolucionário a Refugiado: o diário de Ferenc Tésenyi

O diário do Dr. Ferenc Tésenyi é uma fonte histórica muito importante que regista as impressões de um homem sobre a Revolução Húngara de 1956 e o seu rescaldo. Tésenyi era estudante na cidade de Pécs na altura, e participou ativamente em eventos como membro do grupo revolucionário “Invisíveis das Montanhas de Mecsek”. Fugiu para a Jugoslávia, onde foi enviado para o campo de refugiados de Gerovo ( hoje na Croácia). Mais tarde, frequentou o liceu na República Federal da Alemanha antes de se inscrever na faculdade de medicina da Universidade de Zurique, Suíça. Licenciou-se como dentista em 1965.

Através da leitura dos relatos de Tésenyi, fica-se com uma impressão muito viva da sua experiência que poderá servir a outros que passem igualmente por acontecimentos tão tumultuosos. Por exemplo, na entrada do seu diário de 23 de outubro de 1956, regista como ele e outros revolucionários foram atacados por polícias e funcionários da Autoridade de Protecção do Estado:

“Eles vinham passo a passo, e quando estavam apenas a 15 passos de nós, apontaram as suas baionetas sobre nós e começaram a correr na nossa direção. Estavam a esfaquear e a espancar com as espingardas aqueles que estavam na linha da frente, enquanto tentavam dispersar-nos para as ruas que abriam a partir da praça. Mas fizeram-no em vão, as pessoas voltaram sempre para a praça do outro lado”.

Na entrada de 25 de Outubro, ele regista o júbilo que acompanhou as vitórias revolucionárias iniciais:

“...as estrelas vermelhas caíram do teatro e da central sindical, e foram substituídas por bandeiras nacionais húngaras. Nessa altura, já éramos cerca de 40.000 pessoas. Na praça principal cantamos o hino nacional, depois um altifalante falou: “meus concidadãos húngaros”, “meus concidadãos!”. Seguiu-se um forte aplauso, depois a polícia e a Autoridade de Protecção do Estado transmitiram o seu pedido de desculpas...”.

Podemos aqui ver o desenho a lápis que Tésenyi colou no seu diário. Descreve o campo de refugiados de Gorovo tal como seria no início de Dezembro de 1956. Nessa altura, o local estava rodeado por uma cerca dupla de arame farpado, e era vigiado por torres de vigia e guaritas. Globalmente, o aspeto aproximava-se mais de um campo de concentração nazi do que de um campo de refugiados.

Em meados de Maio de 1957, as torres de vigia e o arame farpado foram removidos, mas o campo ainda deixava muito a desejar. Cerca de 1.400 refugiados foram alojados em edifícios concebidos apenas para acolher um total de 600 homens. Algumas famílias tinham quartos pequenos para si próprias, mas a maioria estava alojada num grande dormitório comum, juntamente com as outras. Não havia refeitório no acampamento. Alguns dos refugiados perderam o ânimo e fizeram a escolha de regressar à Hungria. Outros, como Ferenc Tésenyi, ficaram de fora, e com o tempo puderam viajar para a Europa Ocidental ou para a América a fim de iniciar uma nova vida.



Crianças de ascendência portuguesa nascidas em Angola no aeroporto de Lisboa, 27-6-1975, Lisboa

1 fotografia a preto e branco, papel; 16,1 x 23,9 cm

Portugal-- Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Código de Referência: PT/TT/FLA/SF/001/5499/023

# Crianças de ascendência portuguesa nascidas em Angola no aeroporto de Lisboa, em 1975

A fotografia aqui mostrada foi tirada no aeroporto de Lisboa em Junho de 1975. À primeira vista pode parecer que retrata um grupo bastante vulgar de crianças, talvez numa qualquer viagem escolar. No entanto, quando colocada no seu contexto histórico, a fotografia assume um aspeto muito mais sério. Na realidade são crianças de ascendência portuguesa nascidas em Angola chegadas a Lisboa em consequência dos acontecimentos num país que procurava assegurar a sua independência de Portugal naquela altura.

O envolvimento colonial português em Angola remonta ao século XV, embora o estabelecimento no país só tenha começado com a fundação da cidade de Luanda em 1576. Tal como as outras possessões europeias em África e no Extremo Oriente, Angola foi abalada por intensa agitação anti-colonial durante a segunda metade do século XX. Em 1961 uma grave revolta eclodiu no norte do país levando a uma ampla guerra de guerrilha. O governo português procurou reforçar a sua posição, enviando mais tropas para a colónia e encorajando uma nova onda de imigração. Este esforço beneficiou do facto de a oposição se ter dividido em três grupos de libertação mutuamente antagónicos, tendo como consequência que em meados dos anos 70 a insurreição estava em grande parte controlada.

A situação mudou drasticamente na sequência de uma perturbação política fundamental em Portugal. Em 1968, o líder ditatorial de longa data do país, António de Oliveira Salazar, sofreu um derrame cerebral. Isto tornou-o incapaz de continuar a dirigir o governo, e acabou por levá-lo à morte cerca de dois anos depois. Esta súbita mudança na liderança do país, aliada a problemas económicos paralisantes e à crescente oposição interna ao conflito colonial em Angola, conduziu a um ponto de crise. Em Abril de 1974, um grupo de oficiais do exército encenou um golpe sem derramamento de sangue, derrubando assim a ditadura.

Em Angola, o exército tinha-se cansado de combater a guerra de guerrilha e parecia claro que a administração colonial tinha entrado nos seus meses finais. Ao longo de 1975, cerca de 250.000 pessoas optaram por partir. A maioria (incluindo as crianças na fotografia) foi para Portugal, onde foram designadas de “retornados” e nem sempre bem-vindas. Outras foram para a Namíbia, África do Sul, Brasil e Estados Unidos. Em Novembro de 1975, as autoridades coloniais portuguesas retiraram-se de Angola, pondo fim a vários séculos de domínio colonial.

# CATÁLOGO CRÉDITOS

---

## Organização

Arquivos Nacionais da Noruega.

## Coordenação

Arquivos Nacionais da Noruega e Centro Internacional de Pesquisa Arquivística: ÍCARUS.

## Em colaboração com

Arquivos Estatais de Espanha; Arquivos Nacionais de Malta; Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Portugal; Arquivos Nacionais da Hungria e Universidade Tecnológica de Munster (MTU).

## Historiador

Barry Robertson, PhD.

## Design

Christina Pinkaow, Universidade Tecnológica de Munster (MTU).

## Impressão

### Portugal

Grafisol, Edições e Papelarias, Lda. | Abrunheira, Sintra

Depósito Legal n.º 491733/21

## Documentos cedidos por

**Hungria:** Arquivos do Condado de Bács-Kiskun dos Arquivos Nacionais da Hungria; Arquivos do Condado de Baranya dos Arquivos Nacionais da Hungria; Arquivos do Condado de Hajdú-Bihar dos Arquivos Nacionais da Hungria; Arquivos Nacionais da Hungria; Arquivos do Condado de Nógrád dos Arquivos Nacionais da Hungria; Arquivos do Condado de Szabolcs-Szatmár-Bereg dos Arquivos Nacionais da Hungria; Arquivos do Condado de Veszprém dos Arquivos Nacionais da Hungria; Arquivos do Condado de Zala dos Arquivos Nacionais da Hungria.

**ÍCARUS Network:** Arquivos Nacionais da República Checa; Arquivos Nacionais da Estónia; Arquivos Nacionais de Upper Áustria (Áustria) e Arquivos Históricos de Belgrado (Sérvia).

**Malta:** Arquivos Nacionais de Malta e Arquivos Notariais de Malta.

**Noruega:** Arquivos Nacionais da Noruega e Arquivos Nacionais da Noruega – Arquivo Regional de Estado de Oslo; Museu da Justiça.

**Portugal:** Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

**Espanha:** Arquivos Estatais de Espanha – Arquivo Geral da Administração; Arquivos Estatais de Espanha – Arquivo da Coroa de Aragão; Arquivos Estatais de Espanha – Centro Documental de Memória Histórica; Arquivos Estatais de Espanha – Arquivo Histórico Nacional e Arquivos Estatais de Espanha – Arquivo Geral de Simancas.

## Tradutores e outros colaboradores

**Áustria:** Karl Heinz, Caroline Maximoff, Gabi Rudinger, Katja Staudigl (ICARUS).

**Hungria:** Ágnes Nemes L.; Ágnes Tóth; Andor Mudri; András Husvéth; András Molnár; Andrea Farkas; Anikó Lukács-Berkesi; Anikó Schmidt, PhD; Attila Bósz; Attila Seres; Balázs Kántás, PhD; Bálint Kulcsár, PhD; Csaba Káli; Dorottya Szabó; Dorottya Szlabey; Enikő Smid; Erika Czikkelyné Nagy; Éva Kocsis; Éva Künstlerné Virág; Gábor Pintyőke; Gábor Török; Gergely Kovács; Gergő

Paukovic; Hajnalka Bánszki; Ibolya Foki, PhD; Ildikó Szerényi; Imre Gábor Nagy; István Gáty; István Gergely Szűts, PhD; József Gyenesei, PhD; Judit Borsy; Kálmán Sebestyén; László Brigovác; Máté Varga; Melinda Lőrincz; Mihály Kurecskó; Péter Katona; Péter Samu; Réka Jakab, PhD; Róbert Jaksi; Szilvia Varga; Tamás Szálkai, PhD; Tímea Karika; Zoltán Paksy, PhD; Zoltán Szatucsek; Zsuzsanna Lantos

**Irlanda:** Pat Fitzpatrick (revisor).

**Malta:** Rita Vella Brincat; Francesco Pio Attard; Leonard Callus.

**Noruega:** Anette Alsvik; Kristine Bjørge; Ole Gausdal; Unni Løkkebø; Patricia Haeck; Hugo Johansen; Synnøve Østebø; **Museu de Oslo:** Vidar H. Skuseth; **Biblioteca Nacional:** Guro Tangvald.

**Portugal: Direção-Geral do Livro, Arquivos e Bibliotecas:** Silvestre Lacerda (Diretor-Geral); Anabela Ribeiro, (Chefe de Divisão de Avaliação e Produção de Conteúdos Digitais); Carla Lobo; Luis Sá; Rui Pires; Teresa Araújo; Rosa Azevedo (Chefe de Divisão do Tratamento Técnico, Documentação e Aquisições); Ana Lopes; Fátima O' Ramos; Fernando Costa; Filomena Carvalho; Isabel Abecassis; Joana Braga; Paulo Leme; Teresa Tremeceiro; Paulo Tremeceiro (Chefe de Divisão de Comunicação e Acesso); Adelaide Proença; Odete Martins; José Furtado (Chefe de Divisão de Sistemas de Informação, Estatística e Qualidade); António Garção; Maria dos Remédios Amaral; Maria Trindade Serralheiro; Sónia Jacques.

**Espanha: Subdiretoria Geral dos Arquivos do Estado Espanhol:** Hernández Vicente, Severiano (Subdiretor Geral); Díaz Martínez, Cristina (Chefe da Área de Relações Institucionais); Bermejo Alonso, Miguel Ángel; Lerma Rueda, Antonio; Mateos Salamanca, Carmen; Muriel Hernández, Santiago; Pedraza Muñoz, Montserrat e Villanueva Toledo, Josefa. **Arquivo Geral da Administração:** Martín-Palomino Mercedes y Benito (Diretor); Cortés Ruiz, Elena; Espinosa Romero, Jesús. **Arquivo da Coroa de Aragão:** López Rodríguez, Carlos (Diretor); Canellas Anoz, Beatriz; Rodríguez Olivares, María Luz e Torra Pérez, Alberto. **Centro Documental da Memória Histórica:** Melgar Camarzana, Manuel (Diretor); Fito Manteca, Francisco Javier; García Herrero, Víctor; Hernández Luis, José Luis; López Fernández, Antón e Marcos Orejudo, Marta. **Arquivo Histórico Nacional:** Romero Fernandez-Pacheco Juan Ramón (Diretor); Adrados Villar, Esperanza; Alfonso Alonso-Muñoyerro, Belén; Clares Molero, José Luis; García del Real Marco, Berta e López Cuadrado, Ana María. **Arquivo Geral de Simancas:** Rodríguez de Diego, Julia (Diretor); Burrieza Mateos, José María; Pérez Melero, Joaquín e Sánchez Marchán, Agustín. Traduções TRIDIOM S.L.



Cofinanciado pelo  
Programa Europa Criativa  
da União Europeia



ARKIVVERKET

Junta-te a nós para descobrir os tesouros  
guardados nos arquivos europeus

[www.digitaltreasures.eu](http://www.digitaltreasures.eu)





